



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 15ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 4 DE JULHO DE 2023

ATA Nº. 18 / 2023

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
 - 3.3. SR. DEPUTADO JOÃO RAFAEL SANTOS (CDU)
 - 3.4. SRª. DEPUTADA CELINA MENDONÇA (IN-OV)
 - 3.5. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO)
 - 3.6. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.7. SRª. DEPUTADA FÁTIMA FILIPE (PS)
 - 3.8. SRª. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 3.9. SR. VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, VEREADOR PEDRO PATACHO
 - 3.10. SRª. VEREADORA TERESA BACELAR
 - 3.11. SR. VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, VEREADOR PEDRO PATACHO
 - 3.12. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)
 - 3.13. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
 - 3.14. SR. VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, VEREADOR PEDRO PATACHO
 - 3.15. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 4.1. INCLUSÃO NA ORDEM DE TRABALHOS, DESTA SESSÃO, DA PROPOSTA CMO Nº 575/2023 – DMAG/DFP – RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO DESTINADO ÀS DESPESAS NO ÂMBITO DA JORNADA

MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023

4.1.1. VOTAÇÃO

4.2. APRECIÇÃO DA PETIÇÃO – “ALARGAMENTO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (ZEDL), OPERADA PELA EMPRESA MUNICIPAL PARQUES TEJO, NOS TERMOS DO ARTIGO 66.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS” - APRECIADA

4.3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 528/2023 – DMOGAH/DAQV/UPAG – RELATIVA AO “OEIRAS MARKET”, “PORTO SALVO STREET FOOD MARKET” E “MERCADO NO PARQUE” – REALIZAÇÃO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DOS EVENTOS

4.3.1. VOTAÇÃO

4.3.1.1. SR.ª DEPUTADA FÁTIMA FILIPE (PS) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.3.1.2. SR.ª DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 530/2023 – DMAG/DFP/DP – RELATIVA À ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE UM PRÉDIO SITO EM PAÇO DE ARCOS, EX-CNP – ALTERAÇÃO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 220/2023, DE 22 DE MARÇO

4.4.1. VOTAÇÃO

4.4.1.1. SR.ª DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 532/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA ÀS FESTAS JUNINAS – ISENÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS

4.5.1. VOTAÇÃO

4.6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 533/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – RELATIVA AO EVENTO TARDEZINHA – RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 4.6.1. VOTAÇÃO
- 4.7. APRECIÇÃO DA PROPOSTA C.M.O. N.º 536/2023 – UJ – RELATIVA AO APOIO À FUNDAÇÃO JMJ – JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO EM 2023 - APRECIADA
- 4.8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 575/2023 – DMAG/DFP – RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO DESTINADO ÀS DESPESAS NO ÂMBITO DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023
 - 4.8.1. VOTAÇÃO
 - 4.8.1.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO
- 5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
 - 5.1. SR. JOÃO PAULO SARAIVA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.2. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.3. SR. JOSÉ HENRIQUE DE MACEDO BANDEIRA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.4. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.5. SR. MIGUEL PARTIDÁRIO, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.6. SR^a. INÊS MARIA TOMÁS DA FONSECA, MUNÍCIPE DE OEIRAS
 - 5.7. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.8. SR. VICE-PRESIDENTE, EM EXERCÍCIO, VEREADOR PEDRO PATACHO
 - 5.9. SR. LUÍS BATISTA FERNANDES, DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA
 - 5.10. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.11. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
 - 5.12. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
 - 5.13. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
 - 5.14. SR^a. DEPUTADA MARIANA LEITÃO (IL)

- 5.15. SR^a. DEPUTADA FÁTIMA FILIPE (PS)
- 5.16. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>Unanimidade</i>			
a 07-09-2023			
GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	13		
PS	1		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	3		
INNOVAR ALGÉS	1		
INNOVAR BARCARENA	1		
INNOVAR CARNAXIDE			
INNOVAR OEUROS			
INNOVAR OEUROS PAÇO DE ARCOS	1		
INNOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 15ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

-----MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 4 DE JULHO DE 20

-----ATA Nº. 18 / 2023-----

----- Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio, em substituição do Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segunda Secretária a Senhora Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, em substituição do Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO-----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Décima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e três Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira, Alexis Godinho Gonçalves, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques, Ricardo Correia Fernandes, Sónia Maria Antas de Barros

Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Maria da Glória Fernandes Sarmento, Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, João Rafael Marques Santos, Ágata Patacho Midões dos Reis Branco, Mariaña de Lemos Quintão Correia Leitão, Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d' Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Rosa Lopes da Costa, Diana Leonor Alves Gonçalves, Diogo Mota Rodrigues de Oliveira e António Rita Martins Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos e Jorge Manuel Damas Martins Rato, do Partido Socialista, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, da Coligação Democrática Unitária e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Joaquim dos Reis Marques e Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento, do Partido Social Democrata, Ágata Patacho Midões dos Reis Branco, da Coligação Democrática Unitária e Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos, do Partido Chega. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vereador Pedro Manuel Freire Patacho, em substituição do Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves, e os Senhores Vereadores Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte, Nuno Ricardo Ribeiro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Almeida Neto e Carla Cristina Teixeira Rocha. -----

2. ORDEM DE TRABALHOS-----

----- Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Apreciação da Petição – “Alargamento da Zona de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), operada pela Empresa Municipal Parques Tejo, nos termos do Artigo 66.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras”;-----

2. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 528/2023 – DMOGAH/DAQV/UPAG – relativa ao “Oeiras Market”, “Porto Salvo Street Food Market” e “Mercado no Parque” – Realização e isenção do pagamento de taxas dos eventos;-----

3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 530/2023 – DMAG/DFP/DP – relativa à Alienação em Hasta Pública de um prédio sito em Paço de Arcos, ex-CNP – Alteração à Proposta de Deliberação N.º 220/2023, de 22 de março;-----

4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 532/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa às Festas Juninas – Isenção de taxas e licenças;-----

5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 533/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Evento Tardezinha – Reconhecimento de isenção do pagamento de taxas e licenças;--

6. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 536/2023 – UJ – relativa ao Apoio à Fundação JMJ – Jornada Mundial da Juventude para realização do evento em 2023. -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão, dizendo o seguinte: -----

----- “Meus senhores, vamos começar esta nossa reunião. -----

----- Boa a tarde a todos.-----

----- Queria dizer-vos que hoje, pelo despacho número oitenta e três, o Senhor Presidente da Câmara nomeou a substituição do Senhor Vice-Presidente, pelo Senhor Vereador Professor Pedro Patacho.-----

-----“Encontrando-me ausente, assim como o Senhor Vice-Presidente Doutor Francisco Rocha Gonçalves, e a Senhora Vereadora Doutora Joana Baptista, entre os dias um e dez de julho de dois mil e vinte e três, pelo presente despacho designo, nos termos do número um, do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove, de noventa e nove, de dezoito de setembro, o Senhor Vereador Professor Pedro Patacho para desempenhar as funções de Vice-Presidente”. -

-----Resulta que hoje teremos o Senhor Vereador Pedro Patacho em substituição do Senhor Vice-Presidente.-----

-----Queria dizer-vos também que a Mesa... hoje também temos uma modificação, porque por ausência do Primeiro Secretário, Doutor Rui Miller, estará o Doutor Nuno Custódio como Primeiro Secretário e a Doutora Isabel Lourenço, a quem pedi para fazer as funções de Segunda Secretária, a que já nos tem habituado e faz com tanto gosto, para nós todos que gostamos de a ver.-----

-----Também queria comunicar-vos que hoje, porque tinha sido enviado para a Assembleia Municipal (e eu disse que traria em mão) uma proposta de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, destinado às despesas no âmbito da Jornada Mundial da Juventude dois mil e vinte e três. Eu reuni-me com os representantes dos grupos políticos antes desta reunião, a quem pedi se realmente podia incluir na Ordem de Trabalhos esta proposta. A opinião foi que dada a urgência, porque isto tem de ir para o Tribunal de Contas, aceitaram que fosse incluída na Ordem de Trabalhos desta nossa reunião, com o meu compromisso de dar esta informação a toda a Assembleia. Realmente foi aceite por todos os grupos políticos, mas dada a urgência que existe no envio ao Tribunal de Contas, estamos a meio do mês de julho e depois ficaria muito condicionado.

-----Não temos hoje nenhum documento para Antes da Ordem do Dia, resulta que eu pergunto a todos os senhores presentes, os senhores membros da Assembleia, se alguém quer usar da palavra, neste Período Antes da Ordem do Dia. Não há nenhuma inscrição?”-----

3.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Gostaria de fazer uma sugestão. Nesta Assembleia já foi aprovada uma proposta do PAN pela racionalização do uso de papel. Eu gostaria de sugerir se este boletim, se também não poderia passar a vir por e-mail, em vez de ser impresso.-----

----- Obrigada.” -----

3.3. O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Apenas uma pequena referência ao evento que a Câmara Municipal promoveu aqui há uns dias sobre as Portas de Algés, sobre o seu futuro. Um evento de discussão e participação pública que gostaríamos de saudar, de facto um tema importante que já por diferentes ocasiões tem merecido algumas intervenções e que suscita preocupação sobre o futuro de um nó fundamental do nosso Concelho e que, por maioria de razão, também face àquilo que aconteceu em dezembro, percebemos a sua sensibilidade e pertinência.-----

----- Estivemos presentes no debate, ouvimos muito aquilo que foram os contributos da população, foi sobretudo esse, parece-nos, o contributo que houve, ouvir a população. Percebemos que a Câmara ainda está a discutir diferentes opções. Há alguns projetos de natureza mais estratégica que estão em cima da mesa, mas ainda poucas propostas concretas, que certamente estão a ser equacionadas em conjunto com estes contributos. Do nosso ponto de vista, é uma área que merece uma atenção muito particular, porque é uma área que está sobre a linha de água, da Ribeira de Algés. Se percebermos bem o seu passado, percebemos que o futuro provavelmente tem mesmo de ter em consideração a questão da água como espaço central. A água vai ocupar aquele espaço queiramos ou não, independentemente das grandes obras que se façam na infraestrutura do subsolo. É um espaço que vai estar mais dia menos dia, por força das alterações climáticas, sujeito a grandes pressões da água e portanto, mais do que uma proposta concreta, gostaríamos de enfatizar esta grande condicionante e ao invés de esconder este problema, que por vezes as soluções de engenharia mais dura, parecem levar a essa solução, no esconder, colocar

fora da nossa vista, parece-nos que temos de trabalhar com a água, por vezes, assumir que a água vai ocupar o espaço público. São áreas que podem vir a ser inundadas e essa é uma perspetiva que, quando pensamos a quarenta anos, cinquenta anos, cem anos, é fundamental ter em consideração.

-----Também uma nota de alguma preocupação face a uma premissa que foi apresentada, que é a abertura do ramal de saída da CRIL, diretamente para a zona central de Algés. Compreendemos o racional de utilizar essa saída para aliviar a Avenida dos Bombeiros Voluntários do tráfego de atravessamento, libertando-a porventura para outros papéis, o BRT (Bus Rapid Transit) ou uma futura linha de elétrico, ao alargamento dos passeios, mas também o reverso da medalha será uma maior pressão sobre a zona central de Algés, sobre aquilo que é a antiga zona da praça de touros, até porque provavelmente, essa saída será utilizada por muito tráfego que utiliza a CRIL para se dirigir para Lisboa, para a zona da Avenida da Índia, ou seja a zona interior de Lisboa, que hoje é um tráfego que também, provavelmente, não utilizará tanto aquela saída.-----

-----Por último, colocar também como questão importante aqui que efetivamente, mais do que qualquer estrutura edificada e sobretudo, qualquer estrutura fechada com uma programação ou com um uso de natureza mais privativa, parece-me que o espaço que hoje é ocupado pelo parque de estacionamento provisório deve, de facto, manter-se o mais livre, acessível, aberto a diferentes ocupações de natureza temporária, porventura reforçando a estrutura verde e limitando tanto quanto possível ao máximo, aquilo que sejam usos definitivos, usos privativos, usos que possam condicionar, de facto, aquele espaço como um espaço de articulação e não um espaço de encerramento.-----

-----Era um “bocadinho” estes contributos, que poderão depois ter mais desenvolvimento noutros fóruns que se venham a desenvolver sobre o tema.-----

-----Muito obrigado.”-----

3.4. A Senhora Deputada Celina Mendonça (IN-OV) referiu o seguinte: -----

-----“Estamos no verão de dois mil e vinte e três. Estamos em festa. Alguns exemplos: ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Foi a magia dos santos populares que animou a Marina de Oeiras e o Porto de Recreio nos passados dias vinte e três e vinte e quatro de junho. Foram dois dias de muita diversão, dança, boa companhia e comida ao som da música popular portuguesa.-----

----- Tivemos a Maria Bethânia no passado dia um de julho, no quinto dia do Festival do Jardim do Marquês e na parte final do concerto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais acompanhou o Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, na entrega da medalha de mérito cultural à artista brasileira, pelo inestimável trabalho que tem feito na divulgação dos poetas portugueses. -----

----- O Estádio Municipal Centro Desportivo Nacional do Jamor recebeu no passado dia dezassete de junho, a oitava grande corrida de carros movidos a energia solar. Esta é uma corrida de carros movidos a energia solar construídos por alunos de escolas de todo o país, que pretende sensibilizar os mais jovens para as questões da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável do território.-----

----- No passado dia trinta, a Nestlé comemorou os seus cem anos com um grande arraial, o Nest Fest, realizado na sede da empresa em Linda-a-Velha, Oeiras. Funcionários de todo o país vieram especialmente para as celebrações, assim como antigos gestores da empresa. -----

----- Também tivemos fado e samba no segundo e terceiro dia do Festival dos Jardins do Marquês, com as atuações da Sara Correia, no passado dia vinte e oito de junho e o trio António Zambujo, Camané e Ricardo Ribeiro. O flamengo também marcou presença nesses dois dias. ----

----- Tivemos a festa final da quinta edição dos Jogos de Oeiras dois mil e vinte e três, que se realizou no passado dia dois de julho, no Palácio Anjos, em Algés. Nesse dia, deu-se oportunidade de experimentar várias modalidades desportivas e teve direito a insufláveis, jogos tradicionais, música, dança, Clube da Água Simas, rastreios orais e jogos educativos. Pelas dezoito e trinta decorreu a entrega de prémios da Taça de Jogos de Oeiras e Troféu das Localidades. ----

----- Também tivemos a inauguração do novo Parque Urbano de Vila Fria, com uma área

de vinte e dois mil metros quadrados, com caminho pedonal e passadiços, um equipamento à disposição da população. É um empreendimento na área ambiental com um jardim, um bosque, um parque infantil e ginásio ao ar livre, mas também um repositório de espécies representativas da vegetação mediterrânea. Um novo espaço público em comunhão com a natureza em que desde os mais jovens, até aos seniores, podem desfrutar de um equipamento de excelência, dando mais vitalidade e dinâmica ao território e às suas gentes. Em Oeiras, tratamos e zelamos do nosso ambiente. -- -----

-----Tivemos a festa no almoço convívio das mulheres que integram o projeto as Marias da Outurela. As Marias é um projeto inserido nas atividades do centro local de apoio a migrantes de Carnaxide e que muito tem contribuído na área da integração e valorização pessoal e social.-----

-----O Panda voltou a Oeiras e fez uma surpresa aos meninos e meninas da Escola Pedro Álvares Cabral, no Bairro dos Navegadores, em Porto Salvo. O Panda proporcionou uma manhã bem divertida numa ação de divulgação do Festival Panda, promovida pela organização do evento e pela Câmara Municipal de Oeiras. Levou bilhetes para que as crianças daquele bairro municipal pudessem participar num dos três dias do festival, que encheu o Parque dos Poetas em Oeiras de cores, música e muita diversão para várias famílias. -----

-----O Estádio Mário Wilson, em Oeiras, recebeu no passado dia dezassete de junho o torneio de futebol solidário de sub-doze e sub-quinze, organizado pela Associação Moreira Teams. Após o evento desportivo, seguiu-se um churrasco no Centro Comunitário do Alto da Loba. -----

-----Barcarena tem já o novo Parque Urbano da Politeira e uma renovada piscina municipal. O parque urbano tem passadiços que atravessam toda esta área e zona verde e convida à prática do exercício físico, através dos equipamentos desportivos. Na renovada piscina municipal Noronha Feio, os balneários foram integralmente remodelados e substituíram-se por completo os sistemas hidráulicos e de desinfeção, aquecimento, ventilação e ar condicionado. Posso continuar? -----

-----Tivemos o Festival Internacional de Forró, onde a cultura brasileira esteve em destaque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

no centro histórico de Oeiras e no Jardim Municipal de Oeiras. E muita animação. Conhecer como se celebram os santos populares no Nordeste do Brasil, com especial destaque no forró, passando pela gastronomia, foi a proposta destas festas.-----

----- A nossa Avenida Marginal encheu-se de cor e energia neste sábado, no passado dia dezassete de junho, com cerca de sete mil participantes. Na prova “Marginal à Noite”, organizada pelo Município de Oeiras e inserida nas Festas de Oeiras, este evento desportivo é um dos mais prestigiados do nosso país, com participantes vindos de todos os cantos de Portugal e também do estrangeiro, que ao longo de cerca de oito quilómetros, percorrem a Avenida Marginal entre Santo Amaro e Caxias. Foi uma autêntica festa ao longo do seu percurso com muita música e animações, que deram o ritmo aos participantes e animaram o público presente. A corrida terminou com um grande festival de fogo de artifício. -----

----- Tivemos o Jorge Palma e o Diogo Piçarra no palco das Festas de Oeiras, concertos que reuniram todas as famílias, famílias inteiras. -----

----- Para terminar, iniciou-se no passado dia um de julho o Animàrua dois mil e vinte e três, um evento cultural que dá a conhecer os mais variados agentes culturais, as suas associações culturais e recreativas e que vai animar todo o nosso Concelho até dia trinta de setembro. -----

----- Surpreenda-se com todas as atividades que vão sendo divulgadas ao longo deste tempo, neste evento Animàrua dois mil e vinte e três, nomeadamente dança, teatro, artes plásticas, pintura, escultura, grupos corais, marionetas, ranchos folclóricos, danças de salão etc. Enfim, dinamização cultural e animação pelo Concelho não vai faltar. -----

----- Concluindo, Oeiras esteve em festa, Oeiras está em festa nos mais variados eventos culturais, recreativos, desportivos, na educação, no ambiente, no lazer e no bem-estar. -----

----- Parabéns à CMO por todos estes eventos de verão, que tanto alegram os oeirenses e todos aqueles que nos visitam de todo o país. -----

----- Viva Oeiras.” -----

3.5. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Ora hoje trago a este PAOD três assuntos deste verão quente. -----

-----O primeiro é que reparámos que este Executivo teve a brilhante ideia de hastear uma bandeira “Valley”, em Caxias e queria dar os parabéns a quem se lembrou disso, porque, realmente assim uma pessoa está na praia e tem a certeza que não foi transportada para outro sítio. Alguém podia apanhar muito sol e ficar baralhado sem saber onde está e achar que estava na Costa da Caparica, no Algarve ou até em Cabo Verde e assim não, está ali um ponto de referência bem visível que permite saber que estamos no “Valley”. Quanto à enorme coincidência da Praia de Caxias ter perdido este ano a Bandeira Azul, que atesta a qualidade e salubridade da praia e a bandeira Valley, que os senhores hastearam, terem exatamente a mesma cor, não vou comentar. Não vou comentar para além de referir aquilo que já disse: que enorme coincidência o tom da Bandeira Azul ser idêntico ao da bandeira certificada pela Associação Bandeira Azul da Europa, a mesma que a praia perdeu. Uma grande coincidência.-----

-----O segundo tema tem a ver também com a praia de Caxias, mais precisamente com os duches que existem na praia. Fomos informados que têm estado interditos ao uso entre as catorze e as dezassete horas. Parece-nos uma hora estranha para interditar o uso de duches numa praia em plena época balnear, em pleno verão e, portanto, queríamos perceber se esta é uma questão momentânea e circunscrita àquela praia ou se isto é uma nova prática generalizada. Se for esse o caso, gostávamos muito de perceber também o que está na base de uma decisão destas, que nos parece não fazer qualquer sentido. -----

-----O terceiro assunto que me leva a intervir neste PAOD é o projeto “Praia Acessível”. Certamente, estão todos familiarizados com este importante serviço gratuito que é disponibilizado na Praia de Santo Amaro às pessoas com deficiência, de uma forma totalmente gratuita. Ora, como diz no site da Câmara Municipal, cito o seguinte: “é um serviço gratuito destinado a todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

peças com mobilidade condicionada, com marcação prévia obrigatória junto da divisão de coesão social” e depois disponibilizam os contactos. Ora vamos lá ver, o projeto “Praia Acessível”, afinal, não nos parece assim tão acessível, visto que para um cidadão que necessite deste serviço, nunca poderá ter uma decisão espontânea de se deslocar à praia, como qualquer outro cidadão comum. Pergunto se isto é mesmo assim e se não é algo que merece ser alterado, de forma a permitir um serviço de permanência.” -----

3.6. O Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado conhece o serviço “Praia Acessível”? Conhece? Portanto, quer dizer, tem de estar marcado, porque senão..., não é uma pessoa chega lá, porque aquilo demora o seu tempo, a pessoa ir dentro de água, tudo isso. Ou havia vários tiralôs ou lá como aquilo se chama (o que eu achava muito bem), ou então, existindo só aquele não pode, na realidade ser “chegar e andar”. -----

----- Não é a resposta do Executivo, mas é a resposta da Mesa a uma intervenção.”-----

3.7. A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) interveio e disse o seguinte:-----

----- “Realizou-se no passado dia vinte de junho, no Palácio Anjos, mais um debate, sob o tema “Portas de Algés, que futuro?” que juntou o executivo municipal, dirigentes municipais e a população. -----

----- Em nome do Partido Socialista saudamos esta iniciativa que decorre de outro Encontro com o mesmo nome, realizado em janeiro de dois mil e vinte, onde se discutiram as principais ideias. Cinquenta individualidades de grande notoriedade, entre as quais os arquitetos Luís Carrilho da Graça, Gonçalo Byrne, Manuel Salgado, Tomás Salgado, Ricardo Bak Gordon, Troufa Real e Júlio Quaresma, pensaram Algés. -----

----- Falamos de uma área de intervenção de três ponto dois hectares, que se foi degradando ao longo dos últimos cinquenta anos, mas que, segundo o relatório do encontro “assume hoje no contexto municipal e metropolitano atual e futuro, o estatuto de “território de oportunidade”, cuja

intervenção se poderá traduzir num verdadeiro “upgrade” na imagem do aglomerado de Algés”. É um grande desafio transformar um lugar morto, um lugar onde hoje guardamos carros, num lugar vivo.-----

-----Um território que foi palco de uma imensa tragédia ocorrida nos anos sessenta do século passado e onde ainda recentemente, por infelicidade, a tragédia se abateu novamente sobre uma família e muitos prejuízos causados ao comércio local. Um território que deverá expressar, simbolicamente, a memória do que não queremos que volte a acontecer. -----

-----Dos debates sublinhamos a defesa da criação de um equipamento de impacto metropolitano, catalisador da cultura, que atraia juventude, a “família, as pessoas, as empresas”.

-----A apresentação da semana passada não parte, por isso, do zero. Parte de um alinhamento e discussão de ideias por grandes “sábios” com os técnicos da Câmara Municipal e o executivo e da auscultação online dirigida aos oeirenses em dois mil e vinte e um, da qual, infelizmente, ainda não temos indicações dos contributos e resultados.-----

-----Damos nota da vivacidade do debate, e do interesse e contributos muito esclarecidos e pertinentes evocados por jovens adultos interessados em contribuir com ideias e conhecimento para este projeto, o que se saúda!-----

-----Naturalmente que consideramos que este projeto não é só de Algés, é um projeto que interessa a todos os oeirenses, e que o impacto da transformação deste território se dará a todos os níveis da vida da nossa comunidade.-----

-----É, pois, necessário continuar a trabalhar, a beber ideias dos nossos melhores, a prosseguir com o envolvimento e mobilização da população, para que todos os oeirenses sintam que “As Portas de Algés” serão as portas da sua casa. -----

-----Um lugar merecedor de toda a nossa atenção, que seja acolhedor, inclusivo, dinâmico, o rosto de Oeiras que pretendemos para o futuro.” -----

3.8. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Queria neste PAOD ainda utilizar algum tempo para perguntar algum ponto de situação. -- -----

----- Relativamente ao Parque dos Cisnes, na mais recente Informação do Presidente que veio a esta reunião na semana passada, indicava-se na página noventa e nove, na Unidade de Topografia e Cadastro Predial (UTCP) a “Realização de uma verificação urgente de seis edifícios do Parque dos Cisnes – Linda-a-Velha referente ao Alvará oito de dois mil e três”. Portanto, perguntar em relação a esta indicação deste relatório, a que conclusão chegaram os técnicos da Câmara sobre esta verificação? -----

----- Depois também em relação ao parque de estacionamento de Linda-a-Velha, gostaria de questionar se este parque de estacionamento no topo da Avenida Duque de Loulé, em Linda-a-Velha, também é provisório como o de Algés, porque o mesmo foi aberto ao público uns dias antes das últimas eleições autárquicas, e a inauguração oficial acabou por só acontecer seis meses depois. Mas passado um ano e nove meses da abertura do parque, o mesmo não tem ainda nenhum carregador elétrico. Eventualmente o Senhor Presidente, em exercício, que aproveito também para cumprimentar, provavelmente vai alegar que o Município de Oeiras é o quinto município da Europa em número de carregadores elétricos, mas como todos sabemos, para serem funcionais eles têm que estar corretamente distribuídos em todo o Concelho e em Oeiras, ou se continuam a instalar, ou então vamos perder essa fantástica qualificação de quinto lugar em número de carregadores. Posto isso eu questiono então, se o parque não é provisório, quando vão ser instalados os pontos de carregamento e se fazia ou não parte do acordo com a EDP instalar lá quatro pontos de carregamento elétrico? -----

----- Por fim, perguntar em relação ao Regulamento de Permissões Administrativas (RPATOR) que foi a Consulta Pública que terminou a dois de maio, qual é que é o ponto de situação atual, dado que nada mais se sabe desde essa altura. O Presidente proferiu um despacho

interno na Câmara, o cinquenta e um/dois mil e vinte e três a permitir alterações aos serviços, a um texto que já se encontrava em consulta pública. Portanto, questionamos quando é que está prevista a nova consulta pública para pronúncia dos cidadãos, desta vez sobre o texto final? -----

-----Muito obrigada.”-----

3.9. O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho, observou o seguinte:

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Dizer-vos que é um gosto enorme estar aqui convosco sempre, em todas as sessões e hoje, naturalmente, é um privilégio e uma honra poder ter a oportunidade de substituir o Senhor Vice-Presidente, em representação do Presidente da Câmara e, naturalmente, agradecer as vossas intervenções e eventualmente, julgo que faz sentido alguns esclarecimentos.-----

-----Relativamente ao tema que a Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN) levantou e que é perfeitamente compreensível e natural a preocupação, de resto a Câmara Municipal tem feito um esforço grande no processo de digitalização da sua comunicação, no sentido de empregar cada vez menos papel, portanto, isso julgo que é uma questão de bom senso e estamos todos em sintonia. Há, porém, uma questão que eu julgo que é necessário salvaguardar, pelo que a produção de alguns exemplares em papel justificar-se-á sempre por uma razão, porque há uma quantidade muito significativa, são centenas de trabalhadores do Município que não utilizam habitualmente o seu endereço de e-mail. Estamos a falar de jardineiros, cantoneiros de limpeza, pessoal de recolha e o processo de comunicação, com esses funcionários, é mais eficaz e é mais ágil, se for feito através desse formato. Por uma razão muito simples, as pessoas.... O e-mail existe, a comunicação digital e a comunicação eletrónica existe, mas as pessoas não são obrigadas a utilizá-la e não podem ser privadas do seu direito à informação, não é? Portanto, num esforço de que a informação rigorosa e de qualidade chegue a todos, mesmo àqueles que por razões várias, não usam o seu endereço eletrónico para receber essa comunicação institucional..., não perdem o direito a recebê-la. Portanto, aquilo que tem sido feito, é que há a comunicação eletrónica e paralelamente, há alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

exemplares de comunicação em papel.” -----

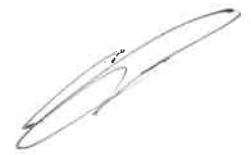
----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho** prosseguiu e a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Eu julgo que foi a primeira vez que este boletim foi aqui... Não foi? Pronto, mas é uma situação... nesse caso... pronto, não sei se foi a primeira vez que veio aqui, estão a dizer-me que não foi. Muitas coisas que a Câmara Municipal faz e tem o hábito, o Senhor Presidente da Câmara, de dar orientações para distribuir sempre aos senhores deputados municipais para tomarem conhecimento daquilo que se vai fazendo, eu pensei que era o caso, mas não sendo e se os senhores deputados manifestam a vontade e fazem a proposta de receber a mesma comunicação por via eletrónica, é algo que não vejo problema absolutamente nenhum. -----

----- Foi aqui falado várias vezes, daquilo que foi a atividade promovida pela Câmara Municipal em Algés, de auscultação dos cidadãos, sobre aquilo que vem sendo chamado de “Portas de Algés” (à falta de melhor nome) e que vem na sequência de uma reunião que foi tida em dois mil e vinte, na qual participaram predominantemente profissionais da área do urbanismo e pessoas que de uma maneira mais direta ou indireta, estão ligadas a essas dinâmicas dos instrumentos de gestão territorial e agora, nesta reunião, o grande objetivo foi ouvir os cidadãos e de facto, acorreram várias pessoas a essa reunião, Algumas de forma desinteressada, empenhadas no exercício da sua participação cívica, enquanto cidadãs e movidas pela genuína vontade altruísta de contribuir para uma discussão pública relevante, em torno da parcela territorial em que vivem e que sentem que lhes pertence e que sentem que lhes diz respeito e, portanto, na qual se empenharam pessoalmente em participar. Mas também estiveram presentes pessoas com outras motivações e com outros interesses menos altruístas e, portanto, menos ligadas à genuína vontade e iniciativa de participação cidadã, mas mais focadas numa tentativa de instrumentalização política

da reunião para fazer passar determinada mensagem política ou ideológica relativamente a Algés na sua globalidade e relativamente àquele processo em particular. De modo que durante aquela reunião e não obstante todas as participações... Quem lá esteve a assistir como eu, provavelmente terá sentido a mesma coisa que eu senti, que as pessoas estavam lá observaram, que durante aquela reunião houve muitas intervenções, mas houve poucas propostas. Houve algumas propostas, é verdade e houve algumas intervenções muitíssimo interessantes e contributos muitíssimo relevantes, para a reflexão sobre aquele processo. Aliás, e mais do que justificadamente, porque as próprias equipas municipais prepararam uma apresentação muito profunda, relativamente a todo o enquadramento daquela zona, os instrumentos de gestão territorial que, ao longo dos anos, têm regulado e condicionado aquilo que se tem passado em Algés e fizeram uma apresentação minuciosa de todo esse processo, das condicionantes atuais, das oportunidades, dos constrangimentos e do potencial que está ali. Portanto, estava aberto o caminho para as pessoas focarem a sua atenção ali naquela área, naqueles terrenos que estavam em causa e envolverem-se numa discussão profícua e numa reflexão profunda, sobre o que é que se pode ou o que é que se deve, ou o que é que faz sentido fazer ali. Mas em vez disso, houve intervenções sobre tudo e mais alguma coisa, desde o Centro de Saúde, até aos passeios, até às estradas, aos jardins, enfim, houve de tudo. Provavelmente isto aconteceu, porque parte substancial da reunião foi dominada por intervenções que quiseram instrumentalizar aquela reunião. Ainda assim, houve participações muitíssimo interessantes e da parte da Câmara Municipal, o que eu julgo que vale a pena dizer - não obstante as preocupações da CDU que aqui manifestou (e bem), é o vosso ponto de vista - é que estamos em aberto. Por isso é que se fazem consultas, por isso é que se criam oportunidades de participação, quer dos profissionais, dos intelectuais e das pessoas que pensam profissionalmente o território e que dão contributos para pensar profissionalmente o território, quer dos próprios cidadãos anónimos e genuinamente interessados no seu território que é sua pertença, que sentem como seu e que sentem que devem dar um passo em frente e participar. Ora, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

precisamente porque tudo está em aberto, que se criam oportunidades de participação. Se a Câmara Municipal já soubesse o que é que quer lá fazer, não precisava de criar espaços de participação. Portanto, aquilo com que o Município se congratula e julgo que a Assembleia Municipal também se deve congratular, é pelo facto de a sessão se ter realizado, de as pessoas com umas motivações ou com outras, independentemente disso, mas terem ocorrido e de se ter produzido uma sessão de participação e discussão sobre as Portas de Algés. As preocupações que foram aqui manifestadas são todas elas legítimas, elas também dominam o pensamento dos urbanistas que trabalham na Câmara Municipal, das equipas técnicas da Câmara Municipal, do Senhor Presidente da Câmara e desta administração do Município que o acompanha, são também as nossas preocupações. No contexto de tudo isto há estudos que são feitos, há dados que vão emergindo e que vão sendo coligidos e contribuem para o processo de reflexão e, portanto, estamos num caminho, estamos no caminho, estamos a fazer esse caminho de forma participada, com a comunidade, de reflexão sobre aquilo que pode vir a ser uma zona emblemática e extraordinária de entrada no nosso Concelho, que confina, portanto, ali com Lisboa (saída de Lisboa e entrada em Oeiras) e que tem um potencial absolutamente extraordinário. Ocupando aquele espaço com edificado, ou não ocupando aquele espaço com edificado, são discussões a ter e é um debate que está em aberto. O que há sobretudo é uma grande oportunidade para Oeiras na transição do Concelho de Lisboa para Oeiras, uma grande oportunidade para Oeiras fazer algo que marque o território, que seja impactante, que seja icónico, que nos orgulhe a todos como oeirenses e que seja feito com uma metodologia participada e de envolvimento das pessoas, indo ao encontro das suas necessidades, do seu brio e do seu orgulho de serem oeirenses e envolvendo-se neste processo de projeção do seu território. -----

----- O Deputado David Ferreira (EO) fez uma intervenção muito divertida, como é costume na bancada do Evoluir Oeiras, nós apreciamos muito o sentido de humor da intervenção dos colegas deputados do Grupo Evoluir. Desta vez a sua preocupação dominante está nas cores, portanto, tem agora uma preocupação muito grande sobre as cores. O processo de classificação

através da Bandeira Azul é um processo complexo, que envolve mais de três dezenas de parâmetros que são apreciados a cada ano. Eu não conheço o processo em detalhe, se quiser, o Senhor Deputado faça o favor de meter um requerimento a pedir ao Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida, o que é que se terá passado no processo de avaliação e qual é que foi eventualmente o parâmetro que não foi cumprido, para a não atribuição. Agora, uma coisa que o Senhor Deputado destacou aqui e que a mim me enche de orgulho, pois fico alegre e contente, é o facto de podermos ter na nossa praia uma bandeira Oeiras Valley. Isso é extraordinário, que é para que as pessoas não se distraiam e percebam bem onde é que estão, que estão na segunda economia nacional deste país, com a população mais qualificada e mais instruída, com mais de vinte e cinco mil empresas por quilómetro quadrado, com vinte e oito mil milhões de euros de volume de negócios, que tem a rede pública de educação e ensino com uma qualidade absolutamente extraordinária, que nos últimos rankings escolares, das suas oito escolas secundárias, cinco estiveram no top quinze das melhores do distrito de Lisboa, que tem um ordenamento e um planeamento urbano absolutamente fora de série, não comparável com qualquer município da Área Metropolitana de Lisboa, que tem uma extensão de parques e jardins e de áreas verdes absolutamente notável e não comparável com todos os outros municípios à nossa volta, que tem uma qualidade de vida invejável e que, portanto, viver, trabalhar e estudar em Oeiras é um encanto e é um prazer. Eu volto a recordar aqui, o Senhor Presidente da Câmara disse na última Sessão, a iniciativa recente da Comissão Europeia que lançou para todos os estados membros, o processo de candidatura ao Regional Innovation Valleys. Oeiras vai-se candidatar, obviamente, a essa “call”, que abriu o aviso agora há pouco tempo. O “Valley” é uma metáfora de um território altamente desenvolvido, altamente qualificado e é por isso que a nossa marca territorial é Oeiras Valley. Ora, para quem vem de toda a Área Metropolitana de Lisboa frequentar as nossas praias, é bom que aterre ali e tenha essa maravilhosa visão e não se perca. Saiba onde está, queira voltar e, portanto, usufrua do prazer que é de estar em Oeiras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A praia acessível. A Senhora Vereadora Teresa Bacelar, se a Senhora Presidente me der licença, poderá explicar com mais detalhe. Já lhe vou passar a palavra, porque eu julgo que há aí provavelmente algum equívoco, as reservas são sobretudo dirigidas às instituições e ao fim de semana, por exemplo, as pessoas que espontaneamente surgirem na praia, creio que podem utilizar o serviço, mas a Senhora Vereadora já poderá explicar. -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) relativamente ao Parque dos Cisnes. Aquilo que quiser saber, peça um esclarecimento, faça um requerimento, um esclarecimento à Câmara e será respondido pelos serviços, naturalmente que eu não estou preparado lhe dar os detalhes sobre aquilo que questionou.-----

----- Relativamente ao parque de estacionamento de Linda-a-Velha, que é um belíssimo parque de estacionamento, os cidadãos estão encantados, contentíssimos com ele e os visitantes também. A Senhora Deputada já sabia o que eu lhe ia dizer, portanto, não vou dizer, mas vou lhe dizer outra coisa: essa rede que nos posiciona como quinto município na Europa com mais carregadores elétricos, está muito bem pensada, muitíssimo bem distribuída e como a Senhora Deputada bem sabe, não é obrigatório por lei pôr um carregador elétrico no parque de estacionamento. Ainda assim está previsto e o operador vai colocá-lo. -----

----- Relativamente ao RPATOR aquilo que eu sugiro também, é que faça um requerimento sobre os esclarecimentos que pretende e a Câmara Municipal certamente responderá. -----

----- Senhora Presidente, se me der autorização, pedia à Senhora Vereadora para explicar a questão da Praia Acessível.”-----

3.10. A Senhora Vereadora Teresa Bacelar, prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Quero concordar com o Senhor Deputado David Ferreira (EO), claro. A Praia Acessível é um projeto extraordinário, não há dúvida nenhuma e no ano passado, em vinte e dois, teve mil quatrocentos e noventa e oito utilizadores, ou seja, já extravasou, já saiu de Oeiras. Nós temos diariamente a visita de várias instituições de fora do Concelho. Eu inclusive hoje tive

oportunidade de lá estar, estavam cerca de cinco instituições, entre as quais, uma delas era uma colónia de férias inclusiva. Ou seja, nós apelamos a que façam marcação, não só para organização do próprio espaço, como para acionarmos os seguros. Todas as respostas e todas estas atividades da Câmara têm seguro, ou seja, sempre que um idoso vai no turismo sénior, é acionado um seguro, o jovem vai numa atividade de verão, um ATL, ou seja o que for, são acionados seguros e também para todos os deficientes ou pessoas com incapacidade que frequentam a praia acessível, é acionado um seguro. Claro que se durante o fim de semana ou durante a semana, alguém for com o seu pai, com a sua mãe, com o seu educador, que queira utilizar o espaço e que se responsabilizem, claro que há essa flexibilidade. -----

-----Obrigada, Senhor Vice-Presidente.”-----

3.11. O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho prestou o seguinte esclarecimento:-----

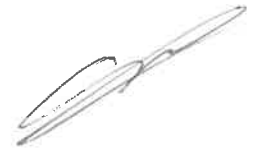
-----“Senhora Presidente, se me dá licença, só um esclarecimento rápido, que entretanto recebi aqui uma informação dos serviços a propósito de uma questão que a Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) tinha colocado (exatamente, acho que não são precisos dois microfones...) que é o seguinte: os serviços estão-me a informar que o tal relatório de verificação já está pronto, está a ficar pronto agora e que na próxima Sessão da Assembleia Municipal será apresentado.”-----

3.12. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Dois apontamentos muito rápidos.-----

-----O primeiro, é que o Senhor Vereador Pedro Patacho fez muitas considerações sobre o Concelho de Oeiras ser uma potência económica, sobre ter a população mais instruída, quase que nos queria fazer acreditar que vêm pessoas de todo o mundo para verem a bandeira Valley a esvoaçar ao vento na praia de Caxias, mas não nos respondeu à questão dos duches que não estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a funcionar, portanto Oeiras consegue fazer muita coisa, mas porque é que não consegue pôr duchas a funcionar na praia de Caxias e eventualmente noutras, entre as duas da tarde e as cinco da tarde, que nos parece uma hora um bocadinho estranha para não ter duchas a funcionar numa praia em pleno verão.-----

----- A segunda questão é que há aí alguma falha de comunicação eventualmente no Executivo, porque nós vamos seguir o conselho do Senhor Vereador e vamos fazer requerimentos às questões para as quais não tivemos resposta, mas eu relembro que quando nós fazemos requerimentos, muitas vezes, já aconteceu o Senhor Vice-Presidente vir com dossiers a dizer: “coitadinho de mim e de nós todos, que temos de responder aos muitos requerimentos que o Evoluir Oeiras faz, coitadinhos de nós”. Até me lembro do Senhor Presidente dizer: “noventa e nove por cento disto é do Evoluir Oeiras”. Se calhar, agora passa para noventa e nove vírgula nove por cento, mas quer dizer, nós ou fazemos requerimentos ou obtemos respostas aqui, portanto, vejam lá isso entre vocês, comuniquem e vejam bem se nos querem, se gostam dos nossos requerimentos ou não, porque nós assim ficamos um “bocadinho” baralhados.-----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

3.13. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Eu queria só sublinhar uma preocupação que nós temos vindo a notar e que já fizemos inclusivamente várias referências a elas nas nossas intervenções, que reforça a chamada de atenção que a Deputada Sílvia Marques (PAN) fez, relativamente à questão do uso de papel. O consumo de papel ou a diminuição do consumo de papel, bem como a diminuição de outros consumos como por exemplo, do plástico, etc. faz parte dos objetivos, inclusivamente que foram determinados relativamente às câmaras municipais por parte do Governo, numa portaria ou num decreto, que diz respeito à questão das dificuldades energéticas que o país tem vindo a sofrer.-----

----- Eram dadas uma série de orientações... Informo desde já que vou solicitar por escrito,

em requerimento, o ponto de situação relativamente a essa matéria, saber se o Executivo se debruçou, se ponderou, se os serviços mudaram, de facto, de práticas, essas coisas assim que, efetivamente, nos interessam. -----

-----Mas eu queria sublinhar o seguinte, Senhor Vice-Presidente, nós compreendemos que a decisão tem que ser uma decisão equilibrada e, portanto, não se pode acabar com o papel, porque nem toda a gente tem acesso aos meios digitais. É o que se passa com o Cartão de Cidadão, é o que se passa com a Autoridade Tributária, enfim, as soluções têm que ser sempre equilibradas. Mas eu também queria dizer o seguinte, nós também já aqui refletimos convosco a necessidade dos assistentes operacionais poderem ter uma formação especializada, uma formação específica para aceder ao mail, porque é uma questão de prática. Nós estamos a receber os nossos recibos desde o princípio do mandato em papel e não há razão nenhuma para que assim seja. Da mesma maneira que não há para nós, também não há para outros e portanto, aquilo que nós queríamos solicitar, Senhor Vice-Presidente (sem nenhuma crítica negativa, é obviamente uma crítica construtiva), é que sejam ponderadas efetivamente novas soluções que tragam e que incluam mais, porque municípios digitais e tecnológicos, têm que obrigatoriamente dar o exemplo naquilo que são os funcionários da Câmara Municipal.-----

-----Muito obrigada.”-----

3.14. O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho, observou o seguinte:

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Aqueles duches, aqueles balneários na Praia de Caxias foi uma intervenção feita pela União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias. Veja lá Senhor Deputado, que eu pensava que estavam a funcionar diariamente. Se não estão, há de ser por alguma razão, de maneira que nós vamos ver junto, também em parceria com a UFOPAC, o que é que se passa e o que é que podemos fazer para abri-los rapidamente: Eu julguei que estavam abertos, aliás até porque há um entendimento inclusivamente com a Federação Portuguesa de Triatlo para a utilização pontual



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

daquilo, porque a Baía de Caxias é muito utilizada para o treino de águas abertas e eles usam aquilo até com alguma frequência, por isso é que eu julguei que aquilo estava totalmente aberto também ao público. Mas vamos verificar o que é que falta para estar aberto nesses termos. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS). Muito bem, pois peça esclarecimentos, que há de ser esclarecida e muito se está a fazer certamente, agora não sei quantificar para atingir essas metas e avançar no processo de digitalização interna dos procedimentos e dos instrumentos de comunicação.-----

----- Agora aquilo que diz é bem verdade e o Município também está consciente disso, a formação e a capacitação dos funcionários está disponível, e é empenhamento do Senhor Vereador dos Recursos Humanos (que eu sei) e dos serviços, disponibilizar essa capacitação, essa formação aos funcionários. A maior parte destes que nós estamos a falar, não têm um posto de trabalho onde exista um computador, mas há zonas nas oficinas, aqui e acolá, onde têm computadores que poderiam ser consultados, mas isto também não vai “à martelada”, não é? Portanto, se as pessoas não querem e se as pessoas pedem (porque são os trabalhadores que pedem) ... Nós temos à volta de três mil funcionários, esse folheto, por exemplo, são impressos (eu não sabia, mas disse-me aqui a Vereadora Carla Rocha, eu sabia que era menos, bastante menos, não sabia quantos) quinhentos exemplares. Porque é que eles se fazem? Porque os trabalhadores pedem, são eles que querem. Portanto, o que é que eu lhe posso dizer? Que da nossa parte, totalmente em sintonia, máximo empenho no sentido de ir motivando as pessoas para aderir aos processos de comunicação eletrónica, criar todas as condições para que isso possa acontecer, continuar a insistir nas dinâmicas de capacitação das pessoas. Agora, como não vai lá “à paulada”, é um processo de diálogo que se vai construindo e esses hábitos vão-se consolidando e vão-se sedimentando ao longo do tempo.--

----- Obrigado, Senhora Presidente.” -----

3.15. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador, pela sua explicação. -----

-----Alguém mais pretende usar da palavra neste Período Antes da Ordem do Dia? É que não havendo mais inscrições, eu dou por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia e, portanto, vamos entrar no Período da Ordem do Dia.”-----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Inclusão na Ordem de Trabalhos, desta Sessão, a Proposta CMO N.º 575/2023 – DMAG/DFP – relativa à Contratação de empréstimo de médio/longo prazo destinado às despesas no âmbito da Jornada Mundial da Juventude 2023 -----

-----A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

-----“No Período da Ordem do Dia vamos começar, porque no início da Sessão eu comuniquei-vos, que iria introduzir um ponto que tinha sido acordado com os líderes dos grupos políticos.-----

-----Vou pôr à votação a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, que é a Proposta quinhentos e setenta e cinco/dois mil e vinte e três, relativa à contratação de um empréstimo de médio/longo prazo, destinado às despesas no âmbito da Jornada Mundial da Juventude, dois mil e vinte e três. -----

-----Ponho à votação a inclusão no período de hoje.”-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação a inclusão, na Ordem de Trabalhos, da proposta mencionada em título, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- A Senhora Deputada Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, do Partido Social Democrata, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 83/2023** -----

----- **PROPOSTA - INCLUSÃO NA ORDEM DE TRABALHOS, DESTA SESSÃO, A PROPOSTA CMO N.º 575/2023 RELATIVA À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO DESTINADO ÀS DESPESAS NO ÂMBITO DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta referida em título, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Iniciativa Liberal, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, incluir na Ordem de Trabalhos desta Sessão, o assunto referido em título.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.2. Apreciação da Petição – “Alargamento da Zona de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL), operada pela Empresa Municipal Parques Tejo, nos termos do Artigo 66.º do Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras” (os documentos relativos a esta Petição ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, isto é quase uma **Interpeleção à Mesa**, porque há aqui algumas questões no Regimento, relativamente ao direito de petição que eu gostava de clarificar, antes de avançarmos propriamente para a discussão. -----

-----Há uma série de considerações no artigo sessenta e seis do Regimento, que diz que a petição.... a forma como deve ser apresentada a petição, prevê o direito de petição, por aí fora, diz que pode ser remetida para uma comissão, mas é uma decisão do Presidente, portanto, poderá ou não fazê-lo, mas depois diz aqui nos pontos cinco, seis, sete e oito, que há necessidade de elaborar relatórios e que esses relatórios é que são apreciados em sede de Assembleia Municipal. Portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

eu pergunto o que é que nós estamos aqui a apreciar hoje. Estamos a apreciar a petição que, segundo o direito de petição previsto na lei e neste Regimento, pressupõe a apresentação dos respetivos relatórios, ou estamos..., ou então onde é que estão esses relatórios para que possam ser apreciados. Depois, também é suposto ser dada uma resposta aos peticionários e essa informação ser prestada à Assembleia. Eu acho que nós estamos aqui a... Incluímos um ponto na Ordem de Trabalhos que eu não tenho a certeza, se está de facto, nas devidas condições de poder ser apreciado ou não, sendo que obviamente, os peticionários não podem estar a ser prejudicados por esta situação e portanto, há um prazo legal que existe, está estipulado na lei que no máximo são trinta dias e que nada disso foi cumprido. Portanto, eu gostava de saber como é que se vai resolver esta questão, considerando que tem de ser salvaguardado o direito de petição dos peticionários, como é óbvio, não é? Não podem estar a ser prejudicados por questões processuais ou administrativas, mas não posso deixar de colocar esta questão, face àquilo que está escrito no Regimento. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- O **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** observou o seguinte: ----

----- “Senhora Presidente, antes de passarmos à nossa intervenção, se me permite, nós gostaríamos de obter os esclarecimentos que a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) solicitou, que têm que ver com a condução dos trabalhos.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte: -----

----- “Estou a dar a palavra aos deputados municipais e depois haverá uma resposta para todas as questões que forem colocadas. É assim que costumamos fazer, proceder os nossos trabalhos.” -----

----- A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** retomou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Eu compreendo isso e sei que é isso que costumamos fazer, mas a Senhora Presidente

sabe que aquilo que lhe foi colocado é uma Interpelação pela condução dos trabalhos.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Não é uma Interpelação.” -----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** respondeu o seguinte:---

-----“Foi isso que a Senhora Deputada disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“A questão foi colocada e haverá uma resposta para a questão que a Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) colocou, assim como haverá para as questões que os outros senhores deputados colocarem. É um ponto da Ordem de Trabalhos. Se querem fazer mais intervenções farão e depois ser-lhes-á respondido. -----

-----Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), quer voltar a usar da palavra? Faça favor.” --

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, só para clarificar. Isto é, de facto, uma **Interpelação à Mesa**, porque efetivamente se há um conjunto de regras definidas no Regimento e elas não estão efetivamente a ser na sua totalidade acauteladas, parece-me que há aqui uma questão que tem de ser, previamente à discussão decidida, ou pelo menos prestada a devida informação a todos os deputados que é efetivamente para garantir, no fundo, se estamos ou não em condições de discutir e de apreciar esta petição. Porque efetivamente há uma exigência (pelo menos é essa a minha interpretação) e por isso a Interpelação à Mesa, para que a Mesa também possa avaliar, de que faltam estes relatórios, sem os quais me parece que podemos estar de facto aqui nalgum tipo de incumprimento, até mesmo... Não é uma questão.... É a apreciação dos relatórios que é feita em Assembleia Municipal.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada, nada diz que o relatório tem de ser escrito, nem diz a quem compete ser feito o relatório. Não há..., portanto agora estamos... Nada diz que é obrigatório haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um relatório, nem a quem compete fazer o relatório. -----

----- Nós estamos a discutir este ponto, e, portanto, irei ouvir as intervenções dos senhores deputados sobre este ponto. Pergunto.... Tinha inscrito o Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS). Quer usar da palavra? Faça favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Não obstante não estarem reunidos os requisitos previstos no Regimento para apreciar a petição, vamo-nos debruçar sobre a mesma com a informação de que dispomos. -----

----- Discutimos hoje finalmente, a petição entregue a vinte e um de março, sobre o estacionamento tarifado na envolvente do Parque dos Poetas, tema igualmente presente na intervenção do público de vinte e oito de fevereiro. -----

----- Iniciamos felicitando os peticionários pela iniciativa, centrando a nossa intervenção, primeiro na forma como foi tratada a petição e em segundo, no próprio processo de implementação da ZELD. Relembramos o episódio da entrega da petição, com um interrogatório sobre o local da residência do orador, desvalorizando-se a petição, afirmando-se que não valia a pena trazer novamente o assunto e questionando-se na própria Sessão, se a petição cumpria os requisitos do Regimento. -----

----- Lamentamos o silêncio e ausência de resposta a requerimentos escritos e orais efetuados, solicitando que a Assembleia fosse informada e sobre os quais a Câmara Municipal e a Parques Tejo não se dignaram responder. Face à ausência de respostas, a vinte e oito de abril, a Senhora Vereadora do PS Filipa Laborinho questionou a Parques Tejo sobre a implementação da nova ZEDL. A resposta é enviada a treze de junho num documento que nem sequer está assinado, o que desresponsabiliza quem o enviou. Hoje, apesar de alguma resistência aparente, cumpre-se o previsto no Regimento, que queremos que seja exemplo e incentivo à participação cívica para trazer à discussão nesta Casa da Democracia, que tem como objetivo a fiscalização do trabalho do Executivo. -----

-----Sobre a petição propriamente dita e com a informação de que dispomos, sabemos que estão em causa três mil cento e trinta e quatro lugares, em dois núcleos da nova ZEDL aprovada em Câmara em vinte e dois de julho de dois mil e vinte e dois, estando em vigor a tarifa mais agravada. Ficam de fora para já os quarteirões do Bairro Augusto de Castro. Senhor Vice-Presidente, em exercício, o PS tem sérias dúvidas sobre o processo que levou à implementação desta nova zona tarifada e da justificação da constituição da mesma, pois apenas vinte e três vírgula oito por cento dos lugares correspondem a locais onde foi solicitada a intervenção dos residentes. Sobre a necessária articulação com os moradores e comerciantes, até mesmo com a Junta de Freguesia, parece não ter existido. Desafiamos a Senhora Presidente de Junta Madalena Castro, a dizer qual foi o envolvimento da junta neste processo, em quantas reuniões esteve sobre o assunto antes da implementação e se existiu alguma sessão de esclarecimento junto da população, ou apenas recebeu cem flyers que a Parques Tejo diz ter entregue na junta de freguesia, como se de um facto consumado se tratasse.-----

-----Trata-se efetivamente de locais com elevada atração, com equipamentos como o Hospital da Luz, estabelecimentos de ensino e diverso comércio e serviços que até podem criar constrangimentos em termos de estacionamento, mas as soluções devem ser proporcionais e envolver sempre a população.-----

-----Os deputados municipais esperam que o diálogo anunciado a vinte e um de março pelo Senhor Presidente, entre a Câmara, a Junta, a Parques Tejo, moradores e empresários dê resultados e que seja encontrada uma solução equilibrada.-----

-----Por último, queremos alertar para a ilegalidade na atribuição de dísticos a preços reduzidos a trabalhadores do Hospital da Luz e estabelecimentos de ensino. Esta atribuição é justificada através do número dois do artigo décimo segundo do regulamento da ZEDL e cito: “os veículos pertencentes a outras atividades coletivas, designadamente sem fins lucrativos, que prestem serviço público ou de interesse coletivo para a comunidade”, ou seja, apenas pode ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aplicado a veículos das pessoas coletivas e não funcionários da mesma. Para além desta ilegalidade, cria uma situação de discriminação perante as empresas que têm de pagar um valor mais elevado. -----

----- Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, em exercício, vai o Executivo rever a sua posição na área abrangida e face à irregularidade no valor cobrado nos dísticos a pessoas individuais, valores desproporcionais e desiguais? Está disposto o Executivo a rever o regulamento das ZEDL, de forma a contemplar um regime justo para todos?” -----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) observou o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Pedi a palavra simplesmente para lembrar alguns senhores deputados que a transição digital não se faz “à paulada”. Não se faz “à paulada” e também não se faz à custa de todos os municípios que eventualmente tenham dificuldades em aceder aos meios digitais.” -----

----- A Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente. Boa tarde Senhor Vereador Pedro Patacho, hoje com competências extra, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, caro público que assiste, hoje com um cumprimento especial para os cidadãos autores da petição que discutimos neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Eu queria começar por ser muito frontal com os autores desta petição. Nós não concordamos com tudo o que eles defendem aqui, nós achamos que o estacionamento tarifado tem um papel determinante a regular o usufruto do espaço público, porque achamos que é algo que faz sentido do ponto de vista urbanístico e de organização das cidades e das zonas urbanas em geral.

----- Ao contrário do que muitas vezes tentam pintar nesta Assembleia Municipal, nós também somos sensíveis à questão da falta de estacionamento em geral e que afeta a zona que referem na vossa petição, bem como muitas outras do Concelho. Já aqui dissemos várias vezes, que os carros são um modo de mobilidade usado nas cidades (e não só) e continuarão a sê-lo no

futuro. O que esperamos é que sejam de forma cada vez mais sustentável e é isso que defendemos e nós achamos que o estacionamento tarifado contribui para isto, para uma melhor organização do espaço público e com algumas medidas complementares, como a criação de lugares específicos, por exemplo para residentes, até pode contribuir para resolver o problema da falta de estacionamento. O que nós achamos também é que tem de ser bem feito e tem de ser feito com as pessoas e não contra as pessoas, como aqui parece ser o caso. -----

-----Resumindo, nós queremos muito provavelmente o mesmo que os peticionários: melhor mobilidade e organização do espaço público e que isso seja feito de uma forma sustentável, tanto ambiental, como economicamente, boas condições de vida para as pessoas, incluindo em termos de estacionamento que se possível, ajudem a melhorar e a incentivar o comércio local. -----

-----Discordamos em qual o caminho exato para alcançar estes objetivos, mas isso faz parte e é saudável em democracia. Dito tudo isto, há aqui um conjunto de questões em que estamos totalmente ao lado dos peticionários, relacionadas em particular com a forma como todo o processo em torno da petição e os próprios peticionários foram tratados nesta Assembleia Municipal, que consideramos que foi absolutamente inaceitável. Em primeiro lugar, a tentativa de desqualificação de um dos peticionários por viver fora do Concelho de Oeiras, é abstrusa. No limite, uma pessoa que vive em Santarém e trabalha em Cascais e passe por Oeiras nas suas deslocações, tem todo o direito a vir a esta Assembleia Municipal com uma petição que seja relevante para o Município como esta é. Aqui é ainda mais absurdo, porque tratam-se de pessoas que mesmo algumas vivendo fora do Concelho, têm os seus trabalhos e os seus pequenos negócios em Oeiras. Não nos revemos nessa atitude bairrista e de que entre as pessoas que fazem muita da sua vida em Oeiras, há cidadãos de primeira e de segunda. Os oeirenses, certamente, também não se reveem nisso ou nunca teriam, por exemplo, eleito um Presidente da Câmara oriundo do Concelho de Mirandela. O local de nascimento ou de residência ou outros critérios do género, são absolutamente irrelevantes perante petições do interesse do Município e é lamentável que o Presidente da Câmara (que tenho muita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

pena que não esteja cá hoje) tenha trazido questões deste género a lume, quando o peticionário cá veio da última vez. -----

----- Em segundo lugar, a tramitação desta petição dentro da Assembleia Municipal não cumpriu o Regimento. A descida das petições a uma comissão e audição dos peticionários são opcionais no Regimento. Nós não concordamos que as coisas sejam assim, achamos que esta petição devia ter sido previamente debatida numa comissão e que os peticionários deviam ter sido ouvidos previamente à marcação deste debate, mas mesmo nós não concordando, estando isto como opcional no Regimento, respeitamos, mas discordamos. O que não é opcional, é o que está nos pontos seguintes do Regimento, nomeadamente a elaboração de um relatório sobre a petição num prazo máximo de trinta dias, coisa que tanto quanto sabemos e quanto temos conhecimento, nunca aconteceu. A inexistência deste relatório, que seria útil tanto para os deputados, como para os próprios peticionários, é uma violação flagrante e direta do número seis do artigo sessenta e seis do Regimento desta Assembleia Municipal. -----

----- Por fim, a interação que a Assembleia Municipal teve com os peticionários também nos parece que foi muito parca, o que nos prejudica a todos neste debate. O número sete do artigo sessenta e seis obriga a reporte por parte da Assembleia, tanto aos peticionários como à própria Assembleia em função do relatório que mencionei anteriormente e que tanto quanto sabemos, não existe. Não tendo este sido elaborado, depreende-se que os peticionários obtiveram zero informações da Assembleia durante o tempo em que esta petição cá esteve, o que a confirmar-se é lamentável. -----

----- Em suma, defenderemos sempre (sempre) que concordando ou não com o assunto, o direito a que todos os cidadãos que assim o desejem, tragam assuntos de relevo para o Município a esta Assembleia, incluindo sob a forma de petição. Esperamos que daqui em diante, a Câmara e a Assembleia através da sua Mesa e da Senhora Presidente, saibam dar uma resposta mais digna que a que deram nesta instância aos cidadãos que se dirigiram à casa de democracia de Oeiras,

com um instrumento tão nobre quanto aquele que é uma petição cidadã. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Queria dizer duas ou três coisas relativamente a este assunto, que me parece que têm lógica e que têm a ver com o facto de nenhuma força política seja ela da oposição, ou que esteja a acompanhar ou a suportar a força política maioritária neste Concelho, tem alguma coisa contra o exercício seja do direito de petição, seja de qualquer outro por parte dos munícipes, ou de quem de alguma forma convive com o Município. Portanto, todas estas teses que vêm de encontro ou que pretendem criar um espírito de que parece que alguém aqui se opôs aos peticionários ou que os tratou de uma forma menos correta, pela parte da força política a que pertenço, não colhe. Não colhe, estas petições bem-intencionadas ou mal-intencionadas, são sempre bem-vindas. A Casa para a discussão deste tipo de questões é esta e, portanto, é isso que está aqui a ser feito. Eu devo dizer que tenho alguma dificuldade em discutir esta petição em concreto, porque o texto é de tal forma amplo, que se aplicaria a todas as ZEDL, a todas as zonas de estacionamento e creio (mas é apenas uma questão de fé) que não é isso que os peticionários pretendem, creio que os peticionários não pretendem, através desta petição, acabar com todas as zonas de estacionamento existentes no Concelho. Mesmo que assim não seja, o texto que serve de base a esta petição e que recolheu os apoios que recolheu, independentemente de quais sejam ou de quem sejam, é algo que poria em princípio em causa, todas as zonas de estacionamento existentes e não me parece que essa seja uma solução, não me parece que essa seja a via, não me parece que a solução dos problemas de estacionamento em Oeiras (assim como esta petição diz que não é através das ZEDL que se solucionam os problemas de estacionamento em Oeiras, argumento com o qual eu concordo), também não é com ausência de ZEDL, que se resolve o problema de estacionamento em Oeiras. Aí sim, aí contribuiria até para o agravamento da situação e, portanto, parece-me que a definição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dos prós e dos contras do estabelecimento de ZEDL é importante para fundamentar uma petição, venha ela de quem vier, seja ela de quem for. -----

----- Creio que a Câmara Municipal de Oeiras e a Parques Tejo (e realço aqui o papel que a Parques Tejo tem tido, porque há obviamente empresas municipais com um objeto social mais fácil que outros e é evidente que o objeto social da Parques Tejo, não é um objeto social simpático do ponto de vista dos moradores, naquilo que diz respeito à regulação do estacionamento, porque não é obviamente uma tarefa fácil)..., mas tem sido política da Câmara Municipal não criar zonas de estacionamento contra a vontade dos moradores, contra a vontade dos comerciantes ou de quem usa habitualmente as zonas onde estas ZEDL são implementadas. A prática tem sido essa e normalmente a criação de ZEDL, corresponde a uma necessidade que é a necessidade contrária sentida pelos moradores, no sentido de regular um “bocadinho” aquilo que é o estacionamento nas zonas em concreto. Tem sido esse o espírito, tem sido essa a forma como a Parques Tejo tem atuado e eu não me identifico com aqueles que acham que esta é apenas uma procura de fontes de receita adicionais, para uma empresa que do ponto de vista financeiro, é uma empresa sólida e que não depende exclusivamente da criação ZEDL. -----

----- Entendo que algumas queixas que vão acontecendo, devem ser queixas objeto de análise, entendo também que a criação de ZEDL não é uma coisa feita para sempre, não é uma coisa, não é algo que seja uma imposição para todo o sempre, para muitos anos e portanto, acho que a Parques Tejo não tem só a função, e esta Assembleia Municipal, de autorizar a criação de zonas de estacionamento, deve ter também a função, a tarefa de acompanhar aquilo que resulta da implementação destas zonas de estacionamento, no sentido de perceber os impactos positivos e negativos, que a criação das ZEDL tem para as zonas onde são criadas. -----

----- Portanto é este apelo que eu faço, julgo que não será necessário, porque estou convencido que a Câmara Municipal e a Parques Tejo estão atentas a este problema, mas é este o apelo que eu faço para não em concreto para a ZEDL que está aqui em questão, mas para todas

elas, que haja um acompanhamento periódico da evolução da situação e que se perceba quais são os reais impactos da criação destas zonas e se porventura, houver alguma coisa a alterar, estou absolutamente convencido que quer da parte da Parques Tejo, quer da parte da Câmara Municipal, haverá toda a disponibilidade e toda a boa vontade para introduzir as correções que se revelarem adequadas. -----

-----Portanto, é o que nos oferece dizer sobre esta petição em concreto. Como digo, é uma petição que do meu ponto de vista, pelo texto que tem é uma petição que é contra todas as zonas de estacionamento (pelo menos é isso que eu retiro da leitura que fiz da petição), não concordo obviamente com isso e portanto, registo algumas das preocupações, mas estou absolutamente convencido que as razões que estão na base desta petição não se justificam, não se aplicam ao caso concreto e se porventura em algum caso concreto se aplicarem, estou certo que através do diálogo com a Parque Tejo e com a Câmara Municipal, se encontrarão as soluções que são adequadas a cada caso em concreto e não às ZEDL no seu todo. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----O **Senhor Deputado Vítor Marques (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“A nossa bancada pediu a palavra por uma única razão. Nós queremos reiterar aquilo que foi dito aqui ao início, porque parece-nos que está provido de toda a razão. Efetivamente, o artigo sessenta e cinco do Regimento prevê, como faculdade, que a Senhora Presidente submeta esta petição a uma comissão e penso que assim..., aliás, não penso, pensamos e é no plural que falo, que assim devia ter sido.-----

-----Não estamos a falar da bondade dessa petição, essa deveria ser analisada na comissão respetiva e essa comissão apresentar então o resultado do seu trabalho. Só assim é que podemos ter uma discussão mais profícua e ela não está a ser. Portanto, estamos a perder tempo a analisar uma petição e mais uma vez, repito, nada tem a ver com a bondade da mesma, mas tem a ver com uma questão, se quiser de atos preparatórios para que possamos então aí sim, discutir com toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

propriedade e tomar uma deliberação o mais adequada possível à pretensão formulada por aqueles cidadãos, independentemente de serem ou não munícipes deste Concelho.-----

----- Nós queríamos frisar precisamente esta nossa posição e mais que a Parques Tejo, eventualmente, terá que, enfim, colher também o parecer (apesar desse parecer, quer de juntas, quer de uniões de freguesia não ser vinculativo)..., mas acho que devemos envolver-nos todos, inclusive também esta Assembleia, não só a empresa municipal de que estamos aqui a falar, mas também as demais entidades municipais.-----

----- Assim sendo, nós não vamos abordar o “miolo” daquilo que está na petição aqui em referência, mas aguardamos que possamos fazer alguma coisa e discutir aí sim, na comissão respetiva e munidos dos respetivos relatórios, enfim, aquilo que foi peticionado e trazido a esta Assembleia. -----

----- Assim sendo, Senhora Presidente, por ora, disse.” -----

----- O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Este tema do estacionamento tarifado é sempre uma questão complexa que não pode ser vista de forma isolada e que tem que ter uma perspetiva muito articulada com aquilo que é a política global de mobilidade do Município, eu diria até mais além do Município, da Área Metropolitana ou de partes da Área Metropolitana e também com aquilo que são os usos do solo, a sua distribuição no território e portanto, a articulação com a política de ordenamento do território e de gestão do território.-----

----- O estacionamento tarifado (como também já aqui foi referido) é um instrumento necessário, faz parte das políticas de mobilidade utilizar este instrumento e, portanto, também tem de ser considerado como tal. Pode ser utilizado, pode não ser utilizado, mas é um instrumento que está à nossa disposição para organizar a mobilidade que queremos. Agora, as prioridades têm de ser dadas efetivamente ao transporte público e a alternativas ao transporte individual, e essas

alternativas em Oeiras estão ainda muito longe de serem garantidas. De facto, as pessoas ainda têm grande dificuldade em encontrar uma alternativa ao transporte individual, isto é um facto e está, enfim, salientado e reconhecido em diferentes estudos, nomeadamente no Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável há este diagnóstico e é claro. -----

-----Este tema também é sensível, naturalmente, porque interfere de forma muito direta com a vida das pessoas, do seu dia a dia, da sua mobilidade que é cada vez menos simplificada na deslocação casa-trabalho. As pessoas deslocam-se e movem-se de formas muito diversas, complexas e com custos e com um fator também que pondera muito na sua vida pessoal. Portanto, ouvir e discutir com a população, com os comerciantes, com os diferentes atores é de facto aqui importante e é de louvar também estas petições e todas as formas de participação da população. -

-----Tem sido colocado, até pelo Presidente da Câmara Municipal, que é política da Câmara não colocar estacionamento tarifado, quando a população não quer e inversamente, colocar quando a população quer. Ora bem, isto parece-me ser também uma forma um “bocadinho” simplista de abordar este problema, que de facto é bastante complexo. O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que aqui há uns tempos estivemos a discutir, é relativamente parco na definição desta estratégia, remete muito para aquilo que são os instrumentos da Parques Tejo e talvez aqui até se vislumbre alguma indefinição, que do nosso ponto de vista é crítica, enfim, naquilo que são as competências da Câmara e as competências da Parques Tejo. Percebe-se aqui que há uma componente política, que a Câmara não pode delegar completamente na Parques Tejo para sustentar também as opções, evidenciando aquilo que são os fatores e os critérios para organizar esta questão. Onde é que temos, onde é que não temos? Quais são esses critérios? Quais são essas opções? Qual é a estratégia global que temos? Isto não pode ser definido de forma casuística, mas tem de ser definido com a especificidade, caso a caso, dentro de um panorama geral e, portanto, é um tema para o qual também é muito importante trabalhar no sentido pedagógico com as pessoas, mostrando aquilo que são as vantagens e os inconvenientes. Não é uma equação simples, mas é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fundamental que seja claro para todos quais é que são as grandes opções do Município, onde é que queremos ter estas situações, onde é que não queremos. Não pode ser quando a população quer e quando não quer, isto só não chega.-----

----- Voltando um “bocadinho” à questão inicial mais formal, há que elaborar um relatório que dê resposta a esta petição, há que dar resposta fundamentada a esta petição, clarificando aquilo que são as opções do Município e depois, enfim, naturalmente, podemos estar mais de acordo ou menos de acordo, mas temos de perceber qual é que é a posição do Município de forma clara, tecnicamente sustentada e com as implicações que isso traz. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Era só para lembrar, porque foi aqui referido que foi maltratado (foi assim que foi dito) o cidadão que veio aqui referir a petição e quando se lhe perguntou onde morava, quero referir que na petição, pelo menos em dois momentos, um na página um, no quarto parágrafo, se diz “enquanto moradores”, portanto, os peticionários serão moradores e na segunda página, no penúltimo parágrafo, se diz “em suma, como moradores e como comerciantes”, tal, tal, tal. -----

----- Queria só referir isto, portanto, as pessoas apresentam-se como “moradores” ou “moradores e comerciantes” e quando foi perguntado ao cidadão onde vivia, ele disse que não era morador nem comerciante.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV)** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Não.... queria só referir isto, mais nada.” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, já tinha pedido a palavra...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), tem alguma coisa a acrescentar? Tem o seu tempo... faça favor.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte:-----

-----“Sim, muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----Eu queria perguntar com toda a simpatia e boa-vontade ao Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV), se ele acha que ter a morada fiscal num sítio é necessariamente a mesma coisa do que viver nesse sítio e se ele acha que, independentemente de tudo isso, é minimamente relevante para a questão que aqui estamos a discutir, onde é que as pessoas têm a sua morada fiscal ou deixam de ter. Gostaria de ouvir também o Senhor Deputado Domingos Santos (IN-OV), um “bocadinho” sobre esta matéria.-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** perguntou o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, não me dá a palavra porque?”-----

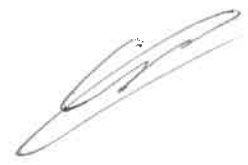
-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, eu não lhe ia dar a palavra, porque o Senhor como já disse várias vezes aqui nesta Assembleia, é funcionário superior da Parques Tejo, isto é um assunto que está ligado intimamente à Parques Tejo, por isso parece-me que o Senhor não deve usar da palavra.”-----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** fez o seguinte **Ponto de Ordem à Mesa:**

-----“Senhora Presidente, vou fazer um Ponto de Ordem à Mesa e vou esclarecer essa situação que aliás, a Senhora Presidente não estava na anterior Assembleia e eu tomei a liberdade de esclarecer.-----

-----Legalmente (e é isso que interessa à Senhora Presidente), não há nada que me impeça de falar. Eu, eticamente, entendi no meu mandato (e mantereí), que sempre que houver documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Parques Tejo (os seus relatórios, a estratégia da empresa) que eu não devo falar, mas é por questões éticas. Agora há uma coisa que eu como deputado tenho o imperativo categórico de o fazer, aliás, quando foi... deixe-me terminar, Senhora Presidente por favor, eu peço..."-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

----- "Senhor Deputado, não vale a pena levantar a voz, porque é a mesma coisa, qualquer que seja o tom que o Senhor usar."-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- "Não... A Senhora Presidente não me pode cortar palavra. Ao abrigo de que lei?" ----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- "Poder posso. Não o irei fazer, irei deixá-lo dizer. Depois esclarecê-lo-ei. Faça favor."

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte:-----

----- "Mas eu queria terminar a minha explicação, se me permitir."-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- "Então faça favor."-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)**, referiu o seguinte:-----

----- "Tal como vim aqui, quando foi do orçamento, defender (e foi uma honra e um privilégio) as políticas de mobilidade do grupo IN-OV, portanto, em matéria de mobilidade e é isso que vai ser a minha intervenção, é política geral, eu falarei sempre que a minha consciência o entender. Agora, quando vierem documentos específicos da Parques Tejo, aí não falarei. Mas... e até porque, Senhora Presidente desculpe-me, mas é importante, eu inclusivamente fui abordado por dois dirigentes deste movimento (ou um) lá fora, uma das vezes até fui de alguma forma assediado, não me cumprimentou e fui mal interpretado e, portanto, quero esclarecer aqui um conjunto de situações. -----

----- Então, começemos pela questão formal."-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, primeiro vai-me deixar dizer-lhe e esclarecê-lo. O Senhor não pode, enquanto funcionário de uma empresa intervir...”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Posso, posso.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --

-----“Sempre.... Não pode. Sempre que esteja em causa essa empresa. Desculpe.... É grave que o Senhor não saiba isso.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: --

-----“Desculpe, estou no uso da palavra e o Senhor não me vai interromper. Porque inclusive, se o Senhor participar em alguma votação e que diga respeito a essa empresa onde o Senhor é funcionário, isso pode anular a votação. Portanto, é uma questão de bom senso da sua parte, o Senhor não colocar em causa nem a sua empresa, nem o seu grupo político.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, vou esclarecê-la.”-----

-----“A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: -

-----“Agora que o Senhor..., que já lhe dei o esclarecimento, que é minha obrigação dar, se o Senhor quiser continuar, faça favor de continuar.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) disse o seguinte: -----

-----“Vou, porque a Senhora Presidente está mal informada e já agora...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Não estou. Faça favor de continuar.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Está. Permita-me. Eu vou esclarecê-la. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Antes de assumir estas funções, ainda era o Senhor Engenheiro Luiz Melo Presidente da Parques Tejo, eu fiz um e-mail à administração da Parques Tejo a perguntar se havia alguma incompatibilidade e recebi um parecer jurídico e o parecer foi muito simples: só seria incompatível se eu fosse um administrador da Parques Tejo. Repare, está aqui a colega Celina que é funcionária da Câmara e não passa pela cabeça de ninguém que ela não vote e podem de estar aqui “n” funcionários da Câmara. Uma coisa é ser funcionário de uma empresa (isto do ponto de vista legal), portanto Senhora Presidente, que fique esclarecido que o único impedimento que daria para a minha votação ou apreciação, seria se eu fosse administrador da Parques Tejo. Olhe, infelizmente, não sou, sou um técnico superior e como tal, legalmente não estou impedido e volto a referir, eu não intervenho nem voto em questões e matérias de documentos, de orçamentos, porque acho que não devo eticamente. -----

----- Mas eu queria ir diretamente à petição, se não se importa, porque isto é importante demais para o Concelho. O primeiro enquadramento no seguimento da intervenção da Mariana Leitão, da Deputada da Iniciativa Liberal, eu não vou discutir aqui a questão formal do nosso Regulamento, acho que devíamos ir à questão substancial e de facto, é que a lei quarenta e três/noventa dá todo o direito a estes peticionários de fazerem exatamente o que estão a fazer, que é eles estão a recorrer... e isto é muito claro no artigo... não, estou a falar da lei geral, senhor deputado. A lei quarenta e três de mil novecentos e noventa, que permite e dá aos cidadãos o recurso peticionário contra uma decisão hierárquica e, portanto, desse ponto de vista, interessa discutir este assunto e já agora desculpem, houve pelo menos duas, três ou quatro intervenções destes peticionários na Assembleia. A democracia está a funcionar, a petição está aqui, os argumentos foram apresentados, interessa é discutirmos a substância e não a forma, senhores deputados. Aqui para mim, o importante é a substância do assunto que aqui está e não a forma, se vai a uma comissão, se tem um relatório. Aliás, como os senhores deputados sabem, o Senhor Presidente (e bem) além de ter dito que nunca seriam colocadas zonas de..., o alargamento das

zonas de estacionamento de duração limitada onde a população não quisesse, também disse que iria pedir um relatório (foi aqui dito) à Parques Tejo, sobre quais são os efeitos.-----

-----E queria esclarecer o Senhor Deputado Ricardo, do Partido Socialista, que tem que ler melhor as coisas. Não estamos a falar de três mil e oitenta e três lugares, estamos a falar de novecentos e noventa mais quarenta. Ou seja, não estamos a falar de uma ZEDL, estamos a falar do alargamento de uma ZEDL, portanto, esta ZEDL já existe há muitos anos e isso sim, o que o Deputado Ricardo (PS) disse é muito importante, é que todos os habitantes desta zona que tem parquímetros passaram a ter acesso gratuito a três mil e oitenta e três lugares. Dantes não tinham, agora se pedirem um dístico que custa seis euros de dois em dois anos, ou seja, pagam três euros por ano, ou seja, pagam um cêntimo por dia e passam a poder estacionar em toda a ZEDL de Oeiras. Isto é mau para os residentes? E esta é que é a questão de fundo. -----

-----Agora, taxa vermelha. É importante dizer que a taxa vermelha em Oeiras custa um terço do que custa em Lisboa. É que ela é vermelha de nome, mas não é vermelha de custo e custa metade do que custa em Cascais. Em bom rigor, a taxa vermelha em Oeiras está ao preço das taxas verdes da Área Metropolitana de Lisboa. Isto é só consultar o.... estamos a falar de sessenta e cinco cêntimos por hora, não há em nenhum outro concelho sessenta e cinco cêntimos por hora. Mas ainda mais importante e aí sim, seria importante informar os peticionários, era colocar as taxas semanais, porque setenta por cento das ZEDL de Oeiras, ou seja sete em cada dez lugares, custam um euro por dia quando os utilizadores porque trabalham, por exemplo, fazem uma taxa semanal ou semanal especial e portanto, apesar de haver maioritariamente taxas vermelhas, há a taxa semanal que permite estacionar, e isto é importante, sobretudo para quem? Para as pessoas que trabalham. Para as pessoas que trabalham em vez de andarem a pagar o parquímetro o dia todo, podem pagar uma taxa semanal e por exemplo, é uma proposta para falar com os peticionários, colocar em zonas, onde efetivamente, haja residentes, perdão haja trabalhadores, porque os residentes estão sempre protegidos. Este é que é o ponto... na petição e vai-me desculpar o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputado António Moita IN-OV), mas a petição está clara no final “apelamos à Assembleia Municipal que diligencie no sentido de travar este alargamento”, portanto, aquilo que os peticionários estão aqui a fazer é a pedir que este alargamento, que é na zona do Parque dos Poetas, estamos a falar de uma coisa muito concreta, eles não estão a pôr em causa... Essa primeira intervenção desse movimento “não queremos parquímetros em Oeiras”, de facto, achei (e vão-me desculpar), uma coisa estapafúrdia. Tal como aqui foi dito, não faz sentido uma cidade como Oeiras, não ter zonas de estacionamento de duração limitada, mas permitam-me tocar aqui nos pontos importantes. -----

----- Em relação às taxas, que é o considerando que está aqui colocado, não é verdade. As taxas de Oeiras são muito mais acessíveis e os residentes não pagam. E mais: têm acesso àquelas ruas e ainda às outras todas que estão taxadas naquela mesma zona e podem pedir um, dois, três, quatro, cinco, seis dísticos dos automóveis que tiverem. Em Lisboa só podem pedir três e o terceiro custa cento e cinquenta euros por ano. -----

----- A segunda questão que é aqui colocada nesta respeitosa petição (portanto, há aqui também muita falta de informação da parte dos peticionários), é pensar que este alargamento de ZEDL é para ter receitas, ou seja, que é uma forma de captação de receitas. Pois há muitas zonas em Oeiras em que o concessionário, a Parques Tejo, perde dinheiro em ter parquímetros. Olhe, vou dar um exemplo, em Linda-a-Velha, na pirâmide. Os parquímetros dão dez ou catorze euros por mês. Mas é importante porquê? Porque protege os residentes, porque os residentes podem obter o dístico e assim têm lugar para os seus carros. Se não estivessem lá os parquímetros, não tinham o estacionamento. Porquê? Porque as pessoas que vão lá trabalhar nos escritórios ocupam esses lugares e é entendimento da política de mobilidade que se deve proteger quem reside. Portanto, é este aspeto dos peticionários que a mim, não tenho dúvidas, que estão mal informados e já agora desculpem, eu nunca, ao contrário do que disse, lhes chamei “ignorantes”, o que eu disse é que eram “argumentos ignorantes” e fui rever as minhas intervenções. Uma coisa é ter

“argumentos ignorantes”, que é não saber do assunto (e eu não sei de muitas coisas, deste sei um “bocadinho”), outra coisa é chamar “ignorante”. Nunca chamei ignorante a ninguém. -----

-----Agora, “que é imoral num cenário de inflação este...”. Bom, aqui a questão é um bocado inversa. Os senhores deputados têm consciência dos pedidos que temos há anos na empresa, para taxar a Figueirinha? Aquela rua ao pé da Copacabana, a Jaime Cortesão, a Rua de Belém? Porque as pessoas, aquelas que estão informadas, sabem que se passar a haver ali parquímetros (falando em linguagem que se perceba), passa a haver vantagens para os residentes e são as pessoas que os pedem, tal como aconteceu na Medrosa. Foi um movimento de cidadãos que veio pedir “por favor, ponham parquímetros” e sabem porquê? Porque havia uma pressão dos estudantes da universidade e foram colocados... E o Senhor Presidente disse e muito bem: “se querem os parquímetros são colocados, se não querem não são”. Agora, é preciso aqui dizer que há muitos residentes da Figueirinha que querem os parquímetros. Haverá aqui uns quantos que não querem, ou os que forem. Certo. Vamos discutir o assunto. -----

-----Depois esclarecer aqui, o único problema que há em ter (e eu já volto aqui às receitas para finalizar) zonas ZEDL portanto, este alargamento, é que, de facto, não se pode estacionar nas passeadeiras, não se pode estacionar em cima de passeios (ou melhor, vai haver fiscalização), não se poderão ocupar os lugares de cargas e descargas, não se poderá ocupar o lugar dos deficientes. Esta é outra vantagem de ser uma ZEDL, ou do alargamento da ZEDL, ou seja, é o estacionamento abusivo e de facto, isso funciona. -----

-----Só mesmo para terminar em relação às receitas. Metade das receitas dos parquímetros são devolvidas ao espaço público e ao erário público. No Parque dos Poetas estão mais de dois milhões de euros colocados pela Parques Tejo. Dinheiro que veio... Setenta a oitenta por cento das receitas da Parques Tejo, efetivamente vêm das ZEDL, mas são devolvidas. No parque em Algés, está mais de meio milhão de euros. No parque de Linda-a-Velha estão mais quatrocentos mil. No parque de Porto Salvo..., portanto, a empresa faz essa gestão. Um quarto das receitas são IVA, vão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

diretamente para o tesouro, metade das receitas são para pagar custos operacionais, porque, naturalmente, as pessoas têm que receber para trabalhar e a empresa tem que ter. Esse dinheiro é repostado no erário público. O argumento de que se implementam parquímetros para ter receitas, é um argumento que não está certo, aliás, porque exige um investimento muito grande. É preciso quase cem mil euros em parquímetros, para alargar uma ZEDL e não se fazem cem mil euros em estacionamento num ano. Temos que analisar estas questões com todo o cuidado.-----

----- Eu vou terminar só dizendo o que é mais importante. O alargamento da zona de estacionamento de duração delimitada favorece, beneficia e é fundamental, para melhorar a qualidade de vida dos residentes e para terem mais acesso a estacionamento e isto é uma verdade política, técnica, que ninguém pode desmentir.-----

----- Era só isto que eu queria dizer. Muito obrigado.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, eu não vou dar tempo a isso, portanto, não vou entrar em polémica com o meu colega João Viegas (IN-OV), mas não posso deixar de dizer duas coisas. ---

----- A primeira tem a ver com o facto de que aquilo que eu disse, foi que os argumentos aduzidos pelos peticionários, são argumentos que em tese se aplicam a todas as zonas de estacionamento, são válidos independentemente do que o que está aqui em causa ser o alargamento e portanto, ao que me referi foi ao conjunto da argumentação que foi aduzida.-----

----- A segunda questão e esta, para mim a mais séria, tem a ver com o facto de como a Senhora Presidente bem disse, a prova evidente de que esta intervenção não devia ter acontecido, é que grande parte da informação aqui prestada deve ser informação prestada ou pela Câmara Municipal, ou pelo Senhor Presidente da Parques Tejo. Eu não vou dizer mais nada sobre este assunto e espero que a posição do grupo fique clara perante todos.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado. -----

-----Senhora Deputada Mariana Leitão (IL), eu ainda não tive oportunidade de responder e de comentar a sua intervenção. Tenho estado a dar a palavra aos senhores deputados, mas eu vou esclarecê-la. De qualquer maneira, se quer usar da palavra, faça favor” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, agradeço-lhe imenso. -----

-----Eu gostava só de.... porque parece-me que houve aqui um lapso de interpretação ou na minha explicação. Não está em causa, ou seja, os peticionários têm todo o direito de apresentar aquilo que apresentaram como é óbvio, o que está em falha não são os peticionários, é a forma como este ponto foi agendado na Assembleia Municipal. Relembro que o direito à petição pressupõe exatamente que as pessoas recebam informação concreta, nomeadamente o resultado daquilo que é apreciado e vou voltar ao artigo que rege o direito à petição nesta Assembleia Municipal, dizendo que inclusivamente, devem ser feitas diligências e requerer-se à Câmara as informações adequadas, para depois então se poder elaborar os pareceres, os relatórios, aliás, relatórios esses que serão aqui alvo de apreciação, porque, neste momento, os peticionários vão sair daqui com meia dúzia de intervenções feitas pelos deputados da Assembleia Municipal e mais nada. -----

-----Não há uma apreciação por parte da Câmara, não há um relatório por parte do Executivo, portanto, o Executivo, em momento algum se está a pronunciar, a não ser que os senhores vereadores aqui intervenham, mas não há nada palpável que permita aos peticionários saírem daqui com alguma conclusão. É só essa a questão e, portanto, estamos aqui a abrir um precedente, que a meu ver me parece errado e que retira a esses peticionários direitos que lhes estão acautelados não só pela lei, como pelo nosso próprio Regimento. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio e disse o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhora Deputada, neste momento, a Senhora passou, deu um salto. Ainda não se sabe, ainda não houve oportunidade, eu ainda não esclareci, nem ninguém esclareceu. Nós tivemos a petição, portanto, os senhores deputados inscreveram-se, falaram, usaram da palavra devendo ou não devendo, mas não intervim. Eu agora queria realmente dizer aos subscritores desta petição que esta Assembleia está sempre aberta a ouvir, a acolher todos os munícipes que a ela se queiram dirigir. Nós não somos o órgão executivo, daí não podemos resolver as situações que os senhores nos colocam. Não podemos ser nós. O que é que podemos fazer? Podemos ajudar, chamando a atenção do órgão executivo daquilo que nos foi colocado aqui, enquanto Assembleia Municipal. Foi isso que fizemos. Os senhores entregaram uma petição, nós enviámos à Câmara essa petição falando com o Senhor Presidente da Câmara, que nos disse que iria apreciar a questão e que oportunamente, poderíamos agendar numa Ordem de Trabalhos a questão da petição e que seriam dados esclarecimentos, porque esse assunto teria sido reapreciado pela Câmara e pela empresa Parques Tejo. -----

----- Ora, era esta a explicação que eu vos queria ter dado de início. Não criámos nenhuma comissão para avaliar o que estava na petição. Não fizemos nenhum relatório, parece-me que isso não era aquilo que aos senhores lhes interessava. O que aos senhores lhes interessava é que a Câmara e a Parques Tejo reavaliassem aquilo que tinha sido proposto e depois da vossa petição que entregámos, de tudo aquilo que aqui estava exposto, pudessem avaliar se os senhores teriam razão, se algo poderia ser feito indo ao vosso encontro.-----

----- Foi isso que a Mesa da Assembleia pretendeu fazer e fez. Deixou que este assunto fosse tratado pelo Executivo camarário e pela Parques Tejo. Passaram trinta dias, está escrito no Regimento e deve ser um lapso que deverá ser apreciado numa reunião ordinária. Esta não é uma reunião ordinária, é uma reunião extraordinária, porque só há cinco reuniões ordinárias por ano e nós considerámos que não iríamos deixar para a reunião de setembro esta questão e que iríamos agendá-la, como fizemos para hoje e hoje, os senhores irão aqui ouvir os comentários que a Câmara

e a Parques Tejo, têm a fazer sobre este assunto. São eles que vão tratar esta questão. Não somos nós Assembleia Municipal. Nós poderemos fazer os nossos comentários, poderemos influenciar a posição da Câmara, sabendo qual é a posição que nós temos, mas é ao órgão Executivo que compete deliberar e, portanto, é ele que o deve fazer.-----

-----Iria perguntar ao Senhor Vereador Pedro Patacho se quer o Senhor intervir pela Câmara Municipal... A Senhora Presidente da União de Freguesias também pretendia usar da palavra? Sim, Senhora.-----

-----Então Senhor Vereador, o Senhor depois dirá se será o Senhor a intervir, se será o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Parques Tejo.”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** concluiu a sua intervenção, dizendo o seguinte: ----

-----“Muito bem, mas então, entretanto, não me apercebi que a Senhora Presidente da União de Freguesias queria usar da palavra. De qualquer modo... Então, Senhora Deputada Alexandra Moura (PS), se quiser usar a Senhora da palavra, faça favor.”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que dito.**-----

-----A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Sobre este assunto, nós, enquanto Presidente da União de Freguesias, fui interpelada por uma intervenção do Partido Socialista e não posso deixar de fazer aqui algumas considerações.

-----A primeira consideração é que a política de mobilidade no Concelho, onde a tarifação se integra, é definida pela Câmara Municipal e as orientações são dadas às empresas municipais (neste caso à Parques Tejo), que define o seu plano estratégico e o seu plano de ação em função das orientações políticas que lhes são dadas. Esta é a primeira consideração que queria referir. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Por outro lado, quero também referir que o Concelho de Oeiras se faz com os moradores, com as pessoas que aqui residem, mas também com as pessoas que aqui trabalham e com as pessoas que nos visitam. Depois, quero também referir que na nossa perspetiva de junta de freguesia, talvez esta petição fosse evitável, se o procedimento que foi adotado pela empresa municipal tivesse sido diferente e quando eu refiro a isto, quero referir que há informação que deve ser dada quer aos moradores, quer às empresas, quer às forças vivas do Concelho, quer a quem aqui trabalha, o que neste caso não aconteceu. -----

----- A Junta de Freguesia foi informada com muito pouca antecedência. Foi informada de um facto consumado. Obviamente que a Junta não tem decisão sobre as ZEDL ou o aumento das ZEDL, mas a Junta de Freguesia sabe e não discorda da tarifação, particularmente em certas zonas. Com o que discorda e com aquilo que manifestou à Câmara (quer a Junta, quer a Assembleia de Freguesia), foi da forma como isto se processou. Obviamente que também não posso deixar de referir o seguinte: toda a gente comete erros, só não comete erros, quem não trabalha e quem não faz e, portanto, nós acreditamos que todo este processo pode levar a retificar algumas situações, alguns procedimentos e que obviamente que a administração da Parque Tejo, nomeadamente o seu Presidente, que responde perante a Câmara e perante esta Assembleia... terá todo este processo que na nossa ótica é negativo e era evitável o seu acontecimento, que este tipo de processos seja evitado no futuro. -----

----- É esta a lição que me parece, enquanto Presidente de Junta, que todos nós devemos tirar. Este tipo de situações não deve continuar sendo certo que, volto a dizer, nós não discordamos da tarifação e do estacionamento tarifado. Sabemos que a proteção que é dada aos residentes também decorre destes processos. Aquilo que nos parece é que não deve ser com estas metodologias, nem com estes procedimentos. -----

----- É tudo, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----“Eu pedi a palavra, Senhora Presidente, para dizer o seguinte: o Partido Socialista não se revê na posição que a Senhora Presidente enquanto dirigente dessa Mesa e dos trabalhos, acabou de comunicar à Assembleia. Nós estamos a analisar a petição nestas condições, porque a Câmara Municipal não lhe respondeu, mas também estamos a analisar esta petição nestas condições, porque a Senhora Presidente entendeu não remeter esta petição para uma das comissões já existentes. Já existentes. Foi uma opção sua e a Senhora Presidente sabe que não é a nossa posição.

-----Já agora dizer, que ao contrário dos outros partidos (e das outras coligações e forças partidárias), nós temos uma vantagem, temos uma resposta escrita, alegadamente pela Parques Tejo, dado que não está assinada. Os outros partidos não a têm e este é um fator que introduz desequilíbrio na forma como estamos a olhar e sobre a resposta que a Senhora Vereadora Filipa Laborinho recebeu, a resposta dada pela Parque Tejo às questões colocadas, são aquilo a que se chama em bom português “atirar areia para os olhos”. Portanto, aquilo que nós devíamos estar aqui a discutir era a forma como esta ZEDL foi implementada e se há ou não irregularidades na forma como ela acontece e na forma como são atribuídos inclusivamente os dísticos às pessoas individuais que trabalham para pessoas coletivas, que é diferente de ser pessoa coletiva. -----

-----Portanto, nós reforçamos as perguntas que colocámos ao Senhor Vice-Presidente: vai ou não o Executivo rever a sua posição da área abrangida - porque no nosso ponto de vista, esta área está mal estabelecida e face à irregularidade, porque é irregular no valor cobrado de dísticos a pessoas individuais, valores desproporcionais e desiguais - está ou não está disposto o Executivo a rever o regulamento nesta alínea específica, de forma a contemplar um regime que seja justo, equitativo e que coloque todos os cidadãos e todas as cidadãs no mesmo patamar? -----

-----Obrigada.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho interveio e disse o seguinte:- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Eu gostava de deixar duas ou três notas sobre esta matéria e depois com a sua autorização, passaria a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Parques Tejo, Engenheiro Rui Rei, que está aqui e, portanto, poderá prestar esclarecimentos técnicos, sobre aquilo que foi este processo, sobre o que foi a implementação da ZEDL e sobre a avaliação de impacto.-----

----- Mas antes disso, eu gostava de dizer o seguinte.... Em primeiro lugar, há uma única e exclusiva razão para estarmos aqui e essa razão são os cidadãos. Portanto, os cidadãos são a única e exclusiva razão de estarmos aqui e obviamente, a Câmara Municipal, o seu órgão executivo e o Senhor Presidente da Câmara têm obviamente muitíssimo respeito pelos cidadãos, pela sua participação cívica e pela sua intervenção na comunidade em que vivem, seja qual for a orientação dessa intervenção e sejam quais forem as opiniões que veiculem através dessa participação. Se há coisa que move o Presidente da Câmara e o Executivo que o acompanha, é o esforço quotidiano de trabalhar para ir ao encontro das necessidades das pessoas, ir ao encontro das suas expectativas, ir ao encontro das suas ambições e ao encontro das suas aspirações. É a única forma e a forma decente de estar na política e é aquilo que move este Presidente da Câmara e o Executivo que o acompanha.-----

----- Eu quero rejeitar pessoalmente e em nome obviamente do Senhor Presidente, qualquer acusação de desqualificação da participação cidadã, seja através de requerimento, seja de que forma for, porque se há coisa que devemos valorizar, é a participação dos cidadãos e os cidadãos são a única e a exclusiva razão de estarmos aqui sentados, e todos que aqui estamos sentados, somos movidos por um único ímpeto: servir. O quê? A nossa comunidade, as pessoas e os cidadãos que a compõem. -----

----- Portanto, a primeira coisa que eu queria fazer, Senhora Presidente, era rejeitar liminarmente qualquer acusação de desqualificação da petição dos cidadãos e participação cívica

dos cidadãos. Ora dito isto, também gostava de dizer, da parte da Câmara Municipal, embora muito também já tinha sido aqui dito, que o aspeto concreto que está a ser debatido da criação das ZEDL, no âmbito de uma política de estacionamento insere-se, obviamente, numa política de mobilidade e transporte, de uma política muito mais vasta, que está expressa em documentos estratégicos e que é guiada por vetores relevantes que eu julgo que dispensam contradições e que ficam ligados, obviamente, à transição energética, ao incremento da utilização do transporte público, à redução das emissões de gases com efeito de estufa e que contribuem para o aquecimento global. -----

-----Há um conjunto de vetores muito amplos que orientam aquilo que são os documentos estratégicos que conduzem as políticas de mobilidade e de transportes da Câmara Municipal de Oeiras, onde se incluem as decisões relativamente a “o que fazer aos carros”, porque não obstante que os grandes vetores estratégicos sejam estes, nós não podemos ignorar o facto de que os carros existem. Eles existem e assiste ao exercício da liberdade individual de cada um, adquiri-lo ou não, e as pessoas possuem viaturas ligeiras e por vezes até mais do que uma por cada agregado doméstico. Portanto, não as podem pôr no bolso e obviamente, tem que haver instrumentos regulatórios que permitam garantir o ordenamento do espaço urbano e a qualidade de vida das pessoas, proporcionando soluções para o estacionamento que sejam equitativas, que sejam justas e que a todos sirvam, a quem vive, a quem trabalha e a quem visita. As preocupações dos cidadãos são obviamente justificadas.-----

-----Podemos dizer que é uma petição que sendo perfeitamente justificável a preocupação que lhes subjaz, fica ferida eventualmente pela insuficiência de informação, de dados concretos para a sua instrução? Eventualmente sim, daí a necessidade de estarmos aqui a discutir este assunto e daí também a disponibilidade manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara para analisar a petição e coligir informação, dados factuais que possam ser transmitidos como esclarecimento aos cidadãos que apresentam a petição. -----

-----Eu estou certo que o Engenheiro Rui Rei poderá prestar um conjunto de informação e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

coligir um conjunto de dados para esclarecer aquilo que são as preocupações iminentes, que estão na base desta petição. Mas, e passando depois a palavra ao senhor engenheiro, eu gostaria de dizer que há várias coisas que importa ter presente. Em primeiro lugar, nós estamos a falar de uma zona que, ao longo dos anos, tem motivado sucessivos pedidos aos serviços municipais para regulação do estacionamento. As pessoas que vivem, os moradores que vivem naquela zona (e não estamos a falar do último ano, nem dos últimos dois, nem dos últimos três, nem dos últimos quatro...) há bastantes anos (e isso é um histórico que existe no Município), que o Município vem sendo interpelado pelos cidadãos no sentido... diagnosticando as dificuldades e solicitando a regulação do estacionamento.-----

----- Depois é sempre importante lembrar, que a implementação daquilo que foi a ZEDL desenhada e implementada pela empresa municipal Parques Tejo, foi desenhada e foi implementada tendo em conta um modelo faseado, com base na recolha de evidências, que permitisse apreciar o impacto e corrigir a atuação, portanto, aquilo que foi e aquilo que é, não tem necessariamente que ser aquilo que será. Porque a metodologia de trabalho foi uma metodologia de recolha e implementação com recolha de dados, com inquirição das partes interessadas e portanto, com registo de evidências que possam ser tidas como base do processo de decisão. ----

----- A Câmara Municipal tem conhecimento e acompanhou isso, foi realizado um estudo de campo que demonstra inequivocamente que a solução é uma solução acertada, que produz os efeitos desejados, poderá não ir inteiramente ao encontro das preocupações e dos problemas que são sentidos naquela área, mas isso pode ser objeto de correção, pode ser objeto de ajustamento, inclusivamente até dos próprios tarifários praticados e aquilo que se constata nesse estudo de campo que foi conduzido por entidade idónea contratada para o efeito, é que há uma satisfação global a rondar os noventa por cento dos inquiridos relativamente à solução dos problemas diagnosticados. -----

----- Portanto dito isto, Senhora Presidente, com a sua autorização, pedia ao Presidente do

Conselho de Administração que tendo conhecimento da petição e tendo em conta toda a informação disponível, que preste os esclarecimentos que achar adequados.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Faça favor. Só tenho de alertar que infelizmente, já não tem muito tempo para a sua intervenção.”-----

-----O **Senhor Rui Rei, Presidente da Parques Tejo**, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Cinco minutos?-----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Sobre esta matéria do alargamento e do estacionamento regulado, porque eventualmente na implementação deste tipo de medidas, mais do que a questão da tarifa, é muito mais importante a questão da regulação. Porque aquilo que é importante a empresas deste género, ou nas políticas municipais, é a definição estratégica do que se quer para uma empresa deste género, para a regulação do seu estacionamento, porque neste caso não é “diz-me com quem andas, dir-te-ei quem és”, é mais “olha para a política de estacionamento e eu dir-te-ei que política de mobilidade é que tu tens, ou defendes ter no teu município”. Se vossas excelências tiverem oportunidade de olhar genericamente para as políticas de estacionamento que existem em todos os municípios do país, dali retirem retrato para as políticas de mobilidade. Muitos que estão aqui nesta sala já tiveram oportunidade de ver a Parques Tejo, ou inclusivamente de passar pela administração da Parques Tejo, sabem perfeitamente do que falamos, quando falamos destas matérias.---

-----Em matéria de implementação, se me permitem, sobre a implementação desta ZEDL. Nós não temos nenhum problema, aliás, eu tive oportunidade de dizer isso na Reunião de Câmara, que existe uma orientação, uma regra básica na Parques Tejo, que se nós nos enganamos ou cometemos um erro, pedimos desculpa, corrigimos o que tivermos a corrigir e andamos em frente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

porque é assim que tem que acontecer. Nós não temos nem sempre certezas, nem temos a veleidade de fazer sempre tudo bem. -----

----- E no caso em concreto, nós aplicámos as medidas que sempre foram aplicadas na empresa ao longo dos tempos, desde dois mil e cinco, dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito, dois mil e nove, ajustáveis de certa forma, à realidade que vivemos em dois mil e vinte e um, vinte e dois e vinte e três. Cometemos alguns erros, porque devíamos ter envolvido mais os cidadãos, devíamos de certa forma ter envolvido mais até a junta de freguesia. Está tudo certo, quer dizer, não temos nenhum problema em reconhecer esse facto e garantir (porque foi isso que já conversámos com o Senhor Presidente da Câmara), que no futuro as medidas serão implementadas de forma diferente, coordenadas de forma diferente e avaliadas de forma diferente.

----- Isto para vos dizer o quê? Ao contrário do que aqui foi dito, que nós respondemos mal ao pedido da Senhora Vereadora, eu solicitava que depois a Senhora Presidente da Assembleia Municipal (e se a Câmara assim o entendesse) pudesse fazer chegar a toda a Assembleia Municipal a resposta que demos à Senhora Vereadora eleita pelo Partido Socialista, para poder ser verificada a informação que demos. E a informação que demos é informação correta, factual, rigorosa, sem nenhuma margem para interpretação de nenhuma ilegalidade e, portanto, nós devemos ser rigorosos nessa intervenção.-----

----- A Parques Tejo, por princípio, não pratica (nem por princípio, nem no fim) ... nós não praticamos irregularidades, ilegalidades. Se as praticamos é porque desconhecemos e corrigimos e, portanto, todas as tarifas que estão a ser aplicadas naquela ZEDL têm total cobertura no regulamento e se dúvidas houver (algumas dúvidas que possam existir na interpretação), o regulamento está a ser revisto neste momento em consulta pública e prevê-se que em setembro possa ir à Câmara e depois à Assembleia Municipal. Toda e qualquer dúvida pode ser aclarada, as pessoas ou as entidades que se constituíram como assistentes nessa revisão podem contribuir e os restantes cidadãos e cidadãs podem também contribuir para essa revisão.-----

-----Em relação em concreto à aplicação, nós fizemos passado um mês uma avaliação da implementação da ZEDL e isso também vai explicado na resposta que demos à Senhora Vereadora. Nós colocámos lá tudo, toda a informação foi entregue aos eleitos do Partido Socialista. Toda. Foi entregue à eleita do Partido Socialista e os eleitos do Partido Socialista fizeram hoje aqui menção a essa informação, logo presumo que os eleitos do Partido Socialista tenham acesso a essa informação. Eu não retirei nenhuma informação de lado nenhum, limitei-me a ouvir as intervenções que aqui foram proferidas e foram feitas. Nós devemos ser rigorosos nesta intervenção e devemos dizer o que lá está escrito, porque só assim podemos verdadeiramente discordar, concordar, propor e seguir em frente e nós fizemos essa avaliação de impactos que também proponho que se a Câmara quiser, se possa discutir, entregar à Assembleia para se avaliar todo o estudo e avaliação que fizemos daquele local, com os inquéritos que foram feitos que a empresa entendeu fazer, de acordo com a diversidade que entendeu fazer.-----

-----No primeiro vetor, a análise procurou caracterizar as dinâmicas da oferta e procura de estacionamento na área na qual foi implementada a ZEDL, tendo-se verificado que uma oferta total de três mil cento e trinta e quatro lugares de estacionamento, oitocentos e setenta e três (vinte e sete ponto nove por cento) encontram-se sujeitos a regulação, portanto, é preciso rigor nesta informação. Há três mil cento e trinta e quatro, mas só vinte e sete ponto nove por cento estão efetivamente sujeitos a regulação. E setecentos e quarenta e cinco lugares (vinte e três ponto oito) localizam-se em arruamentos onde se verificam pedidos de residentes para que o estacionamento passe a ser sujeito a regulação. Não fomos nós que inventámos, são os cidadãos moradores do Município de Oeiras que pedem esta intervenção.-----

-----Já ao nível da procura, durante os dias do estudo de campo verificou-se uma procura de dois mil quatrocentos e noventa e três veículos, dos quais trezentos e sessenta e cinco (quinze ponto nove por cento), se encontram parqueados em lugares sujeitos a regulação e quinhentos e setenta e três (vinte e cinco por cento) parqueados em arruamentos com pedidos de residentes para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

serem sujeitos a regulação. Verifica-se ainda que a procura se concentra nos arruamentos predominantemente residenciais. Neste sentido, na zona de intervenção delimitada, verifica-se que existe uma ocupação média de setenta e três ponto dois por cento dos lugares existentes. Existem, contudo, assimetrias: a taxa de ocupação dos lugares regulados corresponde a quarenta e um ponto oito por cento, enquanto a taxa de lugares com pedidos de residentes para regulação, é de setenta e seis ponto nove por cento. Verifica-se ainda que em alguns arruamentos não sujeitos a regulação do estacionamento, as taxas de ocupação são particularmente elevadas, como é o caso da Joaquim Moreira Rato (fora da área de intervenção, com uma taxa de ocupação de noventa e um ponto seis por cento), ou da Rua Elvira Velez, junto à Escola Secundária Luís Freitas Branco, que apresenta uma taxa de ocupação de cem por cento. -----

----- Em segundo vetor de análise, baseou-se num inquérito de opinião realizado à população, foram recolhidos cento e vinte e quatro inquéritos, sendo trinta e oito ponto sete por cento de residentes na área de intervenção, vinte e seis ponto seis por cento de residentes e trabalhadores, vinte e cinco por cento de trabalhadores e nove ponto sete por cento de visitantes, que se deslocaram sobretudo aos estabelecimentos de ensino, de saúde ou ao Parque dos Poetas. -

----- É preciso salientar, que quando nós dizemos, ou quando alguns dizem que não se deve tarifar a Coro de Santo Amaro, é importante dizer que o Hospital da Luz tem mais de cento e oitenta lugares no seu parque de estacionamento. O edifício que tem lá o ginásio tem cento e noventa e quatro lugares de estacionamento. É disto que nós estamos a falar e estamos a falar que o estacionamento hoje tarifado na via pública, é mais barato do que o que eles praticam nos seus lugares de estacionamento e quando se diz que nós praticamos tarifas, que não estão cobertas por regulamento ao Hospital da Luz, é absolutamente falso. Absolutamente falso, porque se nós não precisássemos de um jurista, não tínhamos nem juristas, nem licenciados em direito e líamos o que está escrito no papel. Portanto, volto a dizer, é falso, porque se não fosse falso, era só perceber que aquele hospital tem basicamente três turnos e há lá lugares que são ocupados, em alguns casos, no

mesmo dia por três automóveis. O que vossas excelências estariam a pedir, era que a Parque Tejo a cada um deles cobrasse trinta euros, portanto, aquele lugar não valia trinta euros por mês, valia noventa. Então, o que é que os senhores chamariam ao administrador da Parques Tejo que faria isso? Especulador do estacionamento, no mínimo. Nós aqui o que estamos a fazer é justiça aos cidadãos, interpretando o regulamento e é isso que se pede a uma empresa municipal que prossegue o serviço público de serviço aos cidadãos e foi isso que nós fizemos. Não fizemos acordos com nenhum dos cidadãos, que seja funcionário daquelas empresas, fizemos o acordo com a entidade coletiva. Foi isso que nós fizemos, o acordo, com a entidade coletiva, portanto, nós não podemos falar do “diz que disse”, do “bas-fond”, da rua... Não, nós temos que ir com rigor e se os senhores nos pedirem informação, nós damos. Toda a informação, todos os acordos. Tudo o que fizemos e esta informação não é de hoje, vem desde dois mil e dezoito. Esta informação circula na Câmara Municipal, muitos dos senhores que aqui falaram e senhoras conhecem esta informação desde dois mil e dezoito e só agora foi implementada. -----

-----Termino, Senhora Presidente. -----

-----Nós assumimos todas os erros e todas as responsabilidades dos erros de implementação e vamos e está assumido a pedido do Senhor Presidente da Câmara, portanto, o Senhor Presidente da Câmara pediu a avaliação, foi feita. O Senhor Presidente da Câmara pediu a avaliação dos impactos das tarifas, está feita e está tão feita que após setembro e à revisão do regulamento, a consequência dessa revisão do regulamento é o ajuste de um conjunto de tarifas pelo Concelho. Umas acima e a esmagadora maioria delas abaixo, em tarifas abaixo. -----

-----Queria só salientar, se me permite Senhora Presidente, só duas ou três notas e, como tal, há correções que vão ser feitas, incluindo numa ou noutra artéria desta zona que serão feitas, porque se justifica, da dinâmica decorrente da evolução do processo. Mas em relação às tarifas, eu queria só vos dizer que cerca de dezanove por cento do total dos lugares do Concelho é que são puras zonas vermelhas, quer isto dizer que só a dezanove por cento do total de lugares é que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

aplica pura e simplesmente ao dia de hoje, a tarifa de sessenta e cinco cêntimos hora, porque em todas as restantes quando nós discutimos se é vermelho, se é verde, se é azul, nós temos tarifas abaixo que beneficiam sempre os cidadãos, seja a tarifa semanal especial, seja a tarifa semanal que são cinco euros semana, vinte euros mês ou oito euros semana ou eventualmente, os trinta euros mês. -----

----- Portanto, é aqui que nós nos devemos situar para depois poder discutir. Os moradores, para os moradores é indiferente a tarifa, porque eles efetivamente não pagam pela tarifa que se aplica, seja ela vermelha, verde ou azul. -----

----- Para terminar. No Concelho vai existir uma regra que já existe, outra que vai existir, se for aprovado o novo regulamento. Primeiro: ninguém é multado neste Concelho por estacionar numa zona quinze minutos. Ninguém. Portanto, em qualquer daquelas zonas, seja na Gazeta de Oeiras, no Coro de Santo Amaro, seja onde for, seja na Carlos Vieira Ramos, quem for tomar um café ou quem for pôr o fato à lavandaria ou o vestido à lavandaria não precisa de pagar parquímetro, porque não é multado de certeza absoluta. -----

----- A outra questão é os munícipes de Oeiras, se o regulamento for aprovado, passarão a ter até cento e vinte minutos gratuitos para estacionar em todo o Concelho de Oeiras. Depois vamos definir a oferta e a procura, porque há zonas onde isso poderá não ser permitido, dada a procura de estacionamento, mas as ferramentas que nós estamos a fazer e a implementar, leva a que os munícipes que moram em Oeiras possam ir ao mercado de Algés, estacionar num determinado sítio e não precisar durante aquele período de tempo de proceder ao pagamento. Agora nós temos que ter ferramentas para gerir, fazemos um processo de evolução, de adaptação e depois de implementação e termino Senhora Presidente, dizendo-lhe sempre, sempre numa estratégia municipal, porque a Parques Tejo não é detentora do seu destino. Nós seguimos - e temos muito gosto em seguir - as políticas e as determinações do Senhor Presidente de Câmara, que tem uma visão do nosso ponto de vista correta para a mobilidade do Município de Oeiras, que em breve

liderará a Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Queria só perguntar e agradecia que me confirmasse. O documento que o Partido Socialista tem, resposta à Senhora Vereadora do Partido Socialista, não foi enviado nem para a Mesa da Assembleia, nem para nenhum deputado membro desta Assembleia?” -----

-----O **Senhor Rui Rei, Presidente da Parques Tejo**, referiu o seguinte: -----

-----“Não. Se se me permite, foi enviado à Senhora Vereadora que foi quem solicitou esse envio.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Pois, portanto, nada foi dirigido à Presidente desta Assembleia?”-----

-----O **Senhor Rui Rei, Presidente da Parques Tejo**, respondeu o seguinte:-----

-----“Não, não.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----O facto de terem apresentado esta petição fez com que, na realidade, houvesse um aprofundamento do estudo do processo e enfim, penso que terão sido resolvidas algumas das questões que colocaram. -----

-----Portanto, damos por encerrado este ponto, não há mais tempo para intervenção, vamos fazer o intervalo e depois continuaremos os nossos trabalhos.” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, preciso fazer nova Interpelação à Mesa. Lamento.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faça favor.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** fez a seguinte **Interpelação à Mesa**: ---

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente, mas, na verdade... Acabámos de ouvir duas intervenções, tanto do Senhor Vereador, como do Senhor Presidente da Parques Tejo, em que há “n” avaliações feitas, avaliações de tarifas, relatórios sobre satisfação, um conjunto alargadíssimo de documentação que iria obviamente ser muito útil para a elaboração do dito relatório que é exigido (e que já é a quarta vez que falo no relatório), para ser discutida esta petição e, portanto, parece-me haver dados mais do que suficientes para este assunto ser abordado em sede de comissão, serem disponibilizados por parte do Executivo, por parte da Parques Tejo todos estes relatórios, com todos estes dados, para que assim se possa dar uma resposta efetiva a estes cidadãos, que se disponibilizaram e se organizaram para recolher as assinaturas necessárias e têm de ver o seu direito acautelado. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Têm e tiveram aqui hoje as explicações... Senhora Deputada, desculpe, existe o que o Senhor Presidente da Parques Tejo se disponibilizou para dar, que foi o relatório que enviou à Senhora Deputada do Partido Socialista e que o grupo do Partido Socialista detém e que ele disse que poderia... não, disse que se quisesse, poderia dar aos restantes deputados. Como?”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- “O e-mail... Muito bem. Mas o... Evidentemente. Eu penso que a questão está encerrada, não vamos aqui assim querer o relatório, porque nós não vamos conseguir fazer o relatório. O relatório no fundo, é a Câmara que o faz e...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Nada... Onde é que diz que é obrigatório ser a Assembleia Municipal a fazer o relatório?” - -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“No artigo sessenta e seis diz que é a Assembleia Municipal que faz o relatório?” ----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faça favor, leiam do princípio ao fim.” -----

-----**O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, estando no Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras e não especificando que é uma competência da Câmara, parece-me que é óbvio que compete à Assembleia Municipal. Quer dizer, não vamos estar aqui a fingir que não sabemos, não é? E eu queria dizer muito explicitamente que nós não estamos satisfeitos com a forma como este assunto foi tratado novamente. -----

-----Reiteramos, tinha sido obrigatório, regimentalmente, fazer este relatório, está no número seis do artigo sessenta e seis e nem a Assembleia, nem a Câmara. nem ninguém o fez. Eu queria também pedir a palavra e já agora isto era bom lembrarmo-nos para quando discutirmos outras petições que estão pendentes nesta Assembleia Municipal, que isto não se repetisse. -----

-----Eu queria também aproveitar este momento para requerer oralmente a resposta que foi dada à Senhora Vereadora do Partido Socialista, se pudesse ser distribuído por todos os deputados municipais desta Assembleia Municipal, para podermos ter acesso a informação que efetivamente tinha sido muito útil antes deste debate e, portanto...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** esclareceu o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Foi aqui falado e eu desconhecia que a Senhora Vereadora tinha feito esta questão à Parques Tejo e desconhecia que havia uma resposta. Foi o Partido Socialista que aqui falou nisso.”

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “... e foi o Senhor Presidente da Parques Tejo que disse que poderia divulgar pelos outros membros da Assembleia.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** observou o seguinte: -----

----- “E nós agradecemos que assim fosse feito e é isso que estamos a pedir, até aí...” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “E nós, está aqui a ser dito que não é verdade, portanto, eu vou ouvir a ata, e ver se na realidade... e isto porque o Senhor Presidente da Parques Tejo já saiu, se disse que poderia distribuir o relatório, vou-lhe solicitar que o faça.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** respondeu o seguinte: -----

----- “E nós agradecemos.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte: ---

----- “Com certeza. Se é aqui falado... e ainda lhe digo mais, se é aqui falado num relatório e o relatório não é distribuído a todos.... Meus senhores, vamos lá concentrar-nos. Está inscrito... Não estamos no intervalo, não estamos ainda no intervalo. -----

----- Há uma inscrição do Senhor Deputado António Moita (IN-OV). Faça favor, tem tempo para o fazer.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, de forma muito breve para dizer o seguinte: independentemente das questões de análises posteriores em sede de comissão, ou outro tipo de análise que esta Assembleia ou que estas diferentes forças políticas venham a fazer, eu não posso aqui deixar de

realçar, porque julgo que isso é que é do interesse dos peticionários, a qualidade da intervenção que o Vereador Pedro Patacho aqui teve e a qualidade de informação que o Senhor Presidente da Parques Tejo aqui nos deu e que reafirma aquilo que aqui dissemos, que é a total disponibilidade da Câmara Municipal e da Parques Tejo para analisar todas as questões que se prendem com a problemática do estacionamento e com as dificuldades que ocasionalmente podem ocorrer.-----

-----Julgo que isso é que é importante, julgo que é isso que corresponde à vontade expressa pelos peticionários, no sentido de permanentemente analisarmos estas questões e julgo que foi a resposta que esta Assembleia Municipal deu e que, em boa hora, quer a Câmara Municipal, quer a Paques Tejo aqui deram.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

-----“Esta questão está terminada.-----

-----Já foram feitos os esclarecimentos e sobre esta petição não haverá mais questões. Já foram aqui feitos todos os esclarecimentos pedidos, portanto está esclarecido.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez o seguinte **Requerimento Oral:**

-----“Senhora Presidente, dá-me licença? Sónia Gonçalves.-----

-----Cumprimento a Senhora Presidente. Peço desculpa a todos essencialmente aos munícipes pelo meu atraso, mas efetivamente foram questões que não dependeram da minha pessoa e, portanto, aqui estou e gostaria, Senhora Presidente, se assim aceitar, que eu faça um requerimento oral.-----

-----Excelentíssima Senhora Presidente.... Primeiramente e peço desculpa, cumprimentar toda a gente, cumprimentar a Mesa na pessoa da Vossa Excelência, o Executivo na pessoa do Senhor Vereador Pedro Patacho, cumprimentar os deputados presentes, o apoio administrativo e todos aos que nos assistem aqui e lá em casa.-----

-----Requerer a Vossa Excelência, Senhora Presidente, que sejam trazidos a esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Assembleia Municipal todos os dados e documentos que possam ser apresentados pela Parques Tejo aos deputados, no sentido de permitir uma análise mais detalhada deste primeiro ponto que diz respeito à petição que hoje foi trazida à Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, solicitar na sua pessoa, por requerimento, a apresentação de todos esses documentos e todos os dados que possam contribuir para que levemos a cabo uma análise detalhada sobre este assunto. Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Já tinha dito que iria fazer isso, mas muito bem. -----

----- Meus senhores, vamos então interromper os nossos trabalhos para fazermos um intervalo.” -----

----- **APRECIADA**-----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.-- -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Vamos começar com os nossos trabalhos.”-----

4.3. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 528/2023 – DMOGAH/DAQV/UPAG – relativa ao “Oeiras Market”, “Porto Salvo Street Food Market” e “Mercado no Parque” – Realização e isenção do pagamento de taxas dos eventos (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A **Senhora Deputada Glória Sarmiento (PSD)** referiu o seguinte:-----

----- “Só para dizer que, relativamente a esta proposta, o PSD votará favoravelmente e pugna pela defesa de propostas desta natureza. Porque há uma dinamização dos mercados do nosso Concelho, com estes incentivos e temos assistido a uma dinamização dos produtos locais, do

comércio local em geral e do Centro da Vila. Julgo que é também importante manter estes eventos com a maior regularidade, nomeadamente ao longo do ano. -----

-----Portanto, relativamente a esta proposta, o PSD votará favoravelmente.” -----

-----O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Gostaria apenas de fazer um pedido de esclarecimento, porque eu não estou a compreender uma situação.-----

-----Quais são as entidades que estamos aqui a isentar? -----

-----Estamos perante uma proposta que pretende isentar de impostos entidades abstratas e em valores estimados. -----

-----A proposta encontra-se bem construída no que toca à explicação dos conceitos. Todos os eventos parecem-nos bastante interessantes e bastante importantes numa ótica de valorização dos mercados municipais. -----

-----Contudo, não oferece valores exatos das isenções de taxa, apenas estimativa ou o valor médio estimado, como refere a proposta. E além disso, não encontro nenhuma referência a nenhuma entidade, nem a nenhum NIF específico, apenas referências ao Oeiras Market, como copromotores do evento. -----

-----Eu pergunto, se esta é uma marca do Município ou se é uma entidade autónoma? ----

-----É só isso.”-----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** disse o seguinte: -----

-----“Começava só por fazer uma sugestão que era, discutirmos este ponto conjuntamente com o ponto quatro e cinco.”-----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** retomou a sua intervenção dizendo:

-----“Não?” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, muito obrigada pela sua sugestão. Mas vamos já...cada um...”---

----- O **Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU)** retomou a sua intervenção dizendo:

----- “Muito bem. -----

----- Então sobre este ponto em particular, mas posso também desde já colocar a questão sobre os outros. -----

----- São propostas que habitualmente são colocadas, estas isenções de taxas. O que vem à Assembleia é a isenção de taxa, não é propriamente o apoio ou não à realização do evento. -----

----- Sobre isso, não temos nada a opor, aliás, somos da opinião de que estas iniciativas são bem-vindas, favorecem o tecido económico local, sobretudo quando estão muito associadas aos equipamentos locais, geridos pelo Município, como os mercados. -----

----- Sempre nos temos oposto a uma prática que é a da isenção, quando poderia haver uma atribuição direta de um subsídio no valor da taxa. -----

----- Portanto, nesse sentido a nossa posição é sempre de algum resguardo, do ponto de vista desta formalidade. -----

----- Sobre este ponto e depois, também, sobre o ponto quatro e cinco, teremos a mesma posição. Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Eu queria só perceber, porque...lá está, mais uma vez, a forma como estas propostas chegam à Assembleia, acabam por ser algo confusas e eu gostava de perceber. -----

----- Portanto, estamos aqui a falar da isenção de taxas, que por um lado, num sítio diz que são estimativas, noutros já me aparecem aqui uns quantos valores, mas, mesmo assim sempre com a ressalva de que são estimativas.-----

----- Eu gostava de perceber, porque é que não se consegue aferir um valor exato, mas também gostava de perceber, porque é que em parte da negociação, pelos vistos, com a promotora,

há aqui a atribuição de um voucher de dez por cento de desconto para os colaboradores da Câmara Municipal de Oeiras. Isto é por conta de quê? Da contrapartida? Da isenção de taxas? Do quê?” -

-----A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** disse o seguinte: -----

-----“Esta proposta de deliberação, encontra-se mal instruída, sem fundamento jurídico, sem os anexos dos pedidos formais por parte da promotora, sem as cópias da autoridade tributária e do Instituto da Segurança Social e sem elementos suficientes de análise e avaliação. -----

-----Um processo com uma tramitação algo confusa de que é exemplo a troca de emails entre a entidade promotora e os serviços do Município, por aquela ainda não ter feito chegar a Proposta formal aos serviços, desculpando-se: “pelos instruções que vou recebendo, pensei que estivesse a par”. -----

-----“Oeiras Market”, para além do propósito, certamente meritório, de se propor dinamizar Porto Salvo com um “Food Market”, o Mercado Municipal de Oeiras e o centro histórico com o “Mercado no Parque” com a ocupação de toda a segunda fase do Parque dos Poetas, não fundamenta o alegado “relevante contributo para a dinamização dos Mercados Municipais de Porto Salvo e de Oeiras”. -----

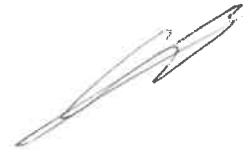
-----Também não está claro qual o racional do valor atribuído de doze ponto noventa e quatro por espaço, se os espaços são iguais para locais tão diferentes como o Mercado de Porto Salvo, o Largo Cinco de Outubro, em Oeiras e o Parque dos Poetas.-----

-----Por todas estas razões, o Partido Socialista não está em condições de votar esta proposta de deliberação, pelo que sugere a sua retirada para fundamentação e instrução adequada. Disse.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Não havendo mais inscrições passo a palavra ao Senhor Vereador.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho,** fez a seguinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

intervenção: -----

----- “Com a sua autorização, eu passava a palavra à Senhora Vereadora Susana Duarte, que subscreve esta proposta de deliberação para explicar as questões colocadas.” -----

----- **A Senhora Vereadora Susana Duarte** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhores Deputados, pelas vossas perguntas. -----

----- Começar pelo esclarecimento relativamente à questão da promotora. Ela é uma munícipe que fez estas várias exposições, ela já tinha esta entidade promotora, é uma entidade privada, uma empresa privada que durante a pandemia parou de fazer estes eventos. E decidi agora, pós pandemia e também tendo em conta tudo o que temos vindo a fazer, voltar a fazer. Fez uma série de sugestões e outras até fomos nós que sugerimos, nomeadamente a proposta de fazer um evento em Porto Salvo que tem sido mais difícil dinamizar. Neste âmbito, acho que está explicada esta parte. -----

----- Relativamente à questão que a Iniciativa Liberal questionou sobre o desconto. Isto vinha realmente na proposta, mas não foi acolhido por nós, porque não nos faz sentido neste âmbito e se nas outras feiras não há, haver um desconto especial só para funcionários. Poderia fazer sentido para munícipes, foi discutido, mas na altura não fazia sentido nas primeiras edições porque não sabíamos qual seria a adesão e também por isso é que este é um período experimental, nestas quatro primeiras edições destes eventos, para percebermos a receptividade e se realmente vão ter o retorno financeiro que assim se julga. E perceber até se temos que adaptar aos diferentes espaços, realidades diferentes. -----

----- Relativamente à questão do número de espaços. A promotora, como é a primeira vez que está a fazer estas feiras em alguns destes locais, nomeadamente no Parque dos Poetas, que é a primeira feira feita no Parque dos Poetas que aconteceu no dia vinte e sete, desculpem vinte e cinco e no dia vinte e quatro foi no Mercado em Oeiras, ela tem a necessidade de deixar ali, uma janela que pode aumentar o número de espaços, caso haja realmente uma receptividade. Por

exemplo, no caso do Parque dos Poetas, houve uma boa adesão, até dos próprios munícipes. Portanto, a ideia é crescer em número de bancas e o valor pode vir a aumentar no futuro, mas nós deixámos isto como um valor médio a propor inicialmente. -----

-----No caso dos outros espaços como são zonas mais restritas, como por exemplo, a zona de Oeiras, não caberão também muito mais do que vinte bancas, sem causar constrangimentos, ali no largo. No caso de Porto Salvo, como conhecem o Mercado de Porto Salvo, internamente não conseguimos fazer lá eventos, porque a forma como ele foi feito nos anos noventa não o permite, ao contrário dos outros. Então nós vamos fazer no átrio, na parte detrás, o que vai fazer com que também modelarmente, não caberão muito mais do que vinte e daí a proposta. -----

-----Se no futuro conseguirmos albergar mais, deixamos isto em aberto para reavaliar. O objetivo aqui, nesta primeira iniciativa, é perceber como é que vai correr. Perceber se, realmente, financeiramente é exequível continuarem a acontecer no futuro prévio e se for um “boom” muito grande e se virmos que, realmente, a promotora com estas três feiras vai ter uma capacidade até de pagar a taxa e ter uma rentabilidade da mesma, não fará sentido, se calhar, o apoio tão grande da Câmara e reabilitamos. O objetivo aqui é perceber qual a necessidade de cada espaço. -----

-----Algumas coisas já fui respondendo ao que o PS questionou. -----

-----Os fundamentos legais, os serviços colocaram alguns esclarecimentos específicos, eu posso questionar e poderão fazer chegar por escrito, mas relativamente ao valor da taxa, é o valor que está no RPATOR, relativamente às feiras. Nas taxas, o valor por banca são os doze noventa e quatro para todos os locais. A única taxa que é diferenciada é quando há aquela que chamamos as Festas de Oeiras, por isso é que é aprovado um valor específico, porque não vão ao RPATOR e não têm o valor habitual.-----

-----Relativamente à restante documentação, realmente não está anexa. Poderemos fazer chegar de seguida, mas não foi anexa inicialmente, porque ainda estávamos a recolher, principalmente naquele evento que vai acontecer só em setembro, mas nós queremos agregar toda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a informação. Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** disse o seguinte: -----

----- “Agradeço as explicações dadas pela Senhora Vereadora. Aquilo que eu disse aqui é que, de facto, a proposta está mal instruída e que deve ser retirada, para nós podermos votar. Nós não a podemos votar assim.”-----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** referiu o seguinte:-----

----- “Sim, é exatamente isso que a minha colega, Deputada do Partido Socialista acabou de mencionar.-----

----- Agradeço os esclarecimentos da Senhora Vereadora Susana Duarte, contudo, continuamos sem entender qual é a entidade e continua a faltar a documentação e sugerimos que a proposta seja retirada e que seja devidamente instruída para podermos isentar este evento com toda a legitimidade. Disse.”-----

----- O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, dizer o seguinte:-----

----- Eu não ponho em dúvida que se essa informação constasse do processo que nos foi entregue, não teria mal nenhum, pelo contrário, seria complementar e era uma informação útil. Agora, eu parto do princípio que os processos que vêm aqui para este efeito, são processos que estão corretamente instruídos pela Câmara Municipal de Oeiras e que aqui chegam, para um efeito concreto, que é relativo à isenção de taxas. Já foi aprovado na Câmara Municipal e presumo, obviamente, que a Câmara está aqui para comprovar que o processo foi instruído de forma correta. Portanto, compete a esta Assembleia Municipal, decidir pela isenção de taxas ou não.-----

----- Do nosso ponto de vista, há todas as condições para que o processo siga, salvo se a Câmara Municipal entender que há algum vício no processo, mas também não acredito que haja porque caso isso tivesse acontecido, ela própria não teria aprovado.-----

----- Portanto, pela nossa parte, as questões estão vistas, tratadas, sem prejuízo como disse

de, obviamente, ser útil para esta Assembleia Municipal que os processos, tal e qual como são instruídos na Câmara Municipal, cheguem a esta Assembleia. Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Eu, de facto, não posso não concordar com a questão da forma como a proposta está instruída, até porque já é uma coisa que se tem levantado aqui, não só por mim, mas também por vários outros grupos municipais, em que não obstante esta documentação toda poder vir em anexo, devia haver uma proposta efetiva que chega à Assembleia Municipal, a dizer o que é que se pretende aprovar. Isto porque, de facto, assim é confuso e torna-se pouco prático, além de que, inclusivamente, é assim que as coisas devem ser feitas em bom rigor e não com base em trocas de e-mails e coisas do género. -----

-----Eu queria aproveitar, até porque... já agora e não sei o que é que a Senhora Presidente vai decidir, mas se decidir manter este ponto na Ordem de Trabalhos, eu gostava de perceber o que é que está aqui em causa. A Oeiras Market é um evento, há uma entidade, que é a Senhora Catarina qualquer coisa, que é CEO desta Oeiras Market que vai ter umas bancas que subaluga a uns comerciantes ou é ela que está a explorar essas bancas? Portanto, estamos a pedir isenção de taxas para a Senhora CEO da Oeiras Market e passo para a entidade que ela representa, ou para os comerciantes que depois vão lá? Há aqui muita informação que não está clara e, portanto, é óbvio que esta proposta, em bom rigor, poderia ser melhorada. Portanto, faz-me algum sentido que ela seja retirada para dar espaço a que a vereação possa, de facto, elaborá-la em condições e depois submetê-la novamente numa próxima Assembleia Municipal. Obrigada.” -----

-----A **Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV)** referiu o seguinte:-----

-----“Eu só gostava de dizer que aceito que algumas pessoas que não conhecem esta Câmara, que não conhecem este Executivo ponham em dúvida tudo o que este faz ou diz. Eu não. Eu confio absolutamente. Se vem até nós é porque está bem feito. -----

-----Olhe, minha Senhora, faça o favor de ser educada e não faça gestos, é muito feio. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

também a oiço e não faço gestos, faça o favor e respeite-me, está bem? Eu respeito-a a si.-----

----- Senhora Doutora Elisabete, acho que não deve retirar, vamos votar a proposta. Obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado Ednilson Santos (IN-OV) disse o seguinte: -----

----- “Nós estamos aqui a falar dessa proposta e ouvi a Deputada Fátima Filipe (PS) falar da fundamentação jurídica e depois ouvi a Deputada Mariana Leitão (IL) falar que a proposta não está em conformidade e quem está em casa e que não tem acesso a essa proposta, neste momento, está a pensar: o que é que estão a apreciar? E nós temos de explicar, de facto, aquilo que estamos aqui a apreciar. Nós temos que explicar às pessoas que nós estamos aqui, do ponto de vista formal, no meu entendimento não estamos aqui a cometer qualquer tipo de irregularidade na apresentação desta proposta. Do ponto de vista material, também não. Isto porque, quando se fala que a proposta não tem fundamentação jurídica, não corresponde minimamente à verdade, isso não é verdade. Nós estamos aqui a falar de uma proposta que não temos aqui. A proposta que nós temos aqui, temos aqui ponto por ponto e quem já está habituado a apreciar a proposta de deliberação da Câmara, sabe que em termos de elementos, da formalidade da proposta, está aqui tudo. Em termos material, também está...está...eu posso falar disso de cor ... peço desculpa...posso falar... posso falar? Obrigado. -----

----- Isto aqui está tudo relativamente à proposta. Em termos da formalidade da proposta cumpre com todos os requisitos básicos e fundamentais da elaboração da proposta e em termos material, porque falaram aqui da fundamentação jurídica, a matéria que está aqui é a isenção das taxas. A isenção das taxas quando se remete ao RPATOR, temos que ir ao RPATOR para saber o que este diz. E pergunto à deputada que vem fundamentar que não tem fundamento jurídico, eu agradecia que a deputada me elencasse aqui a anomalia que nós estamos aqui a discutir. O que é que está aqui que não devia estar ou o que é que não está e que podia estar. Por isso, quando nós estamos aqui a discutir algum ponto, temos que discutir de uma forma séria e com alguma

transparência pelas pessoas que estão lá em casa a assistir. Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Esta proposta de deliberação que vem aqui à Assembleia, na nossa perspetiva é extremamente fácil de interpretar. O fundamento jurídico é o artigo trinta e oito, do Regulamento de Permissão Administrativa, Taxas e Outras Receitas do Município que, obviamente, foi aprovado em tempo pelo Executivo da Câmara e pela Assembleia Municipal. E, obviamente também, que aquilo que se propõe é isentar a Oeiras Market, que é a empresa que se disponibilizou para fazer animação e algumas iniciativas, quer na Freguesia de Oeiras, junto ao largo da Igreja, quer em Porto Salvo, no espaço confinante com o edifício do Mercado.-----

-----Não me parece que haja aqui grandes dúvidas, é isto, nós podemos aprovar ou não, aceitar ou não, concordar ou não, mas o que se propõe é isto e está devidamente fundamentado. -

-----Quero deixar aqui uma palavra de incentivo à Senhora Vereadora que tem este pelouro, porque me parece que é muito importante que sejam tomadas estas iniciativas nos centros das freguesias, para que se procure animar esses centros.-----

-----Obviamente que, pelo que percebo, isto são os pilotos que se vão fazer. Vão, com certeza, fazer uma avaliação da procura e, enfim, do apelativo que será ou não em termos sociais, mas quero deixar uma palavra de apreço e de incentivo à Vereadora, para continuar neste caminho não só nas Freguesias de Oeiras e Porto Salvo, mas também nas outras Freguesias do Município.”

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Apenas para reforçar a posição do Grupo Político Evoluir Oeiras de que esta proposta não está bem instruída. Nós não sabemos qual é o NIF da entidade a quem estamos a isentar, nem sequer conseguimos, por causa disso, saber se está correta a aplicação do artigo trinta e oito do RPATOR, começa por aí.-----

-----Segunda questão: podemos estar a isentar uma entidade que, como não sabermos o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

NIF, também não sabemos se tem dívidas às Finanças, se tem dívidas à Segurança Social, etc., tudo documentos obrigatórios que devem constar na proposta. Da mesma maneira, falta o registo de beneficiários efetivos. Portanto, a proposta já devia ter tido estes documentos quando passou na Câmara, deve ter os documentos quando está em apreciação nesta Assembleia Municipal. -----

----- Senhora Presidente... se eu puder. Senhora Presidente, também queria aproveitar para esclarecer os deputados do IN-OV, nomeadamente o Deputado Moita e a Deputada Celeste Dâmaso, que nós não estamos aqui para partir do princípio. Nós estamos aqui eleitos pelos cidadãos para fiscalizar a atividade do Município. E se é para partir do princípio, então não estão cá a fazer nada, desculpem lá. Isto é para fiscalizar, é para ter os processos bem instruídos...”-----

----- **A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV)** interrompeu e disse o seguinte: ----

----- “É a Senhora que está cá que é muito importante...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** continuou a sua intervenção:-----

----- “Senhora Celeste (IN-OV) estou a falar. Sou eu que estou no uso da palavra. A Senhora pede a palavra se quiser, tem muito tempo para isso a seguir.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, desculpe, lições não ...” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente posso terminar? -----

----- Também responder ao Senhor Deputado Ednilson (IN-OV). Se não sabe, por acaso, os cidadãos até têm acesso a estas propostas, não têm quando elas vão à Câmara, quando elas vão à Assembleia Municipal, junto da Ordem de Trabalhos, no site da Assembleia, os cidadãos podem aceder. Se o Senhor Deputado não sabe, devia saber e tendo tanto tempo de intervenção nesta Assembleia, também sugiro que para ser útil para a população, possa fazer mais intervenções com o tempo que tem, por exemplo, para explicar aos cidadãos como é que podem chegar a estes documentos. Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhora Deputada não faça comentários, não vale a pena fazer comentários.”-----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Eu acho que nós estamos a desvirtuar a razão de ser desta proposta. De facto, como a Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) referenciou, nós passamos a vida a pedir que os centros históricos, os nossos mercados sejam dinamizados. E quando efetivamente, nós temos uma iniciativa que vem de facto, trazer as pessoas para os mercados, para os centros das nossas vilas, para os centros históricos das nossas freguesias, nós estamos preocupados que não sabemos o número de contribuinte.-----

-----Ora... se me dão licença... se me dão licença, nós não estamos a atribuir subsídios. É preciso, quando falamos das coisas, ter a noção do que falamos. Nós não estamos a atribuir subsídios. Nós estamos a isentar as taxas como fazemos aqui repetidamente, relativamente a uma série de promotores. Nós estamos a fazer uma isenção de taxas e, de facto, eu acho que é isso que os munícipes que nos assistem em casa querem efetivamente. É que esta Câmara consiga levar a cabo aquilo que aproxima os cidadãos do próprio Município. Portanto, não vamos agora fazer um bicho de sete cabeças com propostas que vêm exatamente com o mesmo conteúdo de outras que foram aprovadas. E, portanto, esta proposta em termos da reunião da Câmara Municipal não recebeu nenhum reparo. Portanto, é importante que nós não façamos da Assembleia Municipal, um bicho de ataque para tudo o que aqui vem. Nós temos que ser sérios e, portanto, ser sérios é, de facto, atribuir uma votação de acordo com o mérito que as propostas aqui nos trazem. -----

-----Portanto, eu chamava a atenção que algumas das questões que os Senhores Deputados vieram trazer aqui hoje, são questões que não têm qualquer tipo de fundamento, porque não estamos a atribuir subsídios, estamos a isentar de taxas, é preciso sermos claros. Muito obrigada.”

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhores Deputados, eu peço que mantenham o silêncio, porque fica um ruído



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

insuportável.” -----

----- A **Senhora Deputada Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não passa pela cabeça que uma vereadora da Câmara Municipal de Oeiras, isto só por de facto, desconhecimento absoluto, não peça a morada, o número de contribuinte a uma empresa que está a pedir isenção de taxas. -----

----- Por outro lado, eu queria deixar aqui mais uma vez a seguinte informação. Nem a Câmara, nem as Juntas processam qualquer pagamento ou qualquer isenção sem recebermos previamente a declaração da Autoridade Tributária e da Segurança Social. Isto é tão óbvio e tão diário e tão... enfim, não tem que vir aqui nada, na minha perspectiva de que a empresa... desculpe, eu estou a falar. -----

----- Senhora Presidente, eu gostava que pusesse ordem nestas pessoas que estão aqui pela primeira vez e que não sabem o que é um fórum político. Eu ouço toda a gente com atenção, portanto, agradeço que o façam quando estou a falar. -----

----- Portanto, só por desconhecimento absoluto, é que alguém vem suscitar dúvidas quanto a pagamentos ou isenções que a Câmara ou Juntas de Freguesia façam, sem ter os processos devidamente instruídos e, obviamente que as dívidas ao Estado são uma delas.”-----

----- O **Senhor Deputado Dinis Antunes (Presidente da J.F. Porto Salvo)** disse o seguinte: -- -----

----- “Bom, isto que estamos aqui a falar, eu não queria intervir, não é meu hábito intervir sem mais nem menos. -----

----- Os mercados, nomeadamente o Mercado de Porto Salvo há décadas, desde que foi construído, que nunca conseguiu desenvolver ali nada, tentou-se várias vezes e nunca nada resultou.-----

----- Neste momento, o Mercado está com uma certa vida e a Vereadora tem falado bastante

comigo sobre esse pormenor e falamos precisamente nesta situação há uns meses. Ora bem, se estamos perante uma proposta, que está a tentar dinamizar uma área que está morta, em que não temos ali nada, absolutamente nada, nem um sábado de manhã, nem um sábado à noite, nem um sábado à tarde, estamos aqui a pôr entaves a quê? É para que morra mais ainda? É que feche? É que mande as pessoas para o desemprego? -----

-----Eu entendo que se fale das declarações de não dívida, eu entendo, mas não quero acreditar de forma alguma e, como já disse aqui a minha colega Doutora Madalena Castro (Presidente da U.F. Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias) e muito bem, que este processo não tenha essas duas declarações. Não me passa sequer pela cabeça. -----

-----Estamos aqui a fazer é com que uma área de Porto Salvo, que não se conseguiu levantar até ao dia de hoje, estamos aqui a tentar enterrá-la ainda mais. -----

-----O que eu peço é que haja um pouco de bom senso e que todos nós tenhamos consciência daquilo que estamos a fazer, porque não é dizer: “não por não, mal por mal”. Nós estamos todos a trabalhar para o mesmo e estamos a falar de Porto Salvo e estamos a falar de Oeiras. Obrigado.” -----

-----A **Senhora Deputada Fátima Filipe (PS)** referiu o seguinte: -----

-----“O Partido Socialista por diversas vezes nesta Assembleia falou, pediu, incentivou a animação dos mercados. Ao Partido Socialista não passa pela cabeça que o objetivo desta proposta seja minimamente censurável. O que está aqui ser censurado, é a forma como ela vem apresentada a esta Assembleia e o Código de Procedimento Administrativo determina como é que as propostas devem ser instruídas. Isto não é uma questão de fé, é uma questão de facto. E, portanto, a proposta tem que vir para aqui instruída e não vale a pena estarem aqui com argumentos populistas a dizer que nós não queremos votar. Nós até queremos votar a favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte: -----

-----“Só queria dizer que isentar de taxas, isentar as licenças que são receitas principais da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Câmara, uma delas, para mim, indiretamente é como se estivéssemos a atribuir subsídios e depois quando não há dinheiro, fazem-se créditos bancários. Disse.” -----

----- O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Que os Senhores Deputados e a Senhora Deputada da CEO, utilizando todo o tipo de argumentos e subterfúgios, utilizem as mais variadas desculpas para votar contra qualquer atividade que dinamize o Concelho, é normal. Estamos habituados a isso, fazem-no em todas as sessões. --- -----

----- O que nos surpreende é que, de facto, hoje o Partido Socialista tenha embarcado exatamente na mesma onda. Não esperava isso, sobretudo quando as pessoas se agarram à forma para esquecer o conteúdo. De facto, não estava a imaginar que o PS, não sei se, eventualmente, por alguma questão interna, hoje, nos viesse brindar... Senhora Deputada... Senhora Deputada... Senhora Deputada. Hoje nos viesse brindar com uma posição que quase o equipara às posições que a CEO nos habituou. Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) chamo-lhe à atenção que tem pouco tempo.”

----- A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** referiu o seguinte:-----

----- “Sim, sim é muito rápido. -----

----- Eu gostava só de alertar que isto não tem nada a ver com o mérito da proposta. Isto tem a ver com uma questão de lógica daquilo que é o trabalho que nós estamos aqui a desenvolver. Nós, como deputados municipais, não podemos em consciência, de acordo com aquilo que são as nossas funções, estar a votar propostas que não contenham uma série de elementos que são obrigatórios de constar nelas.-----

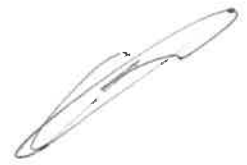
----- E atenção, a boa fé para com a Câmara existe sempre. Agora, a Câmara tem uma obrigação, não só ética, como legal, de apresentar as coisas em conformidade. E nós seríamos igualmente responsáveis por qualquer situação que ocorresse, se não vos fiscalizássemos

nomeadamente verificando esses mesmos documentos. É esse o nosso trabalho e acho que os Senhores Presidentes de Junta estão a confundir uma série de conceitos. O trabalho dos deputados da Assembleia Municipal é fiscalizar a atividade da Câmara, e parte dessa fiscalização pressupõe olhar para os documentos que nos são submetidos e garantir que eles estão em conformidade com aquilo que está redigido na lei. Muito obrigada.” -----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Eu queria só comentar, porque tem sido dito muito que isto é uma questão de forma, como argumento para tentar tirar legitimidade às críticas que têm sido feitas à proposta que está efetivamente mal instruída. Mesmo que fossem só questões de forma, a proposta estar mal instruída invalida que nós tenhamos condições para votar esta proposta. Mas não são só questões de forma, são questões de conteúdo. Já correu aqui muita tinta neste debate, digamos assim, mas ainda nenhum dos senhores deputados conseguiu olhar para a proposta e dizer qual é o número de contribuinte da entidade individual ou coletiva que estamos a isentar. É normal que não consigam, porque efetivamente não está lá.-----

-----Depois, é muito engraçado, os Senhores Deputados do IN-OV, quererem acusar-nos de estarmos a transformar isto num debate sobre a forma que repito, não é, e os Senhores Deputados transformam este debate numa questão de fé: “Não nos passa pela cabeça que a vereação não entregue aqui documentos em anexo essenciais à proposta”, quer dizer, “jamais, nos passaria pela cabeça”. Senhores Deputados, não vos passa pela cabeça, mas aconteceu. Nós não temos acesso a esta informação e vossas excelências podem escolher acreditar que a Câmara fez tudo bem. Nós não interpretamos o nosso mandato assim e estamos no direito de não interpretar o nosso mandato assim e olhando para os factos, olhando para a lei, deixe-me dizer-vos que temos razão. Esta proposta não está em condições de ser votada, não está bem instruída, não tem elementos essenciais para a sua votação e para a sua discussão. Portanto, não vale a pena estarmos aqui mais uma vez a atirar areia para os olhos uns dos outros, quando, o básico dos básicos que é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

numa isenção de taxas as duas perguntas são: qual é o valor e quem é que estamos a isentar de taxas, uma delas está semi-respondida e a outra não está respondida. Ponto. Não está na proposta, portanto, nem sequer vale a pena grande parte deste debate, porque um dos primeiros critérios para considerarmos se é possível sequer debater ou votar esta proposta não é cumprido. Portanto, lamento imenso Senhora Presidente, apenas para dizer que se esta proposta não for retirada, nós vamo-nos ausentar da sala porque não a vamos votar. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** respondeu e disse o seguinte: -----

----- “São livres de fazer aquilo que entenderem.” -----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção:

----- “Senhora Presidente, eu queria clarificar que perdi um bocadinho de tempo à procura do registo fiscal desta empresa num site, na net e não o encontrei. E isso é um dado que para mim importa muito na análise. Não é uma questão de termos fé ou não termos fé, de que as propostas vêm bem instruídas. Eu não encontrei,-----

----- Mais, o mail é um mail pessoal. O pedido inicial é um mail pessoal, nem sequer é um mail de uma empresa. O que eu encontrei foi uma referência a uma marca, numa rede social que é uma coisa diferente de existência do número de identificação fiscal e o número de identificação fiscal tem que estar obrigatoriamente na instrução deste processo, não estando não há condições para votar. Se houvesse, não estávamos a discutir este assunto há tanto tempo, porque já nos tinham demonstrado que existia e aqui é que está a questão.”-----

----- **O Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** disse o seguinte: -----

----- “Eu corrijo, não é uma questão de fé, é uma questão de boa fé e eu parto do princípio, volto a dizer, peço desculpa, que todos os membros do Executivo Municipal, quando votaram esta proposta, estavam na posse dos elementos todos que são indispensáveis.-----

----- Como a Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias também referiu, obviamente que ainda que assim não fosse, depois todo o procedimento iria ficar ferido, se algum

destes pressupostos não estivesse cumprido. Seja como for e como a nossa posição tem sido, uma posição de boa-fé, repito, queria perguntar à Câmara Municipal, porque do meu ponto de vista é isso que importa aqui, se garante que estas condições ou que estes pressupostos foram observados e se a Câmara Municipal insiste em que a votação desta proposta se faça. Se a Câmara Municipal insistir que esta votação se faça, é porque e volto a dizer que parto do princípio, este conjunto de pressupostos são cumpridos. Se a Câmara Municipal tiver um outro entendimento, a responsabilidade cabe à Câmara Municipal, aliás, a responsabilidade de trazer esta proposta aqui cabe à Câmara Municipal e, portanto, é à Câmara Municipal que compete decidir, para evitar que esta discussão prossiga, enfim, por mais não sei quanto tempo. Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Vou passar a palavra ao Senhor Vereador, antes de pôr a proposta à votação.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho**, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Isto é mais ou menos como... estão a ver aqueles óculos que existem com lentes coloridas. Quem tem óculos azuis vê tudo azul, quem tem verde, vê tudo verde, quem tem vermelho, vê tudo vermelho, portanto, cada um vê as coisas como quer. -----

-----Claro que, há sempre margem para as propostas poderem ser melhoradas e ser-lhes acrescentada informação que se considere que é indispensável à sua apreciação, aqui na Assembleia Municipal.-----

-----Não obstante no passado, quer neste mandato, quer no anterior, tenham existido propostas instruídas de igual modo que tenham vindo à Assembleia Municipal e tenham sido submetidas a votação e tenham objetivamente sido votadas.-----

-----Percebendo toda a controvérsia decorrente das lentes coloridas, com que cada um vê esta questão, julgo que o que está aqui em causa basicamente, é uma coisa simples que é a razoabilidade do pedido de isenção face ao mérito do projeto que está descrito na PD. Portanto, há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

um projeto que está sucintamente descrito na PD e o que está em causa é o mérito, ou seja, é a razoabilidade da isenção das taxas que estão descritas, face ao mérito do projeto que está descrito na proposta. E desse ponto de vista, julgo que não há grande questão a assinalar.-----

----- Há um conjunto de informação que, na perspetiva de alguns Senhores Deputados deveria forçosamente estar aqui e não está. Ora, estou em crer, aliás não tenho razão para acreditar o contrário, que os serviços da Câmara Municipal, sejam quais forem os serviços, trabalham no estrito cumprimento da lei e requerem toda a documentação que é necessária à instrução dos processos. Portanto, essa informação adicional pode ser prestada a qualquer momento. -----

----- Portanto, aquilo que eu propunha, Senhora Presidente e como a Senhora Presidente já enunciou há pouco, quando me passou a palavra, é que se desse sequência com a colocação da proposta a votação, encarregando-se a Câmara Municipal de fazer chegar a documentação a que se aludiu aqui e que se considera importante, que se conheça com maior detalhe.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Vereador. Vou, portanto, passar à votação da proposta.”-----

4.3.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves,

Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com oito votos contra, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques e Ricardo Correia Fernandes), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques). - -----

-----Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas e Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão, do Partido Iniciativa Liberal, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Os Senhores Deputados Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, saíram da sala antes da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 84/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 528/2023 – UPAG – “OEIRAS MARKET”, “PORTO SALVO STREET FOOD MARKET” E “MERCADO NO PARQUE” - REALIZAÇÃO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DOS EVENTOS**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e vinte e oito barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cinquenta e três da Reunião da Câmara Municipal realizada em catorze de junho, e deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com oito votos contra, sendo quatro do Partido Socialista, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, autorizar a isenção do pagamento de taxas para a realização dos eventos “Oeiras Market”, “Porto Salvo Street Food Market” e “Mercado no Parque, por um período experimental pela significativa dinamização que se crê que venham a dar a estes espaços públicos, bem como atendendo ao relevante contributo para a dinamização dos Mercados Municipais de Porto Salvo e Oeiras, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata”. -----

4.3.1.1. A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS), fez a seguinte Declaração de Voto:-----

----- “O Partido Socialista irá entregar uma Declaração de Voto. No entanto, queria aqui, em nome do Partido Socialista, lamentar que a Câmara não tivesse tido a flexibilidade de retirar a proposta, para podermos todos votar aquilo que gostaríamos de votar, que é o apoio aos mercados em Oeiras, mas entregaremos amanhã uma declaração de voto escrita.”-----

----- **A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) fez chegar a sua Declaração de Voto por escrito, documento que a seguir se transcreve:-----**

----- “O Partido Socialista vota contra a PD número quinhentos e vinte e oito de dois mil e vinte e três – UPAG – Oeiras Market, Porto Salvo Street Food Market e Mercado no Parque, Isenção de Taxas, dado que a proposta de deliberação se encontra mal instruída, sem estar

devidamente fundamentada, sem o número de identificação fiscal, declarações de não dívida por parte da Autoridade Tributária e da Segurança Social, e sem elementos suficientes de análise e avaliação, que nos permitam identificar a entidade beneficiária da isenção de taxas. -----

-----A ausência de número de contribuinte levanta dúvidas sérias sobre a regularidade do ato, pois as isenções só podem ser atribuídas a pessoas coletivas. -----

-----Lamenta-se que o Executivo não tivesse sido sensível aos argumentos e apelos de boa-fé para retirar a proposta para ser instruída nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

-----Assim, responsabilizamos o executivo pelos danos e dúvidas que não esclareceu sobre a entidade beneficiária da isenção de taxas.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Então, mas isso já é uma declaração de voto. Não? Mas se querem entregar outra fazem muito bem. Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) faça o favor.”-----

4.3.1.2. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, eu entrei nesta sala hoje com a intenção de votar favoravelmente esta proposta. Agora, tendo em conta que os documentos que a podem suportar só virão depois da votação, não tenho condições para votar favoravelmente. Obrigada.”-----

4.4. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 530/2023 – DMAG/DFP/DP – relativa à Alienação em Hasta Pública de um prédio sito em Paço de Arcos, ex-CNP – Alteração à Proposta de Deliberação N.º 220/2023, de 22 de março (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Senhor Vereador Pedro Patacho, acho que há aqui assim... o Senhor Vereador Nuno Neto pretendia...” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho,** disse o seguinte:--- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Sim, Senhora Presidente, se der licença, há aqui um lapso na PD e que o Senhor Vereador Nuno Neto gostaria de esclarecer.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Vereador Nuno Neto, faça o favor.”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto**, prestou os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Cumprimento todos, agradeço a oportunidade e agradeço também à Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), que me chamou a atenção aqui para um pequeno lapso, que eu não quero que inquie a discussão do mérito da proposta e portanto, se me concederem, faço já esse reparo.-----

----- Há uma frase que está em excesso que é uma remissão para a fundamentação através do artigo cento e setenta e quatro do CPA, que está aqui a mais. Tratando-se de uma alteração à deliberação duzentos e vinte de dois mil e vinte e três, naturalmente, toda a fundamentação legal é o que consta logo a seguir, do que se refere à proposta duzentos e vinte de vinte e três. Portanto, a remissão para o artigo cento e setenta e quatro do CPA, deve ter-se por não escrita aqui, é um mero lapso e que eu gostaria que aceitassem desta forma. Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

----- “Não se importa de dizer a página em que está...”-----

----- O **Senhor Vereador Nuno Neto**, disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente é repetido duas vezes. No fim da análise onde diz: “para os efeitos do cento e setenta e quatro”. O cento e setenta e quatro tem a ver com a retificação dos erros manifestos, não se aplica aqui e remete-se duas vezes ainda por cima. No fim da análise e logo na primeira frase a fundamentação legal, mas está lá fundamentação legal logo a seguir, que é a duzentos e vinte de dois mil vinte e três. Portanto, é só considerar não escrito no que se refere ao artigo cento e setenta e quatro.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Então vou passar à votação. Então? Eu pergunto quem se quer inscrever, os senhores não... Quem é que se quer inscrever?”-

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada Senhora Presidente, peço desculpa pelo atraso. -----

-----Analisamos hoje, mais uma vez, a alienação em hasta pública de um prédio sito em Paço de Arcos, Ex-CNP - Companhia Nacional de Petroquímica e onde já funcionaram serviços técnicos da Câmara Municipal de Oeiras, e o motivo é porque as quatro hastas públicas realizadas no ano passado e este ano ficaram desertas. -----

-----E se ao contrário do que ocorreu nas duas primeiras hastas públicas em que na sala estiveram presentes possíveis interessados em analisar o projeto, desta feita nas duas tentativas mais recentes esteve mesmo literalmente deserta, sem a presença de qualquer potencial interessado. Na hasta pública, na sala, estavam apenas funcionários da Câmara e três interessados, não na compra, mas no processo, estava eu e mais duas pessoas. -----

-----Em abril, deste ano aqui nesta Assembleia, antes das duas últimas hastas públicas, indicámos que o Município estaria a promover a construção de oitenta apartamentos TDois a preços a rondar os seiscentos mil euros, mais um aparthotel e serviços, alterando-se assim os usos face às anteriores hastas públicas. E também referimos que o “aparthotel” era uma atividade económica que podia ao abrigo da lei ser revertido para habitação, pelo que estávamos, na verdade a criar mais habitação no mercado privado a preços elevados, em vez de ser a própria Câmara a aproveitar este terreno municipal para construir habitação pública.-----

-----Não foi preciso esperar muito para que tal ocorresse: As novas hastas públicas ficaram novamente desertas e então a Câmara Municipal promove agora um novo estudo e relatório para alterar os usos simplesmente para aumentar a “atratividade” dos investidores, gerando então mais habitação em detrimento de áreas comerciais e do tal “aparthotel”, mais de mil metros quadrados que correspondem a mais sete fogos. Consideramos que no essencial o estudo é feito à medida,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

gerando um espaço com fraca qualidade urbanística, enterrando a linha de água no local em vez de a naturalizar.-----

----- Indica-se que este relatório foi efetuado no seguimento dos pedidos de esclarecimento sobre a documentação exposta para análise, no âmbito da última hasta pública do terreno a avaliar – isto são palavras que estão no relatório. Uma vez que na sala só estava eu e mais duas pessoas questiono então quem foi o investidor que pediu esclarecimentos? E quais esclarecimentos. -----

----- Indica-se ainda no novo relatório que foi feita uma “aferição mais racional da área a afetar ao estacionamento” e que esta aferição refletiu-se na diminuição dos pisos da cave do lote dois A, que passa de quatro para dois pisos. Então e antes esta aferição que tinha sido feita no relatório anterior não foi racional? É racional agora. -----

----- E ser o lote dois A, o edificio mais próximo da ribeira é só pura coincidência? Jamais poderia acontecer aqui o mesmo que acontece na cave do Centro de Saúde de Algés, porque a Câmara não constrói nem deixa construir em leito de cheia, não é? -----

----- Comparando os relatórios também verificamos que o valor da venda do metro quadrado de terreno apurado em janeiro correspondia a seiscentos e vinte e um metros quadrados para passados cinco meses passar a seiscentos e trinta e quatro e o valor da área bruta acima do solo de quatrocentos e cinquenta e seis por metro quadrado para quatrocentos e sessenta e seis euros por metro quadrado. O que nos leva a pensar que não vender o terreno apenas o irá valorizar, dada a valorização em apenas cinco meses, portanto mais duzentos mil euros. -----

----- E verificamos ainda no relatório que relativamente ao ruído, o conjunto dos prédios municipais são abrangidos, segundo a classificação acústica, por zona mista, e numa grande parte, por zona de conflito acústico que varia entre os cinco os dez decibéis. Ora o artigo nono do regulamento do PDM de Oeiras dois mil e vinte e dois refere que nas zonas de conflito, até à implementação dos planos de ação, é interdito o licenciamento ou a aceitação de comunicação prévia de novos edificios habitacionais etc. E a exceção seria se o conflito fosse abaixo dos cinco

decibéis o que não é aqui o caso. -----

-----Ora o Mapa Estratégico de Ruído ainda não veio a aprovação desta Assembleia, mais recente, nem foi remetido à Agência Portuguesa de Ambiente e só depois de aprovado se segue a fase seguinte de elaboração dos Planos Municipais de Redução de Ruído. Algo que ainda pode demorar e por isso não só isto pode ser o motivo da falta de interesse dos investidores na hasta pública como mostra que na verdade não há grande urgência em vender o terreno.-----

-----Colocamos finalmente três questões:-----

-----Primeira - Em Abril quando aqui foi votada a proposta a comparticipação pela não cedência de área para equipamento era de duzentos e quarenta e cinco quatrocentos e vinte e quatro mil euros (arredondado) e agora é proposto setecentos e quatro mil oitocentos e sete euros, mas não é apresentado qualquer racional para que se perceba esta alteração, pelo que questionamos como foram calculados estes valores e porque diferem dos apresentados em abril. Percebe-se que não é o valor dos euros por metro quadrado, mas sim os metros quadrados e, portanto, saber a que é que respeita. -----

-----Número dois - Por fim, quantas mais tentativas de vender este terreno vamos continuar a realizar? - -----

-----A terceira pergunta é para a Senhora Presidente e questioná-la porque razão os documentos do Relatório da Comissão e os Estudos de Reconversão Urbanística dos Terrenos Municipais da ex-CNP foram ocultados no site da Assembleia Municipal em vez de serem disponibilizados a todos os cidadãos e a todos munícipes que os queiram consultar. Não se tratam de documentos com dados pessoais e, portanto, saber qual foi a razão por estes três documentos estarem ocultados no site da Assembleia Municipal. Sim, tem um “piscozinho” lá ao lado que diz ocultado. É assim que diz. Muito obrigada.” -----

-----O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques (PS) disse o seguinte:-----

-----“A minha intervenção que tinha para fazer, está prejudicada. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Venho aqui agradecer ao Senhor Vereador Nuno Neto, por ter a humildade de ter vindo explicar a esta Assembleia, um problema por nós detetado e que se o procedimento no ponto da Ordem de Trabalhos anterior fosse o mesmo, era bom que este princípio se tornasse um hábito. Nós temos que ser humildes e já ando aqui há muitos anos e já fomos mais humildes do que somos hoje. Tenho dito.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada, quem lança a documentação é a Câmara Municipal, não somos nós, portanto, se não está, não sei. Faça o favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, então peço-lhe que averigue se faz favor com a Câmara Municipal, porque é que se está a proceder dessa forma. Isto porque, quando estamos a falar de registo de beneficiários efetivos, declarações da Segurança Social, autoridade tributária, que tem dados pessoais eu compreendo a situação e, portanto, os deputados têm acesso, os cidadãos não têm. Se quiserem, têm que ir ao site do Governo para descarregar esses documentos, sendo da responsabilidade da Câmara. Peço então à Senhora Presidente que averigue, porque é que neste caso estes três documentos são ocultados da população. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte. -----

----- “O Senhor Vereador pretende usar da palavra?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho,** disse o seguinte: -- -----

----- “Sim, Senhora Presidente, com a sua autorização, eu queria pedir ao Senhor Vereador Nuno Neto, que apresentasse os esclarecimentos.”-----

----- **O Senhor Vereador Nuno Neto,** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Duas questões diferentes.”-----

----- Com a tranquilidade, lisura de relacionamento que temos tido ao longo dos anos,

Senhor Deputado Reis Marques (PS), agradeço as suas palavras e da minha parte quando erro, assumo que erro, não tenho problema nenhum, tento fazer sempre o meu melhor e voltar a agradecer também a forma simpática como fui chamado à atenção, permitindo-me corrigir o erro antes que ele fosse um problema.-----

-----Quanto às várias questões levantadas pela Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), dois tipos de resposta. -----

-----A questão da venda da CNP. Porquê da venda da CNP. Porque a Câmara entende que é a melhor forma de gerir o seu património. Aliás, a Senhora Deputada começou a sua intervenção, dizendo “mais um terreno” e não é mais um. Como depois corrigiu, é o mesmo. As perguntas que fez hoje em nada divergem das perguntas que já fez anteriormente e que já lhe foram respondidas.

-----Hoje, até lhe posso dizer a si: é verdade, é a medida acertada vender este terreno pelo preço base que começa nos doze milhões e muito, porque isso vai-nos permitir fazer muito mais, muito mais coisas, naturalmente, por exemplo, muito mais habitação social noutras áreas do Concelho. Isto porque, queremos fazer habitação social e já agora, porque já disse isto, porque não fazer ali habitação social. Porque queremos fazer habitação social mais adaptada aos tempos modernos e aos novos conceitos. Não vamos fazer grandes empreendimentos de habitação social, como poderíamos fazer ali. Fazemos em prédios dispersos e integrados na malha urbana, todas estas respostas já lhe foram dadas. -----

-----Por exemplo, na última Assembleia Municipal, os Senhores Deputados e acredito, penso que o seu Grupo também aprovou, a aquisição da Quinta de Santa Bárbara. É com dinheiros provenientes destas alienações de património público que podemos adquirir outro património público. Adquirimos a Quinta de Santa Bárbara, onde vamos fazer uma residência sénior, com trinta alojamentos em construção nova, mais conversão do antigo edificado para alojamentos numa outra modalidade também destinados à população sénior, com carência económica. -----

-----Portanto, vendendo algum terreno que tenha a valorização da antiga CNP, entendendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que ali não é um local para concentrar uma dose pesada de habitação social e que a Câmara não tem vocação para construir equipamento, comércio, não é essa a função da Câmara, esta é uma opção política da Câmara alienar este terreno, para possibilitar com a receita, construir noutros sítios nos moldes que até já lhes foram explicados muitas vezes. -----

----- Parte da sua intervenção, não tem a ver com o tema que estamos aqui a tratar. Parte da sua intervenção deve estar a referir-se à proposta que foi à Câmara com o número anterior a esta. Porquê. Esta o que propõe é que a Assembleia Municipal autorize a alienação deste terreno nos moldes que aqui estão expostos. A sua intervenção refere-se aos parâmetros urbanísticos, ao estudo de reconversão que é matéria da competência da Câmara Municipal, que foi aprovada por acaso da mesma reunião de Câmara numa proposta anterior. E, portanto, não entendo que seja a mesma matéria que estejamos aqui a discutir. -----

----- Por acaso, está aqui na sala presente e até a meu pedido, o Senhor Diretor Municipal do Urbanismo, o Senhor Arquiteto Serpa, que poderia apresentar todos os esclarecimentos e estará disponível, certamente para, à parte, lhe apresentar todos os esclarecimentos. Se quiser fazer o pedido de esclarecimentos que fez aqui à Câmara Municipal, certamente lhe responderão. Só que, o que aqui faz é um pedido de esclarecimentos a uma proposta que não está aqui em discussão. Os parâmetros... não. -----

----- O que está aqui em discussão é a decisão de vender ou não a antiga CNP, de acordo com o estudo urbanístico aprovado em sede própria - Câmara Municipal. Não está aqui em discussão, o estudo urbanístico que já foi aprovado na Câmara Municipal. Portanto, o que é que eu recomendo? Que faça esse pedido à Câmara Municipal e encarregar-me-ei, eu com o Senhor Arquiteto Serpa, de lhe fazer chegar muito rapidamente todas as questões que aqui levanta, mas essas questões não estão a discussão neste momento. É tudo Senhora Presidente. Muito obrigado.”

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez o seguinte Pedido de Esclarecimento:** -----

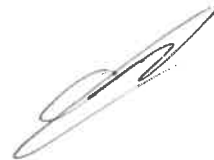
-----“Queria fazer um pedido de esclarecimento ao abrigo do artigo cinquenta e três, tenho um minuto. -----

-----Senhor Vereador, este relatório está em anexo a esta proposta que estamos aqui a votar. Portanto, eu não estou a falar de nenhuma aprovação urbanística anterior à proposta que aqui estamos a votar. Estou mesmo a falar dos anexos desta proposta. E as perguntas que fiz estão nos documentos que estou a analisar. Portanto, estamos a votar a hasta pública com os documentos que temos. Portanto, não compreendo a resposta às questões colocadas. Portanto, em relação a porque é que estamos a aumentar a compensação do investidor, eventualmente que tenha interesse em adquirir a hasta pública? Quantas mais vezes vamos fazer? Porque é que os documentos foram colocados? Quais foram as perguntas na sequência da última hasta pública que fizeram este novo estudo, já que tinha sido feito em janeiro e agora foi decidido mudar os usos. Certo? Portanto, é isso.”-----

-----O **Senhor Vereador Nuno Neto**, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Senhora Deputada, a resposta, a Senhora deu numa frase há pouco, para aumentar a atratividade desta venda para um potencial interessado, porque há uma decisão da Câmara em alienar este terreno. Esta é a resposta a tudo o que questiona. -----

-----O documento a que se refere, é um anexo a esta proposta de deliberação, aprovado no sítio próprio - Câmara Municipal. Portanto, eu respondi bem. O que estamos aqui a discutir é: sim ou não vender a antiga CNP pelo valor que está aqui proposto com o documento enquadrador anexo. O conteúdo do documento anexo foi aprovado em sede própria - Câmara Municipal. Se quiser discuti-lo, se quiser algum esclarecimento sobre esse documento anexo, eu terei todo o gosto em lhe fazer chegar a resposta a todo o seu pedido de esclarecimento. Eu não venho para aqui discutir um documento técnico, validado pela Direção Municipal de Urbanismo, validado pela Comissão Municipal de avaliações e aprovado em sede própria - Câmara Municipal de Oeiras, órgão executivo, competência própria da Câmara Municipal. Competência própria da Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, aprovar ou não a venda do terreno nas condições em que está aqui proposto.”-----

4.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmiento), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Pencla Antunes), com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco), e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com cinco abstenções, sendo quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito

Filipe, Joaquim dos Reis Marques e Ricardo Correia Fernandes) e uma do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 85/2023** -----

-----**PROPOSTA C.M.O N.º 530/2023 – DP – ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA DE UM PRÉDIO SITO EM PAÇO DE ARCOS, EX-CNP - ALTERAÇÃO À PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º.220/2023, DE 22 DE MARÇO** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e trinta barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e cinco da Reunião da Câmara Municipal realizada em catorze de junho, e deliberou por maioria, com vinte e sete votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com seis votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, e com cinco abstenções, sendo quatro do Partido Socialista e uma do Partido Iniciativa Liberal, autorizar a realização da hasta pública do bem imóvel, sito em Paço de Arcos, sendo o valor base de venda/licitação de doze milhões, seiscentos e noventa mil euros, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.4.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, só para dizer que farei chegar uma Declaração de Voto do Grupo Político e também um requerimento para pedir as informações que não foram dadas. Muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

obrigada.” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto** por escrito, documento que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Político Evoluir Oeiras vota contra esta proposta uma vez que mantemos a posição contrária à alienação destes terrenos municipais. Este terreno está a ser alienado quando deveria ser reconvertido em área de suporte a habitação a custos controlados, havendo condições para construir habitação, em vez de gerar especulação imobiliária, destinada a classes ricas, sendo os doze milhões de Euros resultantes da venda utilizados a tentar construir em locais totalmente inacessíveis ao transporte coletivo e sobre Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. Acresce que grande parte do conjunto dos prédios municipais são ainda abrangidos, segundo a classificação acústica, numa grande parte, por zona de conflito acústico que varia entre os cinco e os dez decibéis. Ora o artigo nono do Regulamento do PDMO dois mil e vinte e dois refere que nas zonas de conflito, até à implementação dos planos de ação, é interdito o licenciamento ou a aceitação de comunicação prévia de novos edifícios habitacionais. De referir ainda que o Grupo Político Evoluir Oeiras durante a discussão da proposta fez questões técnicas (relativas à comparticipação pela não cedência de área para equipamento) e de forma (documentação ocultada dos cidadãos no site da Assembleia Municipal de Oeiras) que não foram respondidas nem pelo executivo, nem pela Presidente da Assembleia Municipal.” -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 532/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa às Festas Juninas – Isenção de taxas e licenças (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Quem pretende usar da palavra sobre este assunto? Senhores Deputados não há inscrições, vou passar à votação.” -----

4.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 86/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 532/2023 – DTGE – FESTAS JUNINAS - ISENÇÃO DE TAXAS E LICENÇAS**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e trinta e dois barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em catorze de junho, e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Chega e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária, aprovar a isenção do pagamento das licenças camarárias, solicitado por “Sílabas Original - Associação Cultural”, promotora do evento “Festas Juninas”, no valor total de oitocentos e quarenta e um euros e quarenta e três cêntimos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 533/2023 – DMEDSC/DACTPH/DTGE – relativa ao Evento Tardezinha – Reconhecimento de isenção do pagamento de taxas e licenças (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta

desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Peço a palavra apenas para constatar algo que o Grupo Política Evoluir Oeiras considerou errado neste processo. -----

-----A Câmara em contraponto, esta isenção de taxas apresenta como única contrapartida a entrega de duzentos bilhetes e agora faço uma pequena viagem temporal à semana passada, quando o nosso Grupo Político foi acusado de querer apenas distribuir bilhetes, quando estávamos a falar de contrapartidas sérias para a população de Algés, mais específica da zona ribeirinha de Algés. -----

-----Afinal, este Executivo é que só pensa nos bilhetes. Com tantas outras dinâmicas que poderia criar à volta destes eventos, a Câmara preferiu a lei do menor esforço e exigiu apenas duzentos bilhetes. Portanto, não vemos como poderemos aprovar esta isenção de taxas. Disse.”--

-----A Senhora Deputada Celeste Dâmaso (IN-OV) disse o seguinte:-----

-----“O Senhor Vereador que está como Senhor Vice-Presidente, é a si que me dirijo. Eu acho que devia quanto antes levar para o seu Executivo aquele Senhor, que é tão brilhante, tem um cérebro tão brilhante que vos ajudava, de certeza, a fazer um excelente trabalho. Obrigada.” -

-----A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra? Posso, portanto, passar à votação?” -----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada, por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso, Salvador António Martins Bastos Costeira e Alexis Godinho Gonçalves), três do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos) e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira) e duas da Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco). -----

----- O Senhor Deputado Joaquim dos Reis Marques, do Partido Socialista, não estava presente na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 87/2023** -----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 533/2023 – DTGE – EVENTO TARDEZINHA - RECONHECIMENTO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS** -----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e trinta e três barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e oito da Reunião da Câmara Municipal realizada em catorze de junho, e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezoito do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, três do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com dois votos contra, sendo um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Chega e com cinco abstenções, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras e duas da Coligação Democrática Unitária, aprovar o reconhecimento de isenção do pagamento das licenças, solicitado por “Induktor Music, Limitada”, promotora do evento “Tardezinha”, (recinto improvisado e especial de ruído), no valor total de dois mil trezentos e quarenta e três euros e vinte e sete cêntimos, bem como o reconhecimento de isenção de pagamento da taxa de ocupação associada à utilização da bolsa de estacionamento junto ao Estádio Municipal Mário Wilson, no valor de três mil e quinze euros, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

4.7. Apreciação da Proposta C.M.O. N.º 536/2023 – UJ – relativa ao Apoio à Fundação JMJ – Jornada Mundial da Juventude para realização do evento em 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão)-----

-----O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte:-----

-----“Como já tivemos a oportunidade de dizer no PAOD da semana passada, nós não nos opomos à vinda de nenhum líder religioso ao nosso país, nem a Oeiras, em particular, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

relevância que reconhecemos no líder da Igreja Católica, tanto para a população portuguesa como para a de Oeiras em específico. -----

----- Mas, queríamos reforçar que a documentação de apoio à apreciação da proposta, apresenta lacunas que sustentam as nossas dúvidas e que considerámos serem suficientemente relevantes para sustentar o sentido de voto contra, que tivemos em reunião de Câmara. -----

----- Em primeiro lugar: o contrato não define mecanismos de controlo adequado das despesas feitas, impossibilitando a sua eficaz gestão por parte do Município, pois não obriga a entidade apoiada a demonstrar documentos das despesas incorridas, apenas um relatório vago sobre as mesmas. -----

----- Em segundo lugar: o contrato não tem data para o seu termo, nem o mesmo vem definido na documentação anexa. -----

----- Em terceiro lugar: o pedido de apoio não detalha os valores envolvidos nas componentes a financiar, nem de que maneira esse apoio se partilha com os outros dois municípios relevantes para as Jornadas Mundiais da Juventude. -----

----- Por fim, o contrato não prevê forma de devolução ao Município do valor concedido, que não venha a ser gasto nas vertentes financiadas. -----

----- De referir também, como também já referimos noutra ocasião, que apesar de vir referido que a proposta de deliberação é elaborada nos termos do despacho do Senhor Presidente da Câmara, tal despacho não constava da documentação de suporte na data da votação, como aqui já referimos, naquilo que foi mais uma das muitas trapalhadas da Câmara de que aqui temos falado e já presenciámos também uma hoje. -----

----- Portanto, Senhora Presidente, por estes motivos, nós não podemos acompanhar a proposta na Câmara e estamos contra esta proposta. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

----- “Esta proposta, não é para ser votada, é só apreciada. Pergunto, se mais alguém

pretende usar da palavra. A Senhora Deputada Carla Santos (CH) faça o favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Excelentíssimo Executivo da Câmara Municipal de Oeiras, o Chega foi o primeiro partido a alertar a Câmara Municipal de Oeiras para a preparação da Jornada Mundial da Juventude em dois mil e vinte e três, nesta Assembleia Municipal. -----

-----Tudo se encontrava bem encaminhado, segundo o Senhor Vice-Presidente e Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. -----

-----Os anos passaram e agora a menos de trinta dias das Jornadas é que é pedido um crédito bancário para receber o Santo Padre, officios Oeiras Valley certamente. -----

-----Só iremos votar a favor deste crédito a fim de evitar uma vergonha e por respeito aos peregrinos de todo o mundo. -----

-----Em termos políticos, pergunto: não somos um Concelho endinheirado? Não parece, com tanto crédito contraído. Gastaram o valor das Jornadas Mundiais da Juventude com a derrapagem do Fórum Oeiras?...” -----

-----O **Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** interrompeu, dizendo o seguinte: ---

-----“Um ponto de Ordem à Mesa, Senhora Presidente. -----

-----Não é este o ponto que se está a ser discutido.” -----

-----A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte: --- -----

-----“Como? Desculpe? Não, é só uma questão... eu nunca interrompi ninguém, portanto se não se importam.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Eu não quis interromper, deixe-me dizer, portanto...” -----

-----A **Deputada Carla Santos (CH)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

-----“Quanto às alterações do valor do crédito BPI, como abordado na sua segunda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alteração contratual. É importante saber quem é o responsável pela gestão do crédito e officios da Jornada Mundial da Juventude em Oeiras. Ao abrigo do artigo cento e cinquenta e dois do CPA e do porquê deste crédito e a esta data. Incompetência ou negligência? Disse.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, a Senhora Deputada estava-se a referir ao ponto seguinte, mas já fica dito.” ---

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** respondeu dizendo o seguinte: -----

----- “Exatamente, é isso mesmo. (risos na sala)-----

----- Tem muita graça a Senhora Presidente, tem imensa graça. Está cheia de graça.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Como? A Senhora Deputada tem alguma. Aliás, foram os seus colegas que se riram.”

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte: -----

----- “E a Senhora como Presidente também se riu. Tem imensa graça. É o respeito.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Eu, desculpe...Senhora Deputada...” -----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** disse o seguinte: -----

----- “Diga, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “É evidente, tem alguma graça, mas...” -----

----- A **Senhora Deputada Carla Santos (CH)** referiu o seguinte: -----

----- “Tem, tem, a Senhora como... o exemplo vem sempre de cima. Não é?” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Não fui eu que me ri, foram todos os seus colegas. -----

----- Meus Senhores, esta proposta também é para apreciação e, portanto, pergunto se algum dos Senhores quer falar. Se algum dos Senhores pretende usar da palavra, sobre esta proposta. Senhor Deputado João Santos (CDU) faça o favor.” -----

-----O Senhor Deputado João Rafael Santos (CDU) fez a seguinte intervenção: -----

-----“De facto, esta proposta relaciona-se com a que vem a seguir, efetivamente. Mas, de facto, podemos fazer um comentário de alguma forma conjunto, até porque concordamos em discutir hoje a proposta seguinte, a do empréstimo. Faz algum sentido, porque é o mesmo tema e que possamos discuti-lo com alguma articulação. -----

-----Sobre isso, a nossa posição é, enfim, de respeito e de reconhecimento da importância deste evento, a sua relevância é inquestionável pelo número de pessoas que atrairá, pelo significado que tem e pela projeção que também poderá trazer para o Município. Portanto, nós não nos opomos de forma nenhuma à sua realização e compreendemos e apoiamos, o apoio que o Município possa dar neste contexto. -----

-----Esse apoio é contratualizado, penso eu, também com o Governo e também em parceria com os municípios de Lisboa e de Loures. E isso traduz-se, não só num apoio a um evento que é temporário, mas também sabemos que se traduz em benefícios, benfeitorias no próprio território, em equipamentos, instalações e espaço público. E a esse nível, talvez fosse um ponto que nós gostaríamos aqui de focar. -----

-----Em particular na apreciação desta proposta, há um subsídio que é pedido, enfim, como proposta pela Câmara, para apoiar condições logísticas, de acolhimento, de acreditação, num valor de cerca de quinhentos mil euros, a que acresce depois um valor de empréstimo de mais um milhão e meio de euros para outros destinos de financiamento, dos quais, mais um milhão... não, não, não... mais um milhão e meio, ou seja são dois milhões, quando temos a impressão de que no início, este valor não deveria ultrapassar um milhão, foi este o valor de referência que foi, pelo menos, publicamente dado. Portanto, já há aqui um avanço de cem por cento. -----

-----Este tema até tem vindo a ser colocado, até por outras bancadas desta Assembleia, com a necessidade de sabermos o que é que está em cima da mesa, quais são os compromissos e o que é que se espera que a Câmara assuma. E, foi sempre dito pela Câmara que ainda não estava nada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

definido, estava em discussão e nós também percebemos que a própria Câmara certamente, não teve todos os dados que precisava atempadamente. Há também aqui responsabilidades que não são apenas da Câmara, até também do Governo na condução desta matéria. E, percebemos, claramente, que há um atraso tremendo na condução e na programação destas coisas. De tal modo que, nós hoje somos confrontados com esta necessidade de aprovar um empréstimo de um milhão e meio de euros, em cima da reunião da Assembleia Municipal, é isto. -----

----- Ora bem, há aqui responsabilidades também nestes atrasos que não serão, de facto, apenas da Câmara, mas não gostaríamos de deixar passar essa nota. E, sobretudo também nos parece que estes valores relativamente àquilo que são intervenções de longo prazo, intervenções que ficam no território, parecem-nos ainda relativamente diminutas. Aquilo que são obras e equipamentos, são pouco mais de duzentos mil euros, trezentos mil euros. Ora bem, aquilo que é o grande recinto de acolhimento, que é o terraplano, que melhorias é que vai ter? Não são sequer áreas de jurisdição do Município de Oeiras. Portanto, há aqui um aspeto que nos levanta sérias dúvidas, quanto àquilo que é a relação entre o investimento feito e aquilo que são os benefícios a longo prazo e multidimensionais deste evento. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém pretende usar da palavra sobre este ponto? Senhor Vereador Pedro Patacho, faça o favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho,** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Obviamente, agradecer as intervenções de todos os Senhores Deputados que se referiram a esta proposta e que eu gostava de reafirmar que não tinha que vir aqui. Mas que, cultivando tanto o exercício da transparência e da boa informação aos órgãos municipais e porque estamos na presença da participação do Município de Oeiras no maior evento de sempre realizado

em Portugal, com uma projeção internacional ímpar, entendeu o Senhor Presidente e bem, que não obstante não estivesse obrigada esta proposta a vir aqui, que devia dela ser dado conhecimento à Assembleia Municipal e é isto que está a ser feito. -----

-----A primeira nota que eu gostava de deixar era precisamente essa. Evidentemente que tudo é discutível, tudo tem que ser discutido, todos os esclarecimentos têm que ser prestados e toda a ação da Câmara Municipal deve ser, obviamente, pautada pelo rigor, pela transparência e pela objetividade na condução de todos os processos. Mas, evidentemente, também é importante que tenhamos a noção daquilo que estamos a falar e não nos detenhamos em questões menores. -----

-----Nós estamos a falar de um evento absolutamente extraordinário do ponto de vista da sua dimensão e da quantidade de pessoas que vai trazer ao nosso país e a esta região em particular e a estes concelhos aqui à volta, durante um determinado período de tempo. -----

-----Estão acreditados para acompanhar esta iniciativa perto de quatro mil jornalistas e acima de uma centena de cadeias televisivas. -----

-----Portugal vai estar nos olhos do mundo durante essa semana. Tudo aquilo que acontecer de bom e tudo aquilo que acontecer de mau, durante essa semana no nosso país, na verdade, do que estamos a falar é da imagem de Portugal. E se estamos a falar da imagem de Portugal e do prestígio da República Portuguesa no mundo, a primeira coisa que temos de ter presente é que cada um na nossa função, cada um na nossa posição, cada um no exercício das nossas funções nos órgãos a que pertencemos, seja nas autarquias locais, seja no Governo, seja nas empresas e institutos públicos, seja onde for, o nosso primeiro e mais relevante dever, é um dever de subsidiariedade e de solidariedade interinstitucional na organização deste processo e na construção do apoio a esta iniciativa para que nada falhe, para que Portugal, portanto, a nossa República, o nosso país, projete internacionalmente uma imagem de qualidade, de saber fazer, de prestígio, de eficácia, particularmente naquilo que é a atividade e o apoio prestado pelas instituições públicas. Sejam empresas públicas, institutos públicos, agências governamentais, o próprio Governo e as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

autarquias locais. Aliás, esse era o primeiro apelo que eu gostaria de fazer quando discutimos esta questão. --- -----

----- Estamos a falar de algo que se correr bem é extraordinário para Portugal. Se correr mal pode ser trágico para a imagem internacional do nosso país. E, portanto, obviamente, cada um no seu sítio, todos, e nós aqui na Câmara Municipal de Oeiras, embora tenhamos uma pequena participação neste processo, estamos muito empenhados em garantir todos os meios, recursos e condições para que isto corra bem. -----

----- Ora, este apoio que está aqui para conhecimento e apreciação dos Senhores Deputados, decorre de uma solicitação direta da Fundação Jornada Mundial da Juventude, portanto, um pedido de apoio endereçado ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- É importante esclarecer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não atribui subsídios, não atribui participações financeiras, não despacha participações financeiras, quando muito e será isso que, provavelmente, alguns deputados se referiram, o Senhor Presidente da Câmara aprecia o pedido que lhe foi endereçado e no seu despacho dá instruções aos serviços para que apreciem, para que validem e para que instruem uma proposta de deliberação nos termos da lei, competindo ao órgão do executivo, a votação da atribuição dessa participação financeira, o que foi feito pela Câmara Municipal, portanto, pelo órgão executivo. Obviamente, com toda a transparência, com todo o rigor e com todas as boas práticas da administração. -----

----- Gostaria de dizer também, porque foram aqui levantadas algumas suspeitas, que eu julgo que são infundadas e eu, nesta ocasião, até tenho vontade, e vou fazê-lo, de citar o nosso Vice-Presidente, que hoje tenho o privilégio de estar aqui a substituir: “para quem tem martelo, tudo lhe parece um prego” e portanto, é preciso é bater. A vontade de bater é tanta que até se bate onde não há prego. Portanto, foram aqui levantadas algumas suspeitas que eu acho que são infundadas e que não têm razão de ser. Isto porque no contrato que acompanha a proposta de deliberação e que legítima ou melhor, a legitimidade vem da votação da Câmara, mas depois o

contrato que operacionaliza a atribuição deste apoio e o seu acompanhamento diz, a dada altura que “a Câmara Municipal, através dos serviços municipais competentes, fiscalizará a execução do presente contrato, podendo realizar para o efeito as medidas que considere adequadas ao seu acompanhamento”. Quem é que diz que não vão ser pedidas faturas e demonstrações de despesa e de como é que foi executado o apoio que está a ser solicitado? -----

-----Claro que o Senhor Deputado poderá dizer: “Bom, deve estar tudo no contrato “discriminadinho” até ao milímetro e isso tem que cá estar textualmente”. Claro que eu percebo que o Senhor queira isso, mas isso parte, vamos lá a ver, de uma atitude e de uma maneira de estar na vida pública, que é tal ideia de “quem só tem martelo tudo parece um prego”, “todos são bandidos”, “todos estão aqui fazer umas tramoias” e “isto tem aqui qualquer coisa escondida”, “estão feitos com não sei o quê e tal”. Quem tem esta atitude na vida, que desconfia de todos, desconfia de toda a gente e julga que toda a gente à sua volta é um bando de pilantras, claro que tem sempre esta atitude persecutória, inquisitória e que tem sempre a vontade de virar as pessoas ao contrário e tal.-----

-----Agora, não é necessário, porque aquilo que está aqui é bastante claro: “Os serviços municipais competentes fiscalizam a execução do presente contrato, podendo realizar para o efeito as medidas que considerem adequadas”. Portanto, subentende-se, inclusivamente, solicitar os comprovativos das despesas realizadas na execução dos fundos que estão a ser atribuídos à entidade e depois a dada altura acrescenta-se também, lá mais para a frente, que “o incumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato, designadamente a irregularidade da aplicação dos apoios”, irregularidade essa que é verificada através da fiscalização com as medidas que o Município entender adequadas. Se se verificar essa irregularidade, pode determinar consoante a sua gravidade a resolução imediata do contrato, a revogação do ato da concessão de apoio e a restituição das quantias recebidas. Portanto, está absolutamente claro. -----

-----Portanto, na obediência aos princípios que presidem à administração do Estado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

evidentemente que a equipa municipal competente pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato vai exigir justificação rigorosa, ao milímetro, da forma como a Fundação Jornada Mundial da Juventude executar este apoio.-----

----- Portanto, eu julgo que está claro, não apenas a boa-fé com que é atribuída esta participação financeira, a boa justificação com que ela é atribuída, portanto, refere-se ao apoio às ações de acolhimento dos peregrinos, credenciação dos peregrinos e acompanhamento seguro das suas atividades. Portanto, todas as ações, iniciativas que se inscrevam nestas três dimensões, através das quais a Fundação JMJ tenha realizado despesa, tem que ser demonstrada essa despesa, vai ser fiscalizada e os serviços vão exigir os comprovativos dessa despesa. Portanto, é exatamente assim que isso vai ser feito.-----

----- Senhora Presidente, era sobretudo isto que eu queria dizer, apelando a alguma contenção, portanto, numa atitude mais persecutória, eivada de um preconceito segundo o qual as pessoas têm sempre uma segunda agenda. Senhor Deputado, não há segunda agenda nenhuma.” -

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, eu não resisto a devolver um ditado popular ao Senhor Vereador Pedro Patacho que é: “Quem porcos busca até as moitas lhe roncam”, porquê? Quem porcos procura até as moitas lhe roncam, quer dizer que quem vê sombras e fantasmas em todo o lado, por onde quer que olhe estão lá as sombras e os fantasmas. Eu não lancei nenhuma suspeita sobre a Câmara, Senhor Vereador, não lancei nenhuma suspeita sobre a Câmara. O Senhor Vereador está a confundir atitude persecutória com escrutínio, com perguntas, com exigência de rigor que isso sim, temos e que o Senhor Vereador na sua intervenção também disse que ia fazer e ainda bem. A questão é que nós não vemos lá isso na proposta e não advínhamos e voltamos à questão da fé e não é uma questão de boa fé nem de má fé, é uma questão de fé.-----

----- Nós não fazemos fé de que alguma coisa que o Executivo diz que existe se não conseguimos ver. Nós não funcionamos na base da fé. Funcionamos na base naquilo que está

escrito nas propostas e naquilo que nas justificações que são dadas pelos Senhores Vereadores e pelos Senhores Deputados, quando é o caso. -----

-----Portanto, agradeço as explicações do Senhor Vereador. Garanto-lhe que não estou aqui a “roncar” atitude persecutória, não é o caso, mas aceite as nossas perguntas, as nossas questões, o escrutínio que fazemos e a vontade de ver coisas na proposta que não estão lá e o Senhor Vereador diz: “querem tudo muito “discriminadinho” ao milímetro”, às vezes queremos, é verdade. Mas aqui nem sequer é o caso. Aqui não está lá nada, daquilo que nós perguntamos, não há nada discriminado que diga que tem de apresentar faturas, não há nenhuma coisa desse género e era bom que estivesse lá. Também é bom que o Senhor Vereador tenha dito que a Câmara vai sim senhor, esforçar-se para fazer isso e ainda bem, mas não está na proposta. Nós gostávamos que estivesse, deixamos a sugestão para que, de próximas vezes, possa estar. -----

-----É já agora uma questão e uma correção, não foi o Senhor Presidente da Câmara que fez com que a proposta viesse aqui à Assembleia Municipal, foi por sugestão nossa em reunião de Câmara. Pode consultar a ata da reunião e verificar que levantámos essa questão, o Senhor Vereador João Neves, em substituição da Senhora Vereadora Carla Castelo, sugeriu isso e felizmente, o Executivo e o Senhor Presidente acolheram e estamos aqui a falar desta proposta hoje, com todo o gosto, toda a boa fé e boa disposição. Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado e continuem com a boa disposição. Vou dar a palavra ao Senhor Vereador Pedro Patacho.”-----

-----**O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho, fez a seguinte intervenção:**-----

-----“Senhora Presidente é mesmo só um minuto, eu não demoro nada. -----

-----Uma vez que estamos com provérbios suínos e como eu tenho uma estima enorme, pelo nosso Vice-Presidente e aprecio muito a maneira como ele conduz as suas intervenções aqui,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em representação do Senhor Presidente, vou citá-lo mais uma vez, numa citação que ele uma vez utilizou aqui e que é: “nunca lutes com um porco porque o porco gosta e ambos saem sujos”. De maneira que, um cumprimento muito especial ao nosso Vice-Presidente, onde quer que ele esteja.

----- Senhora Presidente, só mesmo quinze segundos para repetir o que está escrito no contrato: “Os serviços municipais competentes fiscalizam a execução do presente contrato, podendo realizar para o efeito as medidas que considerem adequadas ao acompanhamento. O incumprimento de qualquer obrigação prevista no contrato, designadamente a irregularidade na aplicação dos apoios, que é fiscalizada pelos serviços municipais através das medidas que entender adequadas, pode determinar consoante a sua gravidade, resolução do contrato, revogação do ato de concessão de apoio, obrigação de restituição das quantias recebidas”. Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) referiu o seguinte: -----

----- “É um último comentário, muito rápido, Senhora Presidente, porque eu...” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Pensei que era outro ditado.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -- -----

----- “Não, não... também se calhar vai ter. Eu não resisto a um bom jogo de ping-pong e, portanto, tenho de responder outra vez ao Senhor Vereador Pedro Patacho. E, já que estamos a falar de suínos, eu na Assembleia Municipal passada também citei George Orwell e o Senhor Vereador, certamente já leu “A quinta dos animais” e, quero dizer-lhe que, em termos de metáforas suínas se eu sou um porco com quem o Senhor Vereador se suja, eu acho que o Senhor Vereador está a desempenhar um papel semelhante àquele que esses simpáticos e muito inteligentes animais desempenhavam nesse livro de George Orwell, “O triunfo dos porcos” e, portanto, Senhor Vereador, tinha de dizer isto para não ficarmos aqui... para o Senhor Vereador não ficar a ganhar

dois um, para ficarmos empatados pelo menos em bocas suínas. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

-----**APRECIADA**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

-----“Portanto, consideramos apreciada esta proposta e vamos para a proposta seguinte que foi aquela que os senhores concordaram em agendar.” -----

4.8. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 575/2023 – DMAG/DFP – relativa à Contratação de empréstimo de médio/longo prazo destinado às despesas no âmbito da Jornada Mundial da Juventude 2023 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Portugal é um Estado que se diz laico. Eventos religiosos não devem, na nossa opinião, ser suportado por contribuintes de Estados laicos. -----

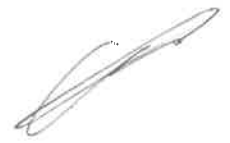
-----Em Madrid, na vizinha Espanha o investimento nas Jornadas Mundiais da Juventude foi feito por privados e foi pago maioritariamente pelas inscrições dos peregrinos. Não foi gasto um cêntimo dos contribuintes. Milhares de espanhóis manifestaram-se nas ruas e fizeram-se ouvir.

-----Em conferência de imprensa a Igreja portuguesa disse que o seu papel aqui é pedir e porquê? Certamente, porque é hábito que o papel do contribuinte português seja o de pagar.-----

-----Não nos opomos à vinda de nenhum líder religioso, principalmente o da Igreja Católica, sendo Portugal um país maioritariamente católico, mas não podemos acompanhar esta proposta. Obrigada.” -----

-----A **Senhora Deputada Mariana Leitão (IL)** disse o seguinte:-----

-----“Não temos absolutamente nada contra, a Iniciativa Liberal, obviamente, neste caso, à realização da Jornada Mundial da Juventude, no nosso país. Mas, obviamente que não podemos concordar com a forma atabalhoada como toda a organização deste evento está a decorrer e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sabemos que, obviamente que parte da responsabilidade não é do executivo camarário, mas sim do Governo e também obviamente, não podemos concordar com os largos milhões que vão ser gastos pelo Governo, pelo Estado central e pelas autarquias (neste caso três autarquias do nosso país: Lisboa, Loures e Oeiras), num evento que vai custar aos contribuintes, pelas últimas estimativas, oitenta milhões de euros. E, portanto, obviamente também não conseguimos acompanhar este pedido de contratação de empréstimo, por parte do executivo camarário. -----

----- Consideramos que, à semelhança do que foi feito noutros países e que a Deputada Sílvia Marques (PAN) acabou agora de referir, há formas de fazer eventos desta natureza sem recorrer a oitenta milhões de euros do dinheiro dos contribuintes. Consideramos que não há sequer qualquer estudo que suporte aquilo que tem vindo a ser defendido por alguns dos nossos dirigentes, de que haverá um retorno deste investimento, não há nada palpável, pelo menos que se tenha conhecimento que o indique e que garanta que, efetivamente haverá algum retorno deste investimento que se está a fazer. -----

----- Por outro lado, continuamos com sérias dúvidas e aproveito este ponto para voltar a referi-las, quanto a toda a organização, nomeadamente no que diz respeito ao plano de mobilidade, algo que é fundamental para que este evento decorra em segurança e que até agora continuamos sem conhecer qual é. -----

----- Aproveito também, apesar de extrapolar um pouco a questão financeira, mas dizendo respeito também àquilo que é a organização deste evento, o que é que o Executivo já sabe sobre essa matéria? Que passos têm estado a ser dados quanto à organização do evento? E, em bom rigor, se os valores que aqui se encontram para o empréstimo, são valores finais daquilo que será o investimento feito pelo Executivo, a juntar, obviamente, aos quinhentos mil euros da participação financeira que foi referida no ponto anterior. -----

----- Portanto, gostaríamos de saber o que é que está a ser feito em termos de organização, qual é que é o ponto de situação atual e, se em termos de valores, é este o investimento final por

parte da Câmara Municipal de Oeiras. Muito obrigada.” -----

-----O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** disse o seguinte: -----

-----“Eu, na minha primeira intervenção, esqueci-me de cumprimentá-la a si e a todos, faço-o agora em que me penitencio. -----

-----Eu queria antes de mais felicitar a Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) pela sua assertividade e coragem. Simplesmente disse: nós somos contra, o Estado é laico e não se deve apoiar nenhuma religião. Já o Evoluir Oeiras, não tem a mesma coragem. Bem sei que não conheço o pensamento do Livre sobre isso, agora a líder Mariana Mortágua, veio dizer isso claramente e é isso que verdadeiramente incomoda o Evoluir Oeiras. -----

-----Aliás, eu estava aqui a interrogar-me, a fiscalização deste dinheiro, aliás, o Senhor Vice-Presidente já disse, passa pelo Tribunal de Contas, pela próprio Patriarcado da Igreja, portanto, qualquer proposta que venha aqui, qualquer dinheiro público tem que ser muito fiscalizado e este não foge à regra. -----

-----Agora, eu gostava que o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) dissesse era a verdade, pelo menos, não sei da Coligação, porque uns são “bota abaixo” e outros “bota acima,” mas pelo menos o Bloco de Esquerda já assumiu, tal como o PAN o disse, que é contra, porque não se deve dar dinheiro a nenhuma confissão religiosa. -----

-----Eu queria apenas fazer a intervenção pelo seguinte: isto não é meramente uma visita de um chefe da Igreja, Vossa Excelência diz Chefe da Igreja de uma forma um bocadinho, pelo menos é a minha interpretação, redutora. O Papa é três coisas numa só. O Papa é o Bispo de Roma, o Papa é um Chefe de Estado e é Papa, portanto, está a liderar o Colégio Cardinalício, tem três funções numa só. Portanto, é uma visita de Estado, e aproveitando para responder à Iniciativa Liberal, que eu penso que eles são pelo menos conhecidos em fazer bem contas, a fazer contas, não são maus. Ora bem, se nós temos um milhão de pessoas que vão cá estar durante cinco dias, se cada pessoa gastar vinte euros, vamos supor que só gasta vinte, porque está a haver uma grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

mobilização na sociedade para dar abrigo às pessoas, vão comer em casa também de muitos cidadãos, vão dormir em escolas, vamos admitir que só gastam vinte euros por dia, isso dá a módica quantia de cem mil milhões de euros. É fazer a conta Senhora Deputada e não leve a mal, mas é quase pueril, infantil vir aqui perguntar: o Estado vai gastar ... você disse oitenta milhões, eu espero que sejam oitocentos milhões, sinceramente. Espero que seja muito mais, mal estaríamos. Espero que seja, porque isto não é para gastar, isto é um investimento. -----

----- Vocês já imaginaram a importância que é ter aqui um milhão de visitantes, de turistas, porque vêm fazer turismo religioso. O que eles vão levar para fora do que é Portugal, da sua hospitalidade, da sua comida, das suas gentes. -----

----- Agora, há aqui questões que são importantes e que eu quero colocar. O Governo já falou nalgumas, como vão ser com os serviços municipais não urgentes? Não será melhor nas empresas municipais haver teletrabalho nesses cinco dias? Não será melhor ficarmos mais em casa nesses cinco dias? Há aqui questões que, de facto, têm que ser pensadas. -----

----- Agora vir aqui discutir umas migalhas, porque não passa disso, desculpem. Ainda ontem, o Presidente da Câmara de Cascais falou na televisão. Não me recordo agora, mas anda perto de dois milhões de euros, vai pagar os paramentos ao Santo Padre, os quais depois ficarão para exposição na Câmara Municipal de Cascais. Portanto, isto tem que ser visto numa ótica de investimento para um acolhimento de um milhão de pessoas. Um milhão de pessoas é dez por cento da população portuguesa que se vai concentrar em Lisboa. Isto levanta questões que são importantes e que nos transcendem, como questões de segurança, dos serviços médicos, da mobilidade, das forças policiais. Tudo isso é verdade, Senhor Deputado. Agora, bem-haja à Jornada Mundial da Juventude, bem-haja ao Santo Padre e que tudo corra bem, são esses os meus votos pessoais. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente a este assunto, penso que não há discussões relativamente ao prestígio

que é para um país receber um evento desta dimensão, independentemente da fé que cada um proclama. Eu penso que não existem dúvidas quanto ao prestígio que significa para Portugal, realizar um evento como as Jornadas Mundiais da Juventude. O mundo inteiro vai ter os olhos em Portugal entre o dia um e seis de agosto. -----

-----Nós temos, neste momento, segundo informações da Igreja, cerca de seiscentos mil peregrinos pré-inscritos para virem às Jornadas Mundiais da Juventude. E, portanto, se o nosso território de Oeiras, puder de alguma maneira receber parte deste evento, eu acho que para todos nós é um orgulho. -----

-----Dizer-vos que nós temos ouvido aqui repetidamente as ideias sobre os retornos financeiros dos eventos. Naturalmente que certezas sobre os retornos financeiros, nós só temos após a realização dos mesmos. Eu relembro que ainda esta semana ou a semana passada, foi notícia de telejornais, o retorno financeiro de trinta e seis milhões de euros para Coimbra da realização dos concertos Coldplay naquela cidade. -----

-----Naturalmente que são eventos de índole diferente e naturalmente que as Jornadas Mundiais da Juventude vão muito para além do entretenimento de todos os jovens que vamos acolher em Portugal. -----

-----Naturalmente que a vinda do Papa a Portugal terá para os católicos, um significado que vai muito para além do retorno financeiro. Mas, efetivamente, as entidades que governam este país têm que ter esta questão em mente. -----

-----Esperemos que as Jornadas Mundiais da Juventude se realizem em Portugal com toda a normalidade, que um evento desta dimensão possa ter. -----

-----Esperemos que os nossos governantes acautelem a segurança, os cuidados médicos e todas as estruturas que têm que estar presentes no evento desta natureza. -----

-----Dizer que, se Oeiras receber parte deste evento, é um grande orgulho para os oeirenses e ficamos mais uma vez na história daquilo que são os grandes eventos, daquilo que são as grandes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

marcas que o nosso país tem acolhido e tem realizado ultimamente. -----

----- Portanto, venham as Jornadas, nós cá estaremos. -----

----- Queremos, efetivamente, ter um papel a desempenhar neste que será um grande evento deste século, realizado em Portugal. Muito obrigada.” -----

----- O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção -----

----- “Eu queria começar por cumprimentar o Senhor Deputado João Viegas (IN-OV), pela sua bola de cristal, mas dizer-lhe que está avariada, porque nós ainda não tínhamos intervindo neste ponto e portanto, não sabia qual é que era a nossa posição em relação a ele. -----

----- Queria dizer-lhe que a sua bola de cristal está avariada, devia levá-la ao mecânico ou à bruxa, não sei onde se arranja uma bola de cristal. Isto porque, se não tinha ficado claro antes, que fique agora. -----

----- Nós concordamos totalmente com aquilo que a Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse e com aquilo que a líder do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua disse. E eu sou efetivamente do “bota acima”, o meu partido é outro, sou do Livre, mas estou totalmente de acordo com as declarações destas duas ilustres representantes dos seus respetivos partidos e nós estamos de acordo com isto que foi dito. -----

----- Isto é mesmo uma questão de princípio para nós, porque nós vemos ali a Iniciativa Liberal, por exemplo, muito preocupada com o ROI (return on investment), o retorno do investimento das Jornadas Mundiais da Juventude e provavelmente, estão muito chateados, porque as Jornadas Mundiais da Juventude não se lembraram de criar uma criptomoeda com a cara do Papa e é tudo uma questão de cifrões para a Iniciativa Liberal. Para nós não, para nós é uma questão de princípio e é uma questão de o Estado ser laico e não dever apoiar eventos religiosos, sobretudo em montantes tão avultados como aqueles de que estamos aqui a falar. -----

----- Isto porque na realidade, vamos lá ser muito sinceros, quando estamos a falar deste empréstimo, eu tenho a ideia, se não me engano, que este empréstimo foi pela primeira vez falado

ainda de forma muito vaga numa reunião de Câmara em meados de novembro, se não me engano a vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, que já se falava nisto e o Senhor Deputado João Santos (CDU) há bocadinho adiantou-se e mencionou este ponto e bem. O Senhor Presidente da Câmara aqui nesta Assembleia Municipal foi dizendo, mais ou menos por alto, sempre sem se comprometer muito, vai ser meio milhão, vai ser um milhão. Mas na verdade, o Senhor Presidente da Câmara já sabia que ia aproveitar este empréstimo e não era por ter a ver com as Jornadas Mundiais da Juventude, na minha opinião. É porque é uma boa oportunidade financeira e com todas as enormes discordâncias que eu tenho do Senhor Presidente da Câmara, se há coisa que lhe podemos reconhecer é que ele não desperdiça uma boa oportunidade financeira e portanto, o empréstimo com um bom spread que não conta para o limite de endividamento do Município, podia ser para qualquer evento, calha ser para as Jornadas Mundiais da Juventude, é uma boa oportunidade financeira e, portanto, aproveita.-----

-----Senhoras e Senhores Deputados, posto isto, eu fico um bocadinho preocupado quando na proposta (isto se calhar é um detalhe para alguns, para mim, eu ligo a estas coisas, não tanto quanto a Iniciativa Liberal, mas também tenho algum olho para estas questões), nesta perspetiva de aproveitar uma boa oportunidade financeira, vejo coisas como o empréstimo ser a taxa fixa e ao mesmo tempo indexado à Euribor a seis meses. Isto porque é impossível ser as duas coisas ao mesmo tempo, porque elas são mutuamente exclusivas ou é taxa fixa, ou está indexada à Euribor a seis meses. Portanto, isto deixa-me aqui várias questões também do ponto de vista técnico em relação a esta proposta.-----

-----Resumidamente, nós não concordamos, por uma posição de princípio que já aqui foi elencada, que achamos que os contribuintes não devem financiar eventos religiosos, muito menos neste volume e nos valores que aqui estamos a discutir, que como o Senhor Deputado da CDU já referiu, ficam no dobro da estimativa mais alta que aqui tínhamos ouvido antes, um apoio de quinhentos mil euros e um empréstimo de um milhão e meio, dois milhões e não um milhão. Muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “De forma muito rápida para dizer o seguinte:-----

----- Nós há uns anos, fomos confrontados com um filme que ficou, julgo que ainda muitos se lembrarão, do Senhor Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, no Panamá, ter feito uma intervenção de uma forma, enfim, muito entusiástica, em que disse: “conseguimos”. E conseguimos o quê? Conseguimos que este acontecimento se realizasse em Portugal, não era para ser este ano, era para já ter sido, mas, enfim, por efeito da pandemia sofreu este atraso. -----

----- Ora bem, a partir dessa altura, foi o país que se comprometeu. Foi o país que se comprometeu com a realização do evento desta dimensão, com a envergadura que tem e ao longo do tempo têm sido criadas as condições pelo Governo Central, mas também pelos municípios para que o evento corra da melhor forma possível. -----

----- Ora, é isto que o Município de Oeiras tem feito com as dificuldades todas que resultam do planeamento não ser, provavelmente ou por efeito do planeamento não ser possível prever com tempo suficiente, um conjunto de iniciativas e um conjunto de realizações que cabem ou que competem a cada uma das Câmaras Municipais e daí resulta, obviamente, um conjunto de atrasos que não são desejáveis, mas sobre os quais não impende qualquer responsabilidade do Município de Oeiras, assim como presumo dos outros municípios que colaboram. -----

----- Mas o que está aqui em causa, como agora recentemente foi dito e é isso que nos compete apreciar, é a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo. A questão aqui é simples e não se prende com questões de fé, nem se prende com questões de perceber se o Estado laico, deve ou não apoiar iniciativas deste tipo. O que está aqui a nos ser perguntado é se apoiamos ou não a contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, destinado a fazer face a um conjunto de despesas. -----

----- Como já aqui foi dito e bem, a Câmara Municipal aproveitou aquilo que é uma boa

oportunidade no plano da gestão da sua tesouraria e aquilo que teria que ser gasto pela tesouraria da Câmara, pode vir a ser gasto sem contar para o endividamento, de uma forma mais leve e de uma forma que permite não causar nenhuns constrangimentos a outras atividades que a Câmara Municipal tem. -----

-----Portanto, do ponto de vista do mérito da proposta, não estamos a apreciar nem a vinda do Papa, nem a realização das Jornadas Mundiais de Juventude, nem o retorno que ela tem. Não, estamos a apreciar como é que a Câmara Municipal deve fazer a gestão da sua tesouraria e do meu ponto de vista, esta solução é muito positiva para a Câmara, que beneficia do ponto de vista financeiro do Município. Portanto, não se me oferece qualquer dúvida relativamente a ela e com isto não entro em apreciações de outro tipo, que do meu ponto de vista, não fazem nenhum sentido na apreciação de uma proposta deste tipo. Muito obrigado.” -----

-----**A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** disse o seguinte: -----

-----“Dizer que, efetivamente, folgo em saber que a bola de cristal do Senhor Deputado João Viegas (IN-OV) está avariada e é com enorme satisfação que vejo que, por seu turno, a bola de cristal do Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) está a funcionar plenamente. -----

-----De facto, aquilo que o PSD entente é que as propostas devem ser lidas, sem que retiremos delas alguns subterfúgios ou consigamos ler nas entrelinhas. Portanto, estamos aqui de boa fé, como já foi falado hoje várias vezes e as garantias que a Câmara nos dá e aquilo que as propostas nos trazem aqui, é aquilo a que nos devemos cingir. Fazer futurologia, ler nas entrelinhas, pôr em causa esta mesma boa-fé, nós não fazemos. Portanto, de salvaguardar que tudo aquilo que nós dissemos relativamente às Jornadas Mundiais da Juventude mantemos e defendemos, como temos defendido até aqui que tudo o que possa ser recebido no nosso Concelho, que nos traga, para além de algum retorno financeiro, que nos traga prestígios, nós estamos aqui para continuar a votar favoravelmente. Muito obrigada.” -----

-----**O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Devo saudar a honestidade e a coragem das Senhoras Deputadas do PAN e do Livre ao assumirem serem contra o envolvimento do Estado Português na receção do Papa. O PAN por uma questão ideológica, por uma questão de princípio ideológico que eu respeito. O Livre por uma mais prosaica contabilidade na balança do deve e haver, onde não estão bem esclarecidos os ganhos e as perdas, mas devo sobretudo, saudar a liberdade de opinião e a sua diversidade no seio da CEO.-----

----- De facto, hoje os Senhores Deputados fizeram jus ao nome. Evoluíram da posição da Senhora Vereadora Carla Castelo que na reunião de Câmara, não teve a coragem de assumir esta posição de ser contra a participação do Estado, ou do envolvimento do Estado neste evento, o que dada a sua proverbial frontalidade, suponho deva ser entendido dentro da lógica do velho adágio popular, que diz que “quem cala consente”. Portanto saúdo, pela primeira vez assisti e regozijo-me com isso, quando esta Coligação resolve assumir a sua verdadeira posição.-----

----- Não precisaram de esconder a sua oposição à vinda do Papa para ter que votar contra, tendo a assumido e isso é bom, mostra clareza e ficamos todos a perceber qual é sua posição relativamente a um evento que embora possa ser de iniciativa de uma instituição à qual nada nos possa ligar, é um evento que ninguém tem dúvida que interessa e envolve mesmo emotivamente a grande generalidade, eu diria que talvez noventa e nove vírgula nove por cento de todo o povo português. Disse, Senhora Presidente.”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, nota-se o seu desalento, mas ainda tenho um minuto, que planeio usar... se eu puder ter condições, agradecia aos Senhores Deputados, nomeadamente aos do Partido Socialista que estão aqui mesmo ao meu lado. Muito obrigado.-----

----- O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) trata-nos por CEO, que eu não percebo bem, mas imagino que se esteja a referir à Coligação Evoluir Oeiras e, portanto, abrevia a extinta Coligação Evoluir Oeiras, como dizem tantas vezes, imagino que esteja a usar essa nossa sigla

dessa maneira, mas nós efetivamente ainda não estamos no “céu” e não somos perfeitos.-----

-----Portanto, a Senhora Vereadora Carla Castelo, pode não ter deixado bem claro na sua intervenção em Câmara, qual é que era o nosso sentido, mas deixou bastante claro na votação. Nós votámos contra isto em Câmara, está na ata, basta consultar. De qualquer das formas, nós nunca sentimos a mínima necessidade de esconder esta posição, nós não temos vergonha nenhuma desta posição, pelo contrário. E, portanto, afirmamo-la aqui, reafirmamo-la, reitero aqui e agora e que fique absolutamente claro, que nunca houve uma tentativa de esconder aquilo que não tem motivo porque esconder. -----

-----Portanto, Senhor Deputado agradeço-lhe muito o elogio implícito de considerar que nós estamos no “CEO”, eu já fico contente se nunca descer ao inferno. Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais alguém pretende usar da palavra? Não havendo mais intervenções vou passar a palavra à Câmara. Senhor Vereador faça o favor.” -----

-----**O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho,** disse o seguinte: --- -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Vou tentar ser breve, porque já são vinte e vinte, embora, devo dizer, é um prazer extraordinário continuar aqui nos trabalhos, convosco. Confesso que é uma alegria muito grande estarmos aqui a debater este assunto tão importante. Muito rapidamente, gostava só de dizer duas ou três coisas, vou tentar ser breve. -----

-----Em primeiro lugar, não esquecer que há aqui um enquadramento de todo este processo. Houve um senhor deputado que referiu, disse que a primeira vez que tinha ouvido o Senhor Presidente da Câmara falar de um eventual empréstimo, terá sido em novembro de dois mil e vinte e dois, mas eu queria recordar que, em fevereiro de dois mil e vinte e três, em reunião do Executivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, foi aprovado um memorando de entendimento subscrito pelo Governo português, pela Câmara Municipal de Oeiras, de Lisboa, de Loures e o organizador, onde estão descritas um conjunto de obrigações que os vários municípios mais diretamente associados a esta organização, teriam que cumprir. -----

----- O problema é que revelou-se no tempo bastante difícil, do lado da organização, conseguirmos obter os parâmetros de que necessitávamos para conseguir estimar os custos daquilo a que estávamos obrigados a garantir, através desse memorando de entendimento que foi aprovado nessa altura. Isso arrastou-se muito, não conseguimos até ao final de dois mil e vinte e dois obter com todo o rigor e a objetividade, a descrição exaustiva desses parâmetros que tínhamos que cumprir e, de facto, só no primeiro trimestre de dois mil e vinte e três é que conseguimos, finalmente, obter esses parâmetros relativamente a todas as dimensões que tínhamos que garantir no apoio à Jornada Mundial da Juventude e particularmente no que diz respeito ao evento que estava previsto (e que está previsto) realizar-se no Passeio Marítimo de Algés, que é o encontro do Papa Francisco com os voluntários. -----

----- Sucede que quando isto finalmente estava garantido (ou praticamente garantido), em maio deste ano e devido a complicações na organização da própria Jornada Mundial da Juventude, foi-nos solicitado que acolhêssemos mais uma série de eventos no Passeio Marítimo, designadamente os encontros nacionais de alguns países, o grande encontro dos escuteiros e o encontro do Caminho Neocatecumenal, que será o maior e estima-se que tenha entre setenta a oitenta mil pessoas, que é mais ou menos a carga diária de um dia do Nos Alive (mais ou menos). Portanto, vimo-nos confrontados com ter que apreciar isso, para além daquilo que já estava previsto e acomodar também essas necessidades. -----

----- Por isso é que estamos aqui só neste momento e a Câmara Municipal obviamente lamenta o tempo em que esta proposta está a ser apresentada, já muito em cima do acontecimento, mas foi de todo em todo impossível conseguir tê-la antes, por dificuldades da própria organização

de nos fornecer os parâmetros necessários que tínhamos de ter em conta, para apreciação de tudo o que tínhamos de providenciar e por esta alteração de última hora, de que só tivemos conhecimento em maio.-----

-----De qualquer das formas, se isto fosse um exame aos serviços municipais, tinham passado com distinção e louvor. Quero aproveitar a oportunidade, Senhora Presidente, para expressar aqui o meu reconhecimento em nome do Senhor Presidente da Câmara ao trabalho dos serviços da Câmara Municipal, da Direção Municipal, Doutora Paula Saraiva, pelo trabalho que conseguiram fazer, rigoroso, muito exigente, num tempo absolutamente praticamente impossível, mas que o conseguiram fazer, e, portanto, os parabéns. -----

-----E houve aqui uma questão que foi suscitada relativamente à taxa de juro. Se a Senhora Presidente desse autorização, eu pedia ao Senhor Diretor Financeiro, ao Doutor Bruno Mouco, que explicasse se isso é indexado à Euribor, ou é taxa fixa. Foi o que o Senhor Deputado perguntou.-

-----Pode ser, Senhora Presidente?-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** respondeu o seguinte:-----

-----“Faça favor.”-----

-----O **Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro**, prestou os seguintes esclarecimentos:

-----“Relativamente à taxa, quando foi para a concorrência, ela tem duas componentes: a componente fixa que é o spread e a componente variável que é a Euribor. Sim. Por uma questão de identificação do critério de seleção do empréstimo, nós só avaliámos o spread, dado que a taxa variável varia ao longo do tempo, portanto, está indexada, todos os bancos têm que aplicar a mesma.”-----

-----O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O **Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro**, prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “...com um spread e o spread que ganhou foi o zero vinte e cinco.” -----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro, prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:** -----

----- “Sim, mas estão nos documentos, nos relatórios, depois está lá bem explicado a informação. Se ler também no convite, também está explícito.”-----

----- **O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito**-----

----- **O Senhor Bruno Mouco, Diretor Financeiro, terminou a sua intervenção dizendo o seguinte:** -- -----

----- “Sim, fixa e indexada.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente em exercício, Vereador Pedro Patacho, perguntou o seguinte:** -- -----

----- “Terminou Doutor Bruno?” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:** -----

----- “Senhor Doutor, terminou?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente em exercício, Vereador Pedro Patacho, disse o seguinte:**

----- “Senhora Presidente, só dizer que consta da proposta de deliberação uma tabela onde estão descritas duas grandes áreas de despesa, discriminadas. Portanto aquilo que está aqui, cumpre aquilo que o Município de Oeiras tem de fazer, para garantir o apoio a esta organização. Isto que está aqui e a comparticipação financeira à Fundação JMJ, estamos convictos que é o investimento total da Câmara Municipal de Oeiras no apoio a esta organização, e acreditamos que sendo o uso parcimonioso do capital que vai ser disponibilizado, através deste empréstimo, pode até ser que não tenhamos que executá-lo na sua totalidade. Vamos ver. -----

-----Obrigado.”-----

4.8.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Diogo Manuel Henrique Nobre Félix Barreto, Acácio Silva de Oliveira, Maria Celeste Gouveia Saraiva Ferreira Dâmaso e Alexis Godinho Gonçalves), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Joaquim dos Reis Marques e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques e Maria da Glória Fernandes Sarmento), um do Partido Chega (Carla Maria Freitas Soares de Almeida Pires Carvalho Santos), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’ Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Iniciativa Liberal (Mariana de Lemos Quintão Correia Leitão) e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques) e com duas abstenções da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Coligação Democrática Unitária (João Rafael Marques Santos e Ágata Patacho Midões dos Reis Branco).-----

----- O Senhor Deputado Salvador António Martins Bastos Costeira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estava presente na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **"DELIBERAÇÃO N.º 88/2023"**-----

----- **PROPOSTA C.M.O N.º 575/2023 – DFP – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO DESTINADO ÀS DESPESAS NO ÂMBITO DA JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2023**-----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número quinhentos e setenta e cinco barra dois mil e vinte e três, a que se refere a deliberação número cinquenta e seis da Reunião da Câmara Municipal realizada em vinte e oito de junho, e deliberou por maioria, com trinta votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, um do Partido Chega, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com cinco votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, um do Partido Iniciativa Liberal e um do Partido Pessoas-Animais-Natureza e com duas abstenções da Coligação Democrática Unitária, autorizar a contratação de empréstimo na modalidade de abertura de linha de crédito, sem custos adicionais, para o prazo de cinco anos, com aplicação em despesas de aquisição de bens móveis, a aquisição de serviços e a realização de empreitadas de obras públicas para a Jornada Mundial da Juventude dois mil e vinte e três, durante um ano, no montante de um milhão e quinhentos mil euros, ao Millennium BCP - Banco Comercial Português, Sociedade Anónima, com taxa de "Spread" de zero vírgula vinte e cinco por cento, indexada à

Euribor a seis meses, conforme proposta da Comissão de Avaliação;-----

-----A minuta do contrato;-----

-----A ratificação da autorização de consulta às entidades bancárias, as condições do empréstimo, a nomeação da Comissão de Avaliação e sua condução do procedimento; -----

-----A autorização da assunção de compromissos plurianuais, referente ao serviço da dívida do empréstimo, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação. -----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. -----

-----Chegámos ao fim do Período da Ordem do Dia. Temos agora o público e temos quatro inscrições. Eu peço-vos, realmente, que não abandonem a sala, por respeito para com as pessoas que estão até a esta hora para fazerem a sua intervenção.” -----

4.8.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte Declaração de Voto:

-----“Senhora Presidente, peço desculpa, esqueci-me de dizer que faremos chegar uma Declaração de Voto em relação à última proposta.”-----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez chegar a sua **Declaração de Voto por escrito**, documento que a seguir se transcreve: -----

-----“O Grupo Político Evoluir Oeiras vota contra esta proposta. Não nos opomos à vinda de nenhum líder religioso, em particular com a relevância que reconhecemos no líder da igreja católica para a população de Oeiras, contudo não podemos concordar com o financiamento já anteriormente dado de quinhentos mil euros sem controlo para a Igreja Católica/Fundação Jornada Mundial da Juventude e agora de um empréstimo de um vírgula cinco milhões de euros, sendo o estado uma instituição laica. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os valores que aqui são apresentados são também o dobro da estimativa mais alta que foi indicada pelo Presidente de Câmara como sendo o apoio do Município de Oeiras. -----

----- Por fim os deputados municipais foram hoje confrontados com a votação de uma proposta extra agenda que poderia atempadamente ter sido tratada com maior antecedência por parte do executivo da CMO, dado que foi pela primeira vez mencionada esta intenção na reunião de Câmara de vinte e três novembro de dois mil e vinte e dois, na ata vinte e sete/dois mil e vinte e dois, na página cento e trinta e três, sendo inclusive mencionado que em janeiro dois mil e vinte e três já saberiam os custos associados, provando-se assim que não havia necessidade de deixar pouco tempo de análise da proposta aos deputados municipais.”-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

5.1. O Senhor João Paulo Saraiva, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todas e a todos. Muito me apraz estar novamente nesta Casa. -----

----- Senhora Presidente da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, permita-me, por favor, fazer uma correção factual em defesa da honra.-----

----- Na minha penúltima intervenção havida nesta casa, a Senhora disse aqui que nunca apresentei esta Associação a nenhuma das Juntas de freguesia, mas o seu congénere de Carnaxide e Queijas disse aí mesmo ao seu lado, em alto e bom som que até teve uma reunião comigo e se questionar o seu congénere de Porto Salvo, chegará facilmente à conclusão de que este até assistiu a uma ação de sensibilização feita pela nossa associação numa escola em Porto Salvo. Ou mesmo o seu antecessor (pode questioná-lo também) se não reunimos na junta e não estivemos algumas vezes com eles no Conselho Local da Ação Social, ou mesmo o anterior Presidente da União de Freguesias de Algés, Rui Teixeira, se não reunimos e apresentámos esta associação. -----

----- Se nunca nos apresentámos a sua Excelência, foi porque a Senhora não respondeu ao nosso e-mail quando tomou posse. -----

----- Senhora Presidente, se pretender a ajuda desta modesta associação sediada em

Carnaxide, tê-la-á com certeza, mas por favor, não falte à verdade, contacte-nos e lá estaremos a seu lado para a ajudar.-----

-----Senhora Presidente da Assembleia Municipal, um telemóvel, um smartphone não serve apenas para fazer chamadas, serve também... e não serve apenas para fotografar. Mesmo em “modo câmara” possibilita usar o zoom para ver, por exemplo, o quadro de tempos desta Assembleia, que nunca aparece nas imagens transmitidas, vá se lá saber porquê.-----

-----Quando a Senhora diz aqui que eu não posso fotografar e permite que nesta Assembleia, hoje mesmo, dois deputados fotografassem um elemento do público fotografasse a Senhora está-me a discriminar, está-me a faltar ao respeito.-----

-----Excelentíssimas e Excelentíssimos membros desta Assembleia, todos tiveram certamente acesso ao programa da semana da Proteção e Socorro, a que o executivo denominou de “Semana da Proteção Civil”. Questionamos em jeito de sensibilização (encarem por favor deste modo) ... Por isso, vossas excelências, qual das atividades contribuiu para que os cidadãos evitassem comportamentos de risco, qual das atividades sensibilizou os comerciantes de Algés para a instalação de comportas nos seus estabelecimentos, para evitar inundações nas cheias (como aliás nós fizemos e estão a ser instaladas desde há alguns meses, sim o cartaz de sensibilização nesse sentido era da nossa autoria), ou mesmo que apetrechos devem ter para a sua autoproteção? Qual das atividades preparou os cidadãos para responder a uma emergência médica até à chegada dos meios de socorro que podem demorar a chegar, ou mesmo não chegar em tempo útil em caso de acidente grave ou catástrofe? Qual das atividades preparou os cidadãos para identificar os sinais de aviso e executar evacuação e seguir a sinalética urbana em caso de tsunami, por exemplo? Qual das atividades preparou os cidadãos para uma emergência radioativa ou nuclear, agora tão anunciada pela Rússia? Qual das atividades contribuiu para a capacitação dos cidadãos, para a prevenção, mitigação, intervenção de proximidade ou para autoproteção e resiliência? Sabem, é que proteção civil é isto que eu aqui acabei de mencionar, não aquilo que dominou cada uma das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

atividades do cardápio anunciado. Aquilo que foi feito tem a ver com proteção e socorro, não com proteção civil, ou seja, uma montra de vaidades totalmente inócua para os cidadãos, mas gostaríamos aqui de conhecer as vossas opiniões sobre isto e desta forma sensibilizar-vos também para que futuramente consigamos fazer mais e melhor.-----

----- Sinceras saudações fraternas a todas e a todos.-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

5.2. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Devo fazer um esclarecimento todos os senhores deputados e os senhores já sabem, eu tenho dito várias vezes. Estas reuniões são transmitidas, mas não é permitido aos membros da Assembleia, nem ao público presente nesta sala fazer fotografias. Daqui não me apercebi que alguém tivesse feito fotografias, mas aqui fica mais uma vez o aviso para todos, de que não é permitido fazer fotografias dentro desta sala.-----

----- No entanto, os nossos trabalhos são públicos e são transmitidos, portanto, não há nada escondido, nem há falta de consideração para ninguém. São assim as regras e temos de as aceitar.

----- Portanto, a seguir está inscrito o Senhor José Henrique Bandeira. -----

----- Muito boa noite. Não sei se sabe, o Senhor tem cinco minutos para fazer a sua intervenção. Faça favor.” -----

5.3. O Senhor José Henrique de Macedo Bandeira, município de Oeiras, interveio e disse o seguinte: -- -----

----- “O meu nome é José Henrique de Macedo Bandeira. Sou o Presidente eleito da AMEAN Associação de Moradores Espargal, Assim Não! -----

----- Resido no Concelho de Oeiras há mais trinta e cinco anos e mais especificamente na zona da Figueirinha há mais de seis anos.-----

----- Ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras, nomeadamente o artigo sessenta e seis, o direito de petição, “É garantido aos cidadãos o direito de questionarem a

Assembleia Municipal de Oeiras sobre matérias do âmbito do município”. -----

-----Segundo o regulamento, deverá proceder-se às diligências necessárias, ouvindo os
peticionários e requerendo à Câmara as informações adequadas. -----

-----Desse articulado decorre ainda que seria elaborado um relatório no prazo fixado ou no
prazo de trinta dias, podendo em função do interesse municipal do assunto propor à Assembleia
Municipal de Oeiras o seu agendamento à Conferência de Representantes dos grupos políticos
municipais, devendo ter sido obrigatoriamente inscrita na Ordem do Dia de uma Sessão Ordinária
da Assembleia. Passados cento e quarenta e sete dias, continuamos a aguardar uma resposta por
parte desta Assembleia. -----

-----No passado dia trinta de maio, marcámos presença na Assembleia Municipal de Oeiras
dando conta das nossas preocupações. A resposta recebida por parte da Senhora Presidente foi de
que “o assunto não está esquecido, foi enviado para a Câmara e ainda não recebemos nenhuma
resposta”. Referiu ainda o Senhor Presidente da autarquia que “mal seria se já tivessem os serviços
respondido imediatamente, significaria que quando tiveram o dever de ouvir os munícipes não
tomaram a devida nota das participações que tiveram”, reiterando que o assunto estava em análise
e que “nada foi aprovado publicamente sem que vos fosse dado conhecimento”. -----

-----Durante o período reservado à intervenção das forças políticas, vários representantes
das mesmas e cidadãos eleitos, fizeram sentir o seu desconforto por a Assembleia Municipal de
Oeiras estar em falta com os munícipes, referindo inclusive que a ausência de uma resposta por
parte da Câmara não inviabilizaria a discussão política da questão, nem a audição dos
peticionários. -----

-----Nada aconteceu até hoje. Só recebemos como resposta o absoluto silêncio da
Assembleia Municipal de Oeiras. São já cento e quarenta e sete dias de silêncio da AMO, órgão
que tem como atribuição fiscalizar a atuação da Câmara Municipal de Oeiras, mas que, no atual
quadro político parece pautar a sua atuação por lapsos de comportamento democrático, demitindo-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

se da sua função com demoras e desculpas, incompreensíveis por parte dos cidadãos que deveria representar. -----

----- Entretanto, através do edital trezentos e oitenta e um/dois mil e vinte e três, tomámos conhecimento do agendamento em reunião pública de Câmara de quatro pontos relativos ao Espargal, que compreendiam desde a aprovação do relatório de ponderação das consultas públicas até à aprovação final da revogação do Plano de Pormenor em vigor e a aprovação da Unidade de Execução do Espargal. -----

----- Estivemos presentes e fizemos uma intervenção, através da Senhora Patrícia Ribeiro, Vice-Presidente da nossa Associação, que recebeu como resposta da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras que esta não viola nenhuma lei e nada tem a ver com a Assembleia. Se a Assembleia não fez o agendamento da Petição é um problema da Assembleia e não da Câmara.

----- Nesta reunião camarária, após a modificação da Ordem de Trabalhos, passando os temas do Espargal para o início da reunião, seguida de uma apresentação das alterações do projeto por parte do Arquiteto Luís Serpa, bem como do desconforto evidenciado pelos Vereadores do PSD e PS, para além da posição da Vereadora Independente eleita pela Coligação Evoluir Oeiras de que não tiveram tempo para analisar a extensa documentação, a votação foi adiada para o próximo dia doze de julho, em nova reunião pública da Câmara, tendo já sido publicado o Edital.

----- Vimos, mais uma vez alertar a digníssima Assembleia Municipal de Oeiras para o atropelo aos mais basilares direitos democráticos que se projetam, dado que apesar dos cento e quarenta e sete dias passados após a entrega da petição pública, continua sem ser agendada qualquer discussão que permitiria aos moradores das zonas envolventes do Espargal apresentarem os seus argumentos contra a construção de dois blocos de apartamentos que não respeitam as cêrceas dos bairros circundantes, retiram qualidade de vida dos moradores, nomeadamente em questões tão importantes como a salubridade, exposição solar, ruído, estacionamento e tráfego, destruição do sistema de vistas do Parque dos Poetas/Bugio, ex-libris do Concelho, entre outras.-

-----Urge dar a palavra aos munícipes. A questão de um corredor verde no Espargal, e dos seus termos para que não seja algo mais do que uma pouco ambiciosa faixa verde, não constava do programa eleitoral da força política mais votada nas últimas eleições. Como tal, não foi referendada nem sancionada.-----

-----Não estamos a falar de um modelo novo para a urbe. Estamos a falar de uma solução pontual que desvirtua o modelo urbanística adotado localmente e que afetará construções edificadas ao longo dos últimos sessenta anos e que só passa a existir após um promotor imobiliário vocacionado para o investimento em imóveis de luxo ter adquirido um terreno municipal em hasta pública.-----

-----Continuamos a aguardar resposta ao agendamento da apreciação do relatório da petição na Assembleia Municipal e à marcação da audição pública com a expectativa e carácter de urgência.-----

-----Hoje, entregamos um novo requerimento a esta Assembleia e comunicamos que daremos conta da violação reiterada dos nossos direitos constitucionalmente consagrados, da legislação em vigor e do próprio Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras, às autoridades responsáveis, nomeadamente, ao Provedor de Justiça.-----

-----Disse. José Bandeira, Presidente da Associação de Moradores Espargal, Assim Não!

-----Tenho na minha posse um requerimento que entregarei à Mesa, dando conta do envio para o Provedor de Justiça, da nossa reclamação.”-----

5.4. A Senhora Presidente da A.M. perguntou o seguinte:-----

-----“O Senhor quer entregar o documento? Tem a identificação de quem entregou? Fica com a sua identificação? Tem algum contacto?”-----

-----O Senhor José Henrique de Macedo Bandeira, munícipe de Oeiras respondeu, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Sim senhor.”-----

5.5. O Senhor Miguel Partidário, município de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Inovar é a capacidade de acompanhar e marcar as tendências do desenvolvimento e naturalmente que uma das tendências que nós identificamos no nosso país nos últimos anos, é o investimento que tem havido na área do turismo e que resultou, na prática, na criação de postos de trabalho, em maiores salários, num contributo muito significativo para o produto interno bruto do país e na dinamização do comércio, com um custo que também todos conhecemos, no que toca à área da habitação. -----

----- Este contributo positivo que o turismo tem dado, distribui-se naturalmente pelos territórios que mais são afetados pelo turismo e que mais recebem o turismo. No distrito de Lisboa, nós temos aquilo a que chamo uma espécie de triangulação de três áreas, de três regiões com particular interesse para quem vem de fora conhecer Portugal e a região de Lisboa. A própria cidade de Lisboa, Cascais e Sintra. Oeiras está aqui no meio e não... Neste momento, não recebe interesse por parte dos turistas, não atrai suficientemente quem vem conhecer a nossa região de Lisboa. Isto tudo apesar do Nos Alive, que naturalmente traz muita gente ao nosso Concelho, mas também quem vive em Algés, quem conhece a nossa região conhece, sabe que os turistas, que as pessoas que vêm de fora para vir ao Nos Alive não consomem propriamente no Concelho de Oeiras, não acabam por contribuir positivamente para a dinâmica do Concelho de Oeiras. Isto apesar das Jornadas Mundiais da Juventude, no qual Oeiras vai albergar muitas pessoas, mas que os fluxos das atividades das Jornadas Mundiais da Juventude, não passam propriamente pelo Concelho de Oeiras. Isto apesar de outros grandes eventos que nós também já recebemos no Concelho e que não provocaram essa adesão. -----

----- Nós não estamos a valorizar, nós não estamos a investir suficiente no nosso potencial cultural, no nosso potencial patrimonial em áreas, como por exemplo, a Estação Agronómica, o Parque dos Poetas, a Quinta Real em Caxias, o Jamor, o passeio marítimo. Não estamos a investir

suficientemente no turismo balnear, no turismo recreativo, no turismo marítimo, que talvez seja o nosso maior potencial no que toca à área do turismo. Não estamos a investir no turismo de negócios, vamos okay sim senhor, construir o Centro de Congressos ao fim de não sei quantos anos, mas quanto é que estamos a fazer para captar o turismo de negócios ao longo ano, no Concelho de Oeiras? Não estamos a investir sequer na criação de novos espaços, novas atratividades, num potencial mais moderno, ideias criativas. Tivemos, quer dizer, uma Reunião de Câmara na qual a Vereadora Joana Baptista falou sobre o interesse de determinadas torres, que podem vir a ser construídas e que as torres na idade medieval... hoje em dia são fruto de muita visita e isto quando ela se referia às Torres do Espargal. Será que algum dia as torres gargantuescas de dezanove andares vão passar a ser um alvo dos turistas que vêm de fora? Vêm ver especificamente as Torres do Espargal? Porque é que não vão ver também as Torres do Palmeiras ou as Torres das Amoreiras? -----

-----Enfim, a pergunta que vos coloco é: o que é que é preciso para que o Movimento Isaltino Inovar Oeiras de Volta comece realmente a inovar, para conseguir captar para Oeiras o potencial do turismo?-----

-----Queria colocar também uma outra questão. Oeiras vai organizar algum congresso internacional das gruas e dos guindastes? É porque, naturalmente, todos ficamos satisfeitos com o desenvolvimento do nosso território, mas que desenvolvimento é que nós queremos? Um território equilibrado que consagra o direito à habitação e um espaço público de qualidade com espaços verdes, com serviços essenciais de cultura, saúde, educação, desporto e recreação, ou um território saturado com excesso de pessoas, de construção, que põe em causa tudo isto? É que é isto que está em causa em Oeiras, é isto que está em causa nos últimos espaços verdes do Concelho. É isso que está em causa no Alto de Caxias, no Porto Cruz, no Vale da Terrugem, na Serra de Carnaxide, nas Antas Sul, em Cacilhas Norte e no Espargal.-----

-----E sobre o Espargal, lá está, o que está neste momento a ser planeado ou era planeado,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

era duas torres de dezanove pisos. Entretanto, foi feita uma alteração (depois de muita contestação popular e uma petição pública que foi entregue por milhares de cidadãos) para que uma dessas torres passasse a ficar deitada. É como se diz, “é pior a emenda que o soneto”, porque acabou por se aumentar a área de impermeabilização. Eu pergunto: é mesmo isto que precisamos? É mesmo isto que o Concelho de Oeiras precisa? Este disseminar total de projetos? A questão é simples: quando é que isto vai parar? -----

----- E deixo também a questão: quando é que vai ser discutida a petição que foi entregue pelos cidadãos para ser discutida na Assembleia Municipal e que neste momento já é irregular o facto de não estar a ser discutida? Ou a democracia que tanto se advoga está de férias nesta Casa, está de férias de verão há já alguns anos? -----

----- Obrigado.” -----

5.6. A Senhora Inês Maria Tomás da Fonseca, Múncipe de Oeiras, interveio e disse o seguinte:

----- “Hoje gostaria de trazer para discussão um assunto que desde ontem me tem causado alguma perplexidade e indignação, que foi a recente oposição da Câmara Municipal de Oeiras à classificação do Estádio Nacional do Jamor, como património nacional. Enquanto a Associação “Vamos Salvar o Jamor” tem lutado incansavelmente, há mais de uma década, pela classificação deste mesmo estádio como património nacional, a Câmara de Oeiras optou por contestar a extensão da área protegida proposta, sugerindo uma delimitação menor, o que me conduz, honestamente, a acreditar que há alguns interesses imobiliários por detrás e interesses de investimentos. -----

----- Isto tudo levanta uma série de questões sobre as verdadeiras prioridades da nossa liderança municipal. A mim, como oeuirense nascida e criada, faz-me tremenda confusão pensar na possibilidade de não poder vir a aproveitar o Jamor com os meus futuros filhos como em tempos, aproveitei com os meus pais. O Jamor, um espaço tão verde, tão grande, tão completo e tão diverso que permite tanto atividades lúdicas, como atividades da promoção da saúde, não pode ser só protegido nas áreas que não são dos interesses de construtoras. O Jamor tem de ser protegido como

um todo e o Jamor tem de ser protegido como o que é também, que é um espaço potenciador de tempo de qualidade em família e de tempo de qualidade no geral.-----

-----A mim indigna-me e surpreende-me (indigna-me mais do que me surpreende) ver que o Presidente da Câmara se posicionou ao lado da Sil Coge, uma grande construtora e do seu projeto Porto Cruz, colocando assim, uma vez mais, os interesses comerciais por cima dos interesses do ambiente e das pessoas. Queria ainda também lembrar que este mesmo projeto está interrompido pelo Ministério Público e em dois mil e dezoito, fez com que esta Câmara onde estamos hoje a representar, fosse alvo de buscas judiciais pela falta de transparência deste projeto. Queria então perguntar o que é que se alterou nestes cinco anos, quanto à relação que esta Câmara tem com esta empresa. Mas adiante.-----

-----Queria também prontificar que esta atitude contraria o Governo, contraria as associações ambientais, de pessoas, de cidadãos, e mais ainda os oeirenses. É profundamente preocupante e revela uma falta de compromisso com a preservação do nosso património, ambiente, bem-estar populacional e o que mais queiramos falar.-----

-----Ao defender os interesses de uma mega empresa de construção civil, em vez de apoiar a proteção do meio ambiente e a vontade dos cidadãos, o nosso Presidente demonstra uma vez mais uma postura desfavorável ao interesse público e à conservação dos recursos naturais de Oeiras. Creio ser essencial que se proteja o Jamor, o maior pulmão verde de Oeiras e um dos maiores pulmões verdes de Lisboa e mais essencial ainda, é que esta Câmara se comece a alinhar com o interesse do ambiente, dos cidadãos e da razão. Estas para mim deviam sim, ser as prioridades da nossa liderança municipal.-----

-----E com isto termino a minha intervenção. Muito obrigada.”-----

5.7. A Senhora Presidente da A.M. fez o seguinte esclarecimento:-----

-----“Eu queria dar aqui dois esclarecimentos ao Senhor que falou sobre o Espargal. Dizer que na realidade entregaram nesta Assembleia uma petição sobre as Torres do Espargal. Enviei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

para a Câmara Municipal, a Câmara Municipal tem-me informado que está em estudo este projeto das Torres do Espargal. Aliás, soube aqui, agora, quando o Senhor disse que havia uma hipótese de uma das torres ficar como que deitada e, portanto, com outra ocupação do espaço. Eu desconhecia. -----

----- A Câmara Municipal continua a apreciar este ponto. Já tinha pensado agendar, aliás, para debate nesta Assembleia, essa petição, mas dado que a Câmara Municipal continua a estudar essa urbanização, não me parece que seja correto estar a fazer o agendamento. -----

----- Mas sim, irei falar com os meus colegas, mas talvez será melhor nós esperarmos, a ver o que é que a Câmara Municipal e os seus técnicos têm a dizer sobre o assunto. Por enquanto, ainda não tenho essa informação, mas enfim, já realmente esperamos mais do que aquilo que se deveria, irei falar com o Senhor Presidente e ver o que pode fazer, o mais breve possível. Logo que haja alguma informação dos técnicos da Câmara, faremos o agendamento para discussão nesta Assembleia.” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** prosseguiu a sua intervenção, dizendo o seguinte:---

----- “Isto sobre as Torres do Espargal.-----

----- Eu peço desculpa, mas a intervenção..., cada pessoa faz a sua intervenção, não há mais intervenções.-----

----- Sobre esta última intervenção sobre o Jamor, nada tenho a dizer. Não sei, não tenho conhecimento do aprofundado da questão e, portanto, ficará em ata.-----

----- Não sei se o Senhor Vereador quer usar da palavra, então pronto. Se o Senhor Vereador usar da palavra, poderá esclarecer esta situação. Eu pessoalmente, não estou em condições de o fazer.”-----

5.8. O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho, interveio e disse o

seguinte:-----

-----“Quero sim, Senhora Presidente.-----

-----Apenas para prestar dois ou três esclarecimentos, que eu acho que são importantes neste momento e que eu quero alertar, que em momento algum, constituem nenhuma espécie de desvalorização das intervenções dos cidadãos.-----

-----Esta Câmara Municipal, este Presidente, este Executivo valorizam a participação cidadã e valorizam as intervenções dos cidadãos. É preciso é que essas intervenções sejam intervenções informadas e não sejam também intervenções equívocas. Eu gostava... Senhora Presidente, eu vi entrar aqui no auditório o Senhor Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, o arquiteto Luís Baptista Fernandes que acompanhou muito de perto esse processo de classificação do Jamor, e se a Senhora me der autorização, daqui a pouco, gostaria que ele pudesse explicar esse processo aos senhores deputados, para ficarem elucidados sobre o que se passa.-----

-----Muito rapidamente, gostava só de dizer o seguinte, porque foram aqui afirmadas coisas que eu julgo... A munícipe Inês Maria Fonseca que interveio é uma jovem e é de louvar a iniciativa e a sua participação jovem na Assembleia Municipal e a interpelação ao Executivo, até da Câmara Municipal, mas é importante que essa interpelação seja feita de forma informada, sem recorrer a preconceitos e estereótipos e sem confundir as coisas. Eu gostava de dizer que os valores da proteção do ambiente, da sustentabilidade e dos interesses dos cidadãos guiam a construção das políticas da Câmara Municipal e os dois exemplos que citou, a classificação do Parque do Jamor ou do Estádio Nacional (porque já estiveram em causa as duas coisas) e o empreendimento do Porto Cruz, não podem ser referidos com a leviandade (peço desculpa pelo termo) com que a Senhora referiu aqui. Não podem ser abordados com uma perspetiva maniqueísta, colocando em oposição os empresários ou as empresas, os promotores imobiliários e os cidadãos. As coisas não são assim.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu quero recordar, temos que ser... Uma coisa é aquilo que a gente gostaria, aquilo que nós desejaríamos, outra coisa é aquilo que é possível nos termos da lei. Eu gostava de recordar que aquela área da antiga Luselite é uma pré-existência industrial privada, que tem direitos de edificação constituídos. O promotor que apresentou o projeto para aquela área, fê-lo nos termos da lei e de acordo com os instrumentos de gestão territorial em vigor. Usou do seu direito de o fazer e que lhe assiste fazê-lo. Foi interposta uma providência cautelar, foi analisada pelo tribunal e identificou technicalidades e problemas no Plano de Pormenor. Essas questões estão a ser devidamente apreciadas pelas entidades competentes, serão objeto de decisão e o processo corre nos termos em que tem que correr. A Câmara fez aquilo que lhe competia, cumprindo a lei, com os instrumentos de gestão territorial em vigor. O promotor imobiliário usou do direito que lhe assiste, enquanto proprietário, apresentando uma proposta de edificabilidade de acordo com o potencial construtivo aprovado para aquela área. Os cidadãos pronunciaram-se e usaram de um dispositivo que lhes assiste para contestar, o tribunal aprecia e há de ser tomada a decisão. Portanto, esta... Atirar para cima da mesa esta ideia preconceituosa, estereotipada e maniqueísta dos empresários e os cidadãos, e a Câmara do lado dos... Ninguém está do lado de ninguém. Os eleitos locais são eleitos para defender os interesses do povo e respeitar os direitos constituídos do povo, das entidades e das instituições de forma imparcial, de forma justa e de forma equilibrada. Neste processo, toda a gente cumpriu a sua parte e as entidades competentes decidirão aquilo que tiverem de decidir, com a informação que está no processo. É apenas isso e não vale a pena estar a arranjar “lobos e cordeiros”, porque ninguém é “lobo” nem ninguém é “cordeiro”. Cada um cumpriu o seu papel nos termos da lei, na posição em que estava, quer o promotor, quer a Câmara Municipal, quer os cidadãos. Agora vamos ver o que isto dá e temos que analisar as coisas com esta frieza, com esta objetividade, com este rigor e com esta clareza, porque só isso é que contribui para uma vida cidadã sã, para uma participação útil e para uma vida política saudável, porque senão transformamos a política - que é o modo como nós nos organizamos para viver na nossa

comunidade - num charco e num lamaçal. E eu quero acreditar (e eu acredito) que todas as pessoas que aqui estão são pessoas de bem e todos os cidadãos que aqui vêm falar, são pessoas de bem, estão preocupados com o seu território e estão preocupados com os seus concidadãos, tal e qual como o Presidente da Câmara e o Executivo municipal também estão preocupados em servir bem o território, e em servir bem os cidadãos, e em servir bem as instituições, cumprindo a lei que têm que cumprir. -----

-----Eu apelava, de facto, a discutirmos estas questões, naturalmente com as diferenças de opinião de todas as pessoas que participam, mas com esta urbanidade de reconhecermos verdadeiramente o que está em causa e não construirmos casos, porque não há casos e relativamente à questão do Jamor, é bastante semelhante.-----

-----Provavelmente, os senhores não saberão, mas decorre há anos, há décadas, negociações entre a Câmara Municipal e a entidade gestora do Complexo Desportivo Nacional do Jamor, para acertos de limites do parque e acertos de cedências de terreno do Jamor, do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) para a Câmara e da Câmara para o IPDJ que ainda não estão clarificadas, não estão definidas. Aliás, o antigo Secretário de Estado do Desporto do Governo anterior, o Doutor João Paulo Rebelo, constituiu até por despacho, um grupo de trabalho constituído por técnicos municipais e técnicos do IPDJ (e acompanhado pelo seu gabinete), para estudar este problema e conseguir dar-lhe uma solução definitiva, para que não houvesse mais essa questão. O arquiteto Luís Baptista Fernandes, inclusivamente, representou a Câmara nesse grupo de trabalho e mais uma vez aqui não vale a pena, essa figura do... e essa visão maniqueísta das empresas contra os cidadãos e o Presidente da Câmara a preferir as empresas. Isso é tudo um absurdo, não cabe na cabeça de ninguém.-----

-----O Parque Nacional Desportivo do Jamor é um tesouro nacional. É assim entendido pelo Governo da República e é assim entendido pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal e o Instituto Português da Juventude e Desporto, que tem a tutela de gestão do parque, têm a melhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cooperação institucional na melhoria contínua das condições daquele parque. O que se passa é que nos limites do parque, em terrenos privados, desenvolvem-se operações urbanísticas cuja solução final, implica acertos nas extremidades do parque e é disso que estamos a falar, não é de outra coisa. Acertos esses que são semelhantes àqueles que a Câmara Municipal e o IPDJ dirimem há anos. Vou vos dar um exemplo: no limite norte.... Sim, vou já terminar, já passei muito tempo. Pois é, Senhora Presidente, mas estas coisas são importantes e se as pessoas querem esclarecimentos.... No limite norte do parque, já chegando à A Cinco, passando por baixo da A Cinco e entrando já em Linda-a-Pastora, há ali uma língua de terreno que ainda é Parque Nacional do Jamor, mas não faz sentido nenhum, porque ninguém usa aquilo, nem aquilo tem utilidade nenhuma. É uma das zonas que está pendente para acerto, por exemplo, de cedências entre a Câmara e o IPDJ. É disto que estamos a falar, não é de outra coisa. -----

----- Senhora Presidente, disse tudo o que queria, mas eu correndo o risco de ter que apelar muito à sua condescendência, eu pedia autorização para o Senhor arquiteto Batista Fernandes dar só uma nota de esclarecimento relativamente ao processo que corre na Direção-Geral do Património Cultural, de classificação do Jamor, porque acho que é importante os cidadãos ficarem a conhecer esse processo por quem o tem acompanhado de perto.”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- O Senhor Vice-Presidente, em exercício, Vereador Pedro Patacho, observou o seguinte: -- -----

----- “Eu não disse uma palavra, porque a Senhora Presidente respondeu adequadamente à questão do Espargal. -----

----- Vai interagir com o Senhor Presidente da Câmara e terão certamente uma resposta.” -

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito** -----

5.9. O Senhor Luís Baptista Fernandes, Diretor de Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Sinteticamente eu vou apelar à minha memória, porque não estava preparado, não fui documentar-me relativamente ao processo de classificação do Jamor, mas tenho ideia que por volta de dois mil e dezanove iniciou-se o procedimento de classificação, por iniciativa de terceiros, junto da Direção-Geral do Património Cultural. -----

-----O único aspeto relevante deste procedimento do qual a Câmara foi notificada para dar parecer, foi a classificação do limite do Estádio Nacional com um perímetro de proteção superior àquele que seria normal, de trezentos metros. Eu digo que seria normal, porque não me recordo no Concelho de Oeiras de alguma classificação do género, mas o que a Câmara disse é que sim senhora, não impugnou nenhuma proposta. A Câmara recomendou que a classificação fosse... a zona de proteção fosse a normal e dispôs-se imediatamente a colaborar com os técnicos da Direção-Geral do Património Cultural, para fazer a caracterização e a eventual identificação correta e classificação numa das tipologias que fosse determinada. -----

-----E assim foi. Fomos à Direção-Geral do Património Cultural, reunimos com os responsáveis, demos conta da nossa disponibilidade, ficámos de ser contactados para criar o grupo de trabalho de investigação e classificação, até porque a Câmara tinha muito trabalho feito, designadamente pela arquiteta Isabel Soromenho e pelo arquiteto paisagista Rodrigo Dias (que partilhámos inclusivamente com a Direção-Geral do Património Cultural) e desde essa data, nunca mais houve nenhuma diligência de colaboração.-----

-----Não é que a Câmara precise dessa colaboração. A Câmara dispôs-se, a Direção-Geral do Património Cultural aceitou essa disponibilidade, aliás, alegando que tinha poucos técnicos da Direção-Geral, mas nunca mais reunimos sobre o assunto e estamos a aguardar que o procedimento se encerre, classificando, ou não, fixando a zona de proteção definitiva. Não faço ideia, não temos mais nenhuma informação.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

5.10. A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, arquiteto.” -----

----- Eu tenho inscrita a Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), portanto, como é do Regimento. A Senhora também quer usar da palavra, Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)? Faça favor.” -----

5.11. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Referindo-me... eu pedia que desligassem o telefone, porque... o telefone não, o microfone, porque... desculpem o cansado. -----

----- Referindo-me em primeiro lugar à questão do Espargal e à intervenção do Senhor Henrique Bandeira, que é o Presidente da associação de moradores. Eu acho que ninguém pode ignorar o ruído que tem sido feito à volta da questão do Espargal. -----

----- O direito de petição, Senhora Presidente, é um direito que assiste a este grupo de cidadãos, a este grupo de munícipes e que tem única e exclusivamente que ser avaliado pela Assembleia Municipal. Nós não temos que aguardar respostas da Câmara, nós não temos que aguardar autorização da Câmara para acolhermos este direito, que é um direito destes munícipes.

----- Compete, pois, a esta Assembleia dar resposta a este direito dos cidadãos e avançar com a discussão desta petição que foi entregue pelos cidadãos moradores e cidadãos que de perto sentem esta questão. Nós em Portugal temos um ditado que diz “quem não se sente, não é filho de boa gente”. Se isto é uma situação que diz respeito ao Concelho, mais será uma situação que diz respeito a quem habita aquela área, a quem habita as áreas circundantes do projeto que tem sido tão “trazido à baila”. -----

----- O PSD até agora, manteve uma situação muito discreta relativamente a este assunto, por respeitar a vontade destes munícipes que agora se organizaram numa associação de moradores, porque desde sempre estes munícipes disseram que não queriam politizar esta questão e, portanto,

nós mantivemo-nos inócuos relativamente a todo este ruído que se foi fazendo sentir.-----

-----Neste momento, a questão foi trazida à Assembleia Municipal e, portanto, a bancada do PSD diz que, de facto, já é hora para este assunto ser discutido. Se a Câmara Municipal quiser, naturalmente, prestar os esclarecimentos necessários, pois está no seu direito, mas de facto estes cidadãos têm que ser ouvidos e nós temos essa obrigação, não só política, mas moral, de acatar este direito. -----

-----Por fim, relativamente à intervenção que foi feita pelo cidadão Miguel Partidário, independentemente da sua “gene” política e da sua simpatia partidária, cumpre dizer que o PSD repetidas vezes, trouxe aqui em intervenções esta questão. Dizer que, de facto, não compreendemos como é que esta “galinha dos ovos de ouro” não está a ser aproveitada pelo Concelho, porque é que Oeiras continua a ser um concelho de passagem entre Lisboa, Cascais e Sintra, que são sim, verdadeiros concelhos que perceberam aquilo que o turismo pode trazer de positivo e aquilo que o turismo pode trazer de bom. Dizer que também nós já deixámos aqui algumas sugestões à Câmara Municipal e também nós achamos que o turismo deve em Oeiras marcar uma posição muito forte e muito vincada, porque reconhecemos as mais-valias que o turismo pode trazer a Oeiras.-----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

5.12. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Eu queria referir, em relação ao morador que veio falar em relação à proposta de petição do Espargal, que a Assembleia Municipal é um órgão independente da Câmara Municipal, portanto, quando a Senhora Presidente indicou aos deputados que tinha enviado a proposta para a Câmara Municipal, eu calculei que fosse para confirmar as assinaturas e os números de cidadão, tal como ficou combinado quando fizemos a revisão do Regimento.-----

-----Portanto nunca pensei, logo de início, que se tratasse de analisar a proposta do Espargal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em si. Era para analisar a identificação dos moradores, para ver se tinham legitimidade para entregar uma petição na Assembleia. Tudo o resto, não percebo porque é que estamos a aguardar pela Câmara Municipal. Não devíamos estar, já devíamos ter tratado do assunto, tínhamos trinta dias no máximo para fazer um relatório e portanto, aquilo que eu peço à Senhora Presidente é, tão breve quanto possível, marque uma comissão para que este assunto seja analisado, que os peticionários possam ser ouvidos, que possa ser feito um relatório de forma a este vir à Assembleia Municipal o quanto antes, cumprindo o Regimento ou tentando cumprir aquilo que não foi cumprido para a outra petição hoje. Esse é o primeiro ponto.-----

----- Em relação à munícipe Inês Fonseca, dizer que vi as notícias nos últimos dias que saíram sobre o tema que aqui trouxe, e, portanto, estamos informados. Dizer ao Senhor Vereador, hoje Vice-Presidente em substituição, que valorizar os cidadãos, não é só “de boca”, é ouvi-los, é ouvir as suas opiniões, é contar com a sua participação e com a sua ação. E aquilo que depois acontece na prática, é um desrespeito completo, porque não são ouvidos, porque não é feito sequer, não é sequer valorizado aquilo que pedem, pelo menos serem ouvidos, por exemplo através de petições. -- -----

----- Em relação à proposta do Jamor, nós vamos pedir mais informação (além daquela que foi prestada aqui e agradeço ao arquiteto Baptista Fernandes) até porque sabemos que, por exemplo, no Alto da Boa Viagem está pensado algumas vias de acesso, que tanto quanto eu me lembro, “comem dentadinhas” ali no Parque do Jamor e portanto, não sabemos se será por causa disso. -----

----- Muito obrigada. Boa tarde.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Perdão, tinha o microfone desligado.” -----

----- Alguém interveio, mas dado que o fizeram com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.-----

5.13. A Senhora Presidente da A.M. prosseguiu a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Mais algum grupo... Meus senhores, tem direito a usar da palavra depois do público, um elemento de cada grupo político, portanto eu pergunto se mais algum grupo político pretende usar da palavra. Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) faça favor.”-----

5.14. A Senhora Deputada Mariana Leitão (IL) interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, só para deixar a nota, que isto também vai para a ata, que é a segunda petição que é apresentada nesta Assembleia Municipal, pelo menos nos últimos dois anos, que não está a ter o tratamento de acordo com as leis em vigor e, portanto, não há mais margem para subterfúgios. Isto é um direito constitucional dos cidadãos, a Assembleia tem a obrigação de dar o devido seguimento aos assuntos e a Câmara Municipal de Oeiras, o mesmo. Isto é inadmissível.-----

-----Muito obrigada.”-----

5.15. A Senhora Deputada Fátima Filipe (PS) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Relativamente ao Espargal, o Partido Socialista tem uma posição definida que é pública e, de facto, também já aqui a nossa líder da bancada levantou a questão da morosidade e que esse processo já devia ter chegado. É só reforçar, como está toda a gente a “puxar galões” sobre o assunto, reforçar exatamente que temos a mesma posição, que os cidadãos têm direito às suas petições e às suas posições e que, de facto, nós aqui enquanto Assembleia, já devíamos ter tido oportunidade de discutir esse processo. E era tudo.”-----

5.16. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Como a Senhora disse e muito bem, parece que estamos aqui “a puxar galões”. Não é essa a questão. Não fui eu que disse. Não é essa a questão. A petição já entrou há tempo, que já deveria ter sido respondida, não foi porque soube que a Câmara Municipal... e quando enviei a petição para a Câmara, não foi só para verificar as moradas dos cidadãos que a subscreveram, não.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Foi para alertar a Câmara Municipal de que havia uma posição das pessoas que moravam naquela zona. Foi constituída a comissão de moradores e eu (e disse isto no início desta Sessão, quando se tratou de outra petição) considero que a Assembleia está aqui para ouvir os cidadãos, para os apoiar e para fazer com que as situações que apresentam, tenham, sigam o melhor caminho para a resolução das questões que aqui apresentaram.-----

----- Nós não somos o órgão executivo, o órgão executivo é a Câmara Municipal. Talvez estejamos a esperar demais. Muito bem.-----

----- Irei alertar a Câmara Municipal para a necessidade de o mais breve possível, nos darem o ponto da situação e em que ponto evoluiu esta questão do Espargal e aquilo que os senhores apresentam na petição. O mais breve possível.-----

----- Eu tinha pensado discutir isso na Assembleia, mas já vi que não irá ser assim, portanto, temos de usar, temos de mandar para uma comissão. Exatamente. E, portanto, o mais breve possível irá ser-vos dado um esclarecimento, mas com base naquilo que é o trabalho dos técnicos da Câmara Municipal. E nós... não vale a pena. Pois, isto é muito interessante, pode-se dizer “nós discutimos aqui o assunto”, mas nós não resolvemos nada.-----

----- O estudo está a ser feito pela Câmara Municipal e aquilo que vou fazer é pedir à Câmara... não pode haver mais intervenções... que dê uma resposta o mais rápida possível, porque na realidade já passou bastante tempo, cento e quarenta e sete dias, eu nem tinha a noção de que tinha passado esse tempo. Não tinha a noção dos cento e quarenta e sete dias, sabia que tinha passado já o tempo mais do que suficiente, mas não tinha a noção desses dias.-----

----- Meus senhores, podem crer que o interesse de todos os membros desta Assembleia é realmente dar uma resposta aos cidadãos, é que as coisas corram o melhor possível e é isso que vos posso prometer.-----

----- Damos por encerrados os nossos trabalhos.-----

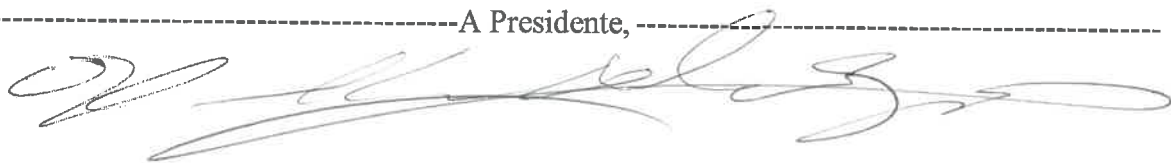
----- A todos muito boa noite.”-----

6. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

-----A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às vinte e uma horas e vinte minutos.

-----Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e pelos Secretários da Mesa. -----

-----A Presidente, -----



-----O Primeiro Secretário, -----



-----A Segunda Secretária, -----

